

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

VINÍCIUS LIMA LOUSADA

ECOS DE PROCESSOS EDUCATIVOS COM RECICLADORES/RECICLADORAS:
UM ESTUDO A PARTIR DE UM PROJETO DE EDUCAÇÃO POPULAR
AMBIENTAL

Porto Alegre

2011

VINÍCIUS LIMA LOUSADA

TESE DE DOUTORADO

ECOS DE PROCESSOS EDUCATIVOS COM RECICLADORES/RECICLADORAS:
UM ESTUDO A PARTIR DE UM PROJETO DE EDUCAÇÃO POPULAR
AMBIENTAL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Educação da Universidade Federal do Rio Grande
do Sul, como requisito para a obtenção do título de
Doutor em Educação.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Stephanou

Linha de pesquisa: História, Memória e Educação

Porto Alegre

2011

VINÍCIUS LIMA LOUSADA

ECOS DE PROCESSOS EDUCATIVOS COM RECICLADORES/RECICLADORAS:
UM ESTUDO A PARTIR DE UM PROJETO DE EDUCAÇÃO POPULAR
AMBIENTAL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal
do Rio Grande do Sul, como requisito para a obtenção do título de Doutor em
Educação.

Aprovada em 2011

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luis Fernando Minasi
PPGEA/FURG

Prof. Dr. Josimar Aparecido Vieira
IFRS/Campus Sertão

Profa. Dra. Eunice Aita Kindel
FACED/UFRGS

Profa. Dra. Marlene Ribeiro
PPGEDU/UFRGS

CIP - Catalogação na Publicação

Lima Lousada, Vinícius
ECOS DE PROCESSOS EDUCATIVOS COM
RECICLADORES/RECICLADORAS: UM ESTUDO A PARTIR DE UM
PROJETO DE EDUCAÇÃO POPULAR AMBIENTAL / Vinícius Lima
Lousada. -- 2011.

170 f.

Orientadora: Maria Stephanou.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-
Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2011.

1. Educação Popular Ambiental. 2.
Recicladores/recicladoras. 3. Saberes do trabalho.
I. Stephanou, Maria , orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Ao amigo Nilton Bueno Fischer, pastor de sonhos, e às mulheres trabalhadoras da Associação de Reciclagem Ecológica Rubem Berta, profetas, sem querer, de um tempo de sustentabilidade.

AGRADECIMENTOS

À minha esposa Larissa pela partilha amorosa e criativa de uma vida em trânsito e marcada pela concretização de sonhos possíveis para um mundo melhor.

Aos meus familiares, em especial manos, cunhados, sobrinhos, sogros, pelo amor e compreensão em relação às minhas ausências, e aos meus pais, Paulo (*in memorian*) e Alice (*in memorian*), cujo amor me acordou para os compromissos com a Educação.

Aos amigos que ficaram a partir do Projeto Reciclando Vida, quando na sua coordenação pedagógica, pela sintonia nas utopias.

Aos amigos que fiz na UNIPAMPA, pelas trocas solidárias e convívios em Bagé quando por lá trabalhei.

Aos amigos, professores, servidores e alunos do IFRS - Campus Sertão pela aposta parceira numa educação pública, gratuita e de qualidade.

Aos irmãos do caminho que encontrei em Rio Grande, Porto Alegre, Bagé e Passo Fundo, por onde passei em função de minha andarilhagem existencial.

À minha orientadora, Profa. Dra. Maria Stephanou, pela alteridade com que lidou comigo e por sua inspiradora competência como professora e pesquisadora.

À Profa. Dra. Eunice Kindel e aos Professores Dr. Luis Fernando Minasi e Dr. Jaime José Zitkoski, pelas contribuições e convivências problematizadoras.

Ao Prof. Dr. Josimar Vieira e à Profa. Dra. Marlene Ribeiro pela participação na banca final.

Aos colegas de orientação pelas trocas reflexivas e estímulos.

Aos funcionários e professores do PPGEDU da UFRGS, sempre disponíveis.

Ao CNPQ, pela cessão da bolsa que subsidiou parte deste estudo.

RESUMO

Esta investigação tem por foco os saberes produzidos no trabalho presente na Associação de Reciclagem Ecológica Rubem Berta (A.R.E.R.B.), em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Foram utilizadas como técnicas de pesquisa a observação participante, as entrevistas semiestruturadas e a análise de documentos. O ponto de partida da investigação consistiu na análise da experiência de Educação Popular Ambiental denominada por Projeto Reciclando Vida, que conduziu o pesquisador à compreensão da dinâmica produtiva de um galpão de reciclagem e dos processos de construção e partilha de saberes entre os/as recicladores/recicladoras, tendo em vista a formação de novos trabalhadores que se configura numa “pedagogia do galpão”. Os dados que emergiram da pesquisa empírica, em diálogo com os referenciais teóricos da Educação Popular Ambiental, em sua crítica à racionalidade moderna e ao capitalismo os aponta como bases da crise ecológica e da produção social da pobreza, levou à identificação dos/das recicladores/recicladoras como trabalhadores/trabalhadoras migrantes em condição precária que, numa sociedade de classes, são condenados ao trabalho com as sobras produzidas nesse contexto. Sua opção pelo trabalho na reciclagem não se dá pela adesão militante ao campo ambiental, mas, pela condição da pobreza que coloca entre as poucas opções para a manutenção da sobrevivência o trabalho com o lixo. A A.R.E.R.B. foi criada a partir do trabalho das Comunidades Eclesiais de Base, nos anos 90, numa ação educativa que combinava conscientização política, formação para o cooperativismo e espiritualidade, agregando desempregados e catadores de rua. A inserção dos sujeitos no trabalho da reciclagem demandou a construção de processos educativos para o trabalho que, embora reinventados pelos/próprios/próprias recicladores/recicladoras, ainda perduram procurando diluir o conflito que emerge entre o modo de trabalhar individualmente e o trabalho associado, pautado em valores solidários. A pesquisa também identificou a representação dos/das recicladores/recicladoras sobre a coleta seletiva, a presença da divisão sexual do trabalho na reciclagem e as formas diversificadas de vivência de autonomia por parte dos sujeitos da pesquisa, como no caso do garimpo individual. Do mesmo modo, ficou compreendido que o vínculo entre os/as recicladores/recicladoras se institui nos afetos estabelecidos nas sociabilidades do trabalho associado. No que tange à ação educativa do projeto Reciclando Vida, foi possível identificar que entre as suas fragilidades estavam a dificuldade em manter as ações, por causa da transitoriedade de educadores e recicladores/recicladoras no galpão, a diversidade de concepções teóricas e metodológicas dos educadores e, por outro lado, situavam-se como pontos fortes desse projeto a sua vocação interdisciplinar, a formação continuada dos educadores em reuniões de planejamento, estudos e debates, bem como a instituição do diário virtual partilhado em lista eletrônica de discussão que se processava como recurso coletivo para pensar a prática educativa.

Palavras-chave: recicladores/recicladoras – educação popular ambiental – saberes do trabalho

RESUMEN

Esta investigación tiene como foco los saberes producidos en el trabajo de la *Associação de Reciclagem Ecológica Rubem Berta* (A.R.E.R.B.), en la ciudad de Porto Alegre en la provincia de Rio Grande do Sul, Brasil. Las técnicas de investigación utilizadas fueron la observación participante, el uso de encuestas estructuradas en parte y el análisis de documentos. El punto inicial del estudio consistió en el análisis de la experiencia de Educación Popular Ambiental que es denominada *Projeto Reciclando Vida* que condujo el investigador hacia la comprensión de la dinámica productiva de una unidad de reciclaje y de los procesos de construcción y partición de saberes por los/las recicladores/recicladoras, con el objetivo de formación de nuevos trabajadores que se configura en una “pedagogía de la unidad de reciclaje”. Los datos que emergieron de la investigación empírica, en diálogo con los referenciales teóricos de la Educación Popular Ambiental, en su crítica a la racionalidad moderna y al capitalismo los apunta como fundamentos de la crisis ecológica y de la producción social de la pobreza, llevó a la identificación de los/las recicladores/recicladoras trabajadores/trabajadoras migrantes en condición precaria que, en la sociedad de clases, son condenados al trabajo con los desechos producidos en ese contexto. Su opción por lo trabajo en la reciclaje no es por la adhesión militante al campo ambiental, pero si por la condición de pobreza que ofrece como una de las limitadas opciones para la manutención de la supervivencia el trabajo con la basura. A A.R.E.R.B fue creada desde el trabajo de las Comunidades Eclesiales de Base, en los años 90, en una acción educativa que conjugaba concienciación política, formación para el cooperativismo y espiritualidad, agregando desempleados y catadores de la calle. La inserción de los sujetos en el trabajo de la reciclaje demandó la construcción de procesos educativos para el trabajo que, aunque reinventados por los/las propios/propias recicladores/recicladoras, todavía perduran intentando diluir el conflicto que emerge entre el trabajo individual y el trabajo asociado, pautado en valores solidarios. La investigación también identificó la representación de los/las recicladores/recicladoras a respecto de la recogida selectiva, la presencia de la división sexual del trabajo en la reciclaje y modos diversificados de vivencia de autonomía de parte de los sujetos de la investigación, como en el caso de la separación de la mejor basura para sí que hacen los/las recicladores/recicladoras. Del mismo modo, quedó comprendido que el vínculo entre los/las recicladores/recicladoras ocurre en los afectos establecidos en las sociabilidades del trabajo asociado. Respeto a la acción educativa del *Projeto Reciclando Vida*, fue posible identificar entre sus fragilidades la dificultad para la manutención de las acciones, por la transitoriedad de los educadores y recicladores/recicladoras de la unidad de reciclaje, la diversidad de concepciones teóricas y metodológicas de los educadores y, por otra parte, representaban puntos fuertes del proyecto la vocación interdisciplinar, la formación continua de los educadores en las reuniones de planificación, estudios y debates, así como también, la institución del diario virtual compartido en el medio electrónico de discusión que se procesaba como recurso colectivo para pensar la práctica educativa.

Palabras-clave: recicladores/recicladoras – educación popular ambiental – saberes del trabajo

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	11
PRÓLOGO.....	13
1. MODERNIDADE: DA CRISE DE RACIONALIDADE À EMERGÊNCIA DE OUTROS SABERES.....	16
1.1 MODERNIDADE, RACIONALIDADE E NATUREZA.....	16
1.2 RACIONALIDADE INSUSTENTÁVEL: A DEGRADAÇÃO AMBIENTAL E A POBREZA.....	23
1.3 RACIONALIDADE AMBIENTAL, SUSTENTABILIDADE E AMBIENTE.....	35
2. OPÇÕES METODOLÓGICAS.....	43
2.1 OBJETO EMPÍRICO, PROBLEMA E OBJETIVOS.....	44
2.2. O ESTUDO DE CASO E AS TÉCNICAS ADOTADAS.....	51
3. O GALPÃO, SUA PEDAGOGIA E OS/AS RECICLADORES/RECICLADORAS.....	63
3.1 LIXO, GALPÕES E A ASSOCIAÇÃO DE RECICLAGEM ECOLÓGICA RUBEM BERTA.....	64
3.2 A DINÂMICA DO TRABALHO NA ASSOCIAÇÃO DE RECICLAGEM ECOLÓGICA RUBEM BERTA.....	88
3.3 PEDAGOGIA DO GALPÃO: PARTILHA DE SABERES E ASPECTOS EDUCATIVOS DO TRABALHO ASSOCIADO.....	108
3.4 SOCIABILIDADES NOS MOMENTOS DE NÃO-TRABALHO.....	118
3.5 TRABALHADORES/TRABALHADORAS DA RECICLAGEM: MIGRAÇÃO, INICIAÇÃO E O CAMPO AMBIENTAL.....	121
4 RECICLANDO VIDA: A EDUCAÇÃO POPULAR AMBIENTAL NO GALPÃO.....	135
4.1 NOTAS SOBRE ESCOLARIZAÇÃO, PENSAR CERTO E VOLUNTARIADO.....	136

4.2 SOBRE PENSAR A PRÁTICA NO RECICLANDO VIDA COMO PROCESSO FORMATIVO DO EDUCADOR.....	144
4.3 OFICINA DA HORTA: UMA PRÁTICA DA EDUCAÇÃO POPULAR AMBIENTAL?	151
CONCLUSÕES.....	157
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	162

LISTA DE SIGLAS

A. R. E. R. B. – Associação de Reciclagem Ecológica Rubem Berta

E. A. – Educação Ambiental

E. P. – Educação Popular

E.P.A. - Educação Popular Ambiental

FURG – Fundação Universidade Federal do Rio Grande

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

DMLU - Departamento Municipal de Limpeza Urbana da Cidade de Porto Alegre

FACED – Faculdade de Educação da UFRGS

FASE - Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional

FARRGS - Federação das Associações de Recicladores do Rio Grande do Sul

MCP - Movimento de Cultura Popular

ONG – Organização não-governamental

POA – Porto Alegre

PUC – Universidade Pontifícia Católica

RS – Rio Grande do Sul

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

PRÓLOGO

O texto a seguir constitui numa tese de Doutorado em Educação, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEDU-UFRGS). O estudo que a preside foi orientado, de 2007 até metade do ano de 2009, pelo Prof. Dr. Nilton Bueno Fischer, que partiu dessa materialidade inesperadamente deixando lacuna irreparável em nossas convivências, no trabalho educativo com recicladores e, por fim, no campo ambiental. Logo após, a Professora Dra. Maria Stephanou acolheu a orientação da pesquisa e da escrita dessa tese, numa postura de alteridade e sensibilidade.

Trata-se de um estudo de caso sobre os saberes produzidos no trabalho associado na reciclagem, tendo por ponto de partida a ação educativa desenvolvida ao longo do Projeto Reciclando Vida (2005-2008) na Associação de Reciclagem Ecológica Rubem Berta, situada em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, de 2007 até 2009, quando da inserção do pesquisador neste projeto. O estudo faz uso das orientações metodológicas do estudo de caso e teve por técnicas de pesquisa a observação participante, o diário de campo virtual compartilhado, a análise de documentos e o registro fotográfico em momentos de observação, como também, entrevistas semiestruturadas produzidas pelo pesquisador e outras pelo Prof. Nilton e por acadêmicos há alguns anos.

O problema que guiou a pesquisa consistiu em identificar quais os saberes produzidos no trabalho associado na reciclagem no âmbito da Associação de Reciclagem Ecológica Rubem Berta. E a palavra *ecos*, que integra o título da tese intenta demarcar o horizonte de escrita desta tese: refletir a partir das vivências efetivadas no âmbito das oficinas do Projeto Reciclando Vida de modo a apontar algumas proposições à Educação Popular e Ambiental, em especial.

Dividido em cinco capítulos, a saber: no Capítulo 1, ao apresentar ao leitor um trânsito entre os referenciais teóricos do campo ambiental, discuto diferentes aspectos sobre a modernidade, sua crise de racionalidade, anunciada pela crise ambiental em vigor. Além disso, desenvolvo reflexões sobre a degradação ambiental e a produção social da pobreza, consequências funestas da modernidade e da lógica produtiva capitalista, oportunidade em que aponto para a necessidade da assunção de uma

racionalidade ambiental para que a lógica da sustentabilidade oriente a relação entre sociedade e Natureza, cultura e ambiente.

No Capítulo 2 realizo uma descrição das opções e dos encaminhamentos metodológicos que presidem a escolha pelo estudo de caso, com inspirações na etnografia, e as técnicas adotadas para a coleta de dados e sua análise qualitativa.

No Capítulo 3 dedico-me a traçar um breve histórico sobre o surgimento dos primeiros galpões de reciclagem em Porto Alegre a partir das ações coletivas das comunidades eclesiais de base, que tiveram um papel fundamental na mobilização de catadores para o trabalho associado e para a construção de uma identidade profissional como recicladores/recicladoras¹. Esse capítulo contempla ainda uma descrição densa da dinâmica de trabalho na Associação de Reciclagem Ecológica Rubem Berta, orientada pelo caminho que o lixo faz na produção. Tal descrição está acompanhada de apontamentos a respeito do que denomino “pedagogia do galpão”, que se constitui por meio de processos educativos que emergem no cotidiano de trabalho, no qual são produzidas partilhas de saberes e práticas de sociabilidade envolvendo os integrantes do Galpão e os novos associados. Na sequência, detenho-me nas sociabilidades dos/das recicladores/recicladoras nos momentos de não-trabalho e que têm lugar no galpão. Discuto as condições de trabalho na reciclagem, a trajetória de migração dos sujeitos associados e o lugar que ocupam no âmbito do campo ambiental.

No Capítulo 4, o foco consiste no Projeto Reciclando Vida, experiência de Educação Popular Ambiental no galpão de reciclagem. Para tanto, além de uma breve análise do processo de escolarização precursor ao Projeto Reciclando Vida, discuto o papel da atividade reflexiva do educador popular como processo autoformativo e o voluntariado dos educadores no contexto das ações coletivas que figuram nas sociedades complexas. Aponto, também, elementos provocadores de perplexidade para

¹ A expressão “recicladores/recicladoras” é utilizada ao longo da tese por dois motivos: o primeiro se refere ao fato que os trabalhadores da Associação Ecológica Rubem Berta se autodenominam “recicladores”. No decorrer do trabalho de campo e mesmo antes, na condição de coordenador pedagógico do Projeto, não constatei qualquer situação de uso da expressão “catadores” por parte desses trabalhadores e trabalhadoras. Portanto, optei por respeitar o modo como os sujeitos da pesquisa se autodesignam, a imagem que tem de si. O segundo motivo, relacionado ao uso de recicladores/recicladoras, diz respeito à necessidade de considerar o jogo relacional de gênero no galpão de reciclagem. Embora a pesquisa tenha contado, nas entrevistas, com os depoimentos das recicladoras, na observação participante foram considerados os homens e as mulheres em seu cotidiano de trabalho.

os educadores como a resistência a mudanças no galpão, dilemas da autonomia latente no cotidiano do trabalho na reciclagem. Busco, ainda, refletir sobre Educação Popular Ambiental no contexto da horta desenvolvida no projeto. Por fim, apresento as conclusões oriundas do processo de investigação que culminou na produção dessa tese.

1. MODERNIDADE: DA CRISE DE RACIONALIDADE À EMERGÊNCIA DE OUTROS SABERES

Fica evidente que o pensamento ortopédico ignora a condição humana e planetária denotando sua desumanização a tal ponto que denuncia, nas suas frágeis respostas às graves questões da atualidade, uma carência inabarcável de conhecimento credível e prudente que nos garanta a todos, mulheres, homens e natureza, uma vida decente (SANTOS, 2008, p. 17).

No presente capítulo desenvolvo uma crítica à modernidade como paradigma social que, ao instituir uma racionalidade antinatura, fez-se base fundamental da crise ecológica sem precedentes que vivenciamos nos dias da atualidade, construindo uma história ambiental marcada por um sopro de destruição do ambiente pela via antropocêntrica da exploração dos recursos ecológicos e da produção social da pobreza. Ao lado da crítica à modernidade e ao capitalismo, proponho uma opção pela sustentabilidade e procuro esclarecer as categorias teóricas adotadas à compreensão do campo ambiental com base nos autores referência.

1. 1 MODERNIDADE, RACIONALIDADE E NATUREZA

A modernidade constitui-se, na trajetória antropológica de nossa espécie, num movimento intenso de rupturas ou descontinuidades com a leitura de mundo anterior, com as formas de racionalidade tradicionais e pré-modernas, em favor da constituição de outra racionalidade, unívoca, científica, rigorosa, desmistificante do mundo, orientada por um adestramento da Natureza pelo humano e pela apropriação da Natureza externa de nossa humanidade em prol do progresso e da iluminação intelectual dos indivíduos. Pode ser compreendida no estilo de vida e de organização social que emergiu na Europa a contar do século XVII e que se tornou quase mundial, paradigmática mesmo.

Giddens (1991) postula a necessidade de desconstrução do evolucionismo social – que implica em apreender que a história humana não pode ser tida como uma unidade

que reflete princípios unificadores de organização e transformação social numa linear trama – e da aderência intelectual às grandes narrativas para que façamos um exercício reflexivo em busca da compreensão da modernidade, sem descuidar da admissão da existência de alguns períodos precisos da história que permitem relativas generalizações. Segundo a sua contribuição, precisamos dessa atitude intelectual para identificar as descontinuidades entre modernidade e ordens sociais tradicionais, dentre as quais destaca o ritmo da mudança, o escopo da mudança e a natureza intrínseca das instituições modernas.

Quanto aos ritmos da mudança, seguindo na linha de raciocínio do autor, as civilizações compreendidas como tradicionais teriam sido mais dinâmicas que outros sistemas classificados como pré-modernos. Contudo, a velocidade em que ocorrem as mudanças na modernidade é extrema se considerarmos as aquisições no campo da ciência e da tecnologia que afetam as demais áreas mobilizadas no âmbito das transformações processadas nesse período. No que se refere ao escopo da mudança, Giddens assinala que na medida em que as relações entre diferentes regiões do planeta foram acontecendo, elas favoreceram a expansão das transformações provocadas de uma forma global jamais vista antes. E, no tocante à natureza intrínseca das instituições modernas, a reflexão proposta indica a inexistência de algumas instituições sociais modernas em outros períodos históricos, como no caso “do sistema político do estado-nação, a dependência por atacado da produção de fontes de energia inanimadas, ou a completa transformação em mercadoria de produtos e trabalho assalariado.” (GIDDENS, *idem*, p. 12)

Ainda em diálogo com o mesmo pensador, podemos ir pontuando a mutação que se dá, no âmbito da modernidade, na relação humanidade/Natureza. Na maioria das culturas que antecederam o período da modernidade, inclusive no caso das grandes civilizações, o ser humano se percebia em estado de pertença em relação à Natureza. De fato, “suas vidas estavam atadas aos movimentos e disposições da Natureza — a disponibilidade das fontes naturais de sustento, a prosperidade das plantações e dos animais de pasto, e o impacto dos desastres naturais. (GIDDENS, p. 57). Mediante os mecanismos de apropriação social da Natureza, a indústria, delineada no casamento entre ciência e técnica, transformou de tal sorte o mundo natural como jamais fora imaginado pelas gerações passadas. Passamos a viver não mais em diálogo com o

ambiente natural, mas com o ambiente físico criado ou com a natureza socializada, alterada por nossa ação cultural, seja nas áreas urbanas, seja em outras paisagens sujeitas ao nosso controle.

O modelo de racionalidade científica da modernidade foi sendo construído, segundo Santos (1987) a partir da revolução científica do século XVI, desenvolvido ao longo dos séculos posteriores, fundamentalmente nos desdobramentos das Ciências da Natureza. Paradoxo digno de nota: à medida que conhecemos o mundo natural através das ferramentas da ciência que produzimos, dominamos a Natureza e a colocamos ao nosso serviço; caminhamos, igualmente, no processo civilizatório empreendido, no sentido de que dela nos afastamos mediante a educação² disciplinadora da natureza humana. Estabelecemos, enfim, um movimento contraditório de negação e afastamento da Natureza para dela nos apropriarmos. “A dominação da natureza se reproduz no interior da Humanidade”, como escreve Adorno (2009, p. 52) em sua crítica ao esclarecimento, referindo-se ao dilema vivido por nossa espécie que se situa entre submeter-se à Natureza ou submeter a Natureza ao eu.

Porém, é somente no século XIX que esse modelo de racionalidade passa a se estender ao âmbito das Ciências Sociais, como um modelo global de racionalidade científica que, até certo ponto, aceita variações em seu campo e em nome da verdade científica erige fronteiras em oposição ao conhecimento produzido fora de sua tradição. O rigor científico postula a exatidão matemática da mensuração e, desse modo, na perquirição científica, as qualidades inerentes do objeto submetido à verificação, são ignoradas em nome da quantificação, definindo o que tem validade, o que deve receber a chancela do estatuto de cientificidade.

Para compreender o mundo complexo ante a razão humana foi preciso simplificá-lo, separá-lo em diversas partes tantas quantas se fizesse necessário para sua inteligibilidade. O processo gnosiológico demanda, no paradigma da modernidade, a divisão e classificação do objeto científico para, mais tarde, serem identificadas as

² Para Kant, na esteira da mentalidade do projeto civilizatório moderno, a indisciplina era um mal muito maior do que a “falta de cultura”, e somente a disciplina educativa poderia transformar a animalidade do ser humano em humanidade. Ou seja, ao modelar a natureza humana pela disciplina, pela correção de hábitos, é que se vai constituir o que é o humano. Nesse sentido, o filósofo chega a destacar a disciplina como “o que impede ao homem de desviar-se do seu destino, ou desviar-se da humanidade, através de suas inclinações animais.” (KANT, 1996, p. 12)

relações das partes, em conformidade com o método cartesiano que busca a decifração da ordem simplificando-a. Para Morin (2006), aí reside a patologia moderna da razão: a hipersimplificação que obsta a leitura da complexidade da realidade.

A patologia da idéia está no idealismo, onde a idéia oculta a realidade que ela tem por missão traduzir e assumir como a única real. A doença da teoria está no doutrinário e no dogmatismo, que fecham a teoria nela mesma e a enrijecem. A patologia da razão é a racionalização que encerra o real num sistema de idéias coerente, mas parcial e unilateral, e que não sabe que uma parte do real é irracionalizável, nem que a racionalidade tem por missão dialogar com o irracionalizável. (MORIN, 2006, p.15)

A racionalização é um processo de cegueira, ainda que parcial, da razão por ignorar aquilo que não obedeça à sua ordem prescrita ou não se encaixa em seu modo de ver. Todavia, parece-me oportuno elucidar que a crítica à modernidade não se assenta em um posicionamento irresponsável em prol da irracionalidade de um vale-tudo epistemológico. Aliás, Morin (2000), na análise que faz dos erros da razão, afirma que a modernidade confere a essa um *status* quase ao nível concedido pelos pré-modernos a Deus. Para o autor, além da crítica à crença moderna de que só há racionalidade na sociedade ocidental, ignorando-se outras epistemologias, é preciso vislumbrar a racionalidade como o recurso mais apropriado para a superação do erro e da ilusão até mesmo no campo científico. O sociólogo francês advoga a existência de uma racionalidade construtiva na elaboração de teorias, organização e diálogo entre dados empíricos que deve estar em constante abertura ao que desafia a racionalidade e expõe, por consequência, seus limites, provocando a sua reinvenção.

No entanto, a racionalidade pervertida de seu propósito, fechada e dogmática, configura-se em racionalização, ou seja, um sistema que se supõe logicamente perfeito, baseado em saberes mutilados, impermeáveis à dúvida e à verificação demandada à sua validação científica. O saber que se institui num posicionamento antidialógico, mecanicista e determinista é uma forma de racionalização, jamais racional. A racionalidade para não se tornar irracional, convoca à vigilância permanente e à admissão da possibilidade de vir a ser racionalização. Está no reconhecimento de seu próprio limite e do risco do autoengano a virtude da racionalidade.

Com Pelizzoli (2002) podemos retomar a caracterização do paradigma moderno que está na base do distanciamento da humanidade em relação à Natureza, cerne da crise ambiental que vivemos, em oposição à organicidade da antiguidade e do mundo medieval para com o ambiente natural cuja representação situava os medievos num Cosmos ordenado, habitado pela Natureza e por forças sobrenaturais. No advento da revolução científica, em bases cartesianas, passa-se a perder a organicidade em relação ao universo. O mundo físico é representado como um mecanismo preciso, com redução em suas qualidades impossibilitadas de serem enquadradas matematicamente e dividido no que pode ser classificado sob a tutela do rigor científico e da razão como fundamento último. A razão, que assume a feição de uma razão instrumental, considerada pelos modernos a via única de emancipação humana das superstições e da ignorância, estabelece a distinção separativa do sujeito observador do objeto observado, bem delineada na alienação humana do mundo natural.

A modernidade se inaugura com este projeto. Francis Bacon é o primeiro a introduzir a idéia de controle da Natureza e a concepção do saber como técnica de manipulação: “Saber é poder”. Com Descartes, surge claramente a idéia de que o homem deve tornar-se “Mestre e Senhor da Natureza”. Em si, o raciocínio dedutivo é um pensamento de controle, centralizado, uno. A tirania do ratio exclui o irracional, o Outro, tudo aquilo que não é princípio de identidade. O ego raciocinante torna-se o critério de determinação do real. (UNGER, 2000, P. 42)

Grün (2007), em sua busca filosófica por uma ética para a educação ambiental, também caracteriza a tônica do pensamento moderno e as suas consequências nefastas no que tange à relação entre sociedade humana e Natureza. Destaca que a modernidade se instaura numa mentalidade de ruptura com a tradição, o passado, a escolástica, o cânone e a autoridade, espécie de amnésia cultural para dar luz à ciência nova e ao progresso. Aponta que nos escritos do filósofo inglês Francis Bacon está sancionada uma ética que determina a dominação da Natureza, como o feminino da realidade que deveria ser subjogado. A mãe-terra dos povos tradicionais, sob a bandeira do racionalismo, deveria ser torturada e obrigada a confessar seus segredos como ocorrera com as bruxas vitimadas pela inquisição de antes, mediante o instrumental tecnológico desenvolvido até então.

Na a-historicidade apregoada nos escritos de Bacon (partilhada por Galileu e Descartes no dualismo entre tradição e presente) e em sua propaganda quanto à dominação do homem sobre a Natureza, a ser domesticada, vamos, enquanto espécie, perdendo de vista a tematização ética da crise ambiental em prol da refinação da razão humana, da instauração do projeto moderno ancorado, como já disse, no progresso científico. Fica evidente que “Bacon esforçou-se, portanto, no sentido da reforma da raça humana e buscou aplicar todo o seu esforço e todo o desenvolvimento tecnológico à dominação da Natureza”. (GRÜN, 2007, p. 32)

Descartes, ao instituir na filosofia que propunha uma continuidade à ruptura com a tradição, assim como Lorde Bacon propôs, em suas regras para o método científico – cuja produção é interpretada por ele como missão pessoal e fruto de sua iluminação pessoal – sustenta a separação do humano para com a Natureza, tendo a concepção de homem e de universo regulados em perfeitas leis, bem como a redução dos fenômenos naturais físicos a relações a serem corretamente conhecidas mediante sua decomposição calcada na certeza matemática, como já foi dito na crítica da patologia da cientificidade moderna. Um modelo homogêneo de explicação do mundo emerge desse contexto da história da filosofia.

Descartes (2006) acreditava que a busca de uma ciência pura deveria passar pela negação do que lhe fora inculcido pela educação de tutores ou professores e pelos livros para encontrar em si, nas luzes de sua razão, os caminhos rumo a seu ambicioso objetivo. Em sua opinião, as ciências grafadas nos livros, produzidas na esteira da tradição, não estavam perto da verdade que ansiava encontrar, tanto quanto o raciocínio de um homem, ou melhor, dele mesmo. E, para chegar à verdade, era preciso desconfiar das ideias filosóficas concebidas anteriormente, dividir o quanto possível o objeto sob análise e conduzir o raciocínio numa ordem dos objetos mais simples aos mais complexos, além de enumerar e revisar, ao final, o fruto das elucubrações a fim de nada deixar de fora da racionalidade sedenta pela objetividade estruturante.

Projeta-se da base do pensamento cartesiano o abandono da tradição por um sujeito desenraizado, metafísico³, a distinção entre sujeito que observa e objeto que é

³ Descartes (2006) compreendia a si mesmo, como podemos perceber, a partir do discurso em que explicita seu método, como uma substância cuja essência é somente pensar e que não requeria lugar ou coisa material para existir. A mente mesclada ao corpo era sujeita ao erro e à falta de clareza. Recordemo-

observado, separação entre Natureza e cultura, marca do processo civilizador moderno. A Natureza é um não-ser que silenciado tem utilidade. Quando posta a serviço do progresso da ciência e da civilização, mediante o conhecimento que vai se lhe extraindo, a tradição, por sua feita, é fonte de erro e ilusão e o corpo reduzido a um objeto que, se levado em conta, contamina o refino da razão.

Nas proposições de Galileu (Grün, 2007) reconhecemos a união entre a leitura matemática do mundo com a experimentação como condição à construção da verdade científica. A Natureza passa a ser concebida como imutável, regulada por leis fixas, sendo compreendida e descrita por meio do uso e dos abusos das demonstrações matemáticas que, segundo o pensador, tornam o mundo inteligível. As qualidades intrínsecas da realidade física são negadas, assim como é desconsiderada a corporificação da Natureza em função de sua quantificação. No objetivismo de Galileu a razão é deificada e a Natureza é coisificada para que a humanidade desumanizada possa impor-se ao invés de aprender na convivência com a teia da vida. Do mesmo modo, é nessa abstração da Natureza para a sua mensuração que o mundo natural torna-se algo fora do ser humano e sua presença no humano vai sendo intencionalmente dissolvida. A geometria universal de Galileu, supostamente capaz de estabelecer a medição exata das coisas e a determinação objetiva das formas, tornou-se um modelo epistêmico que ajuda a compor o paradigma da racionalidade moderna. Assim:

A Natureza é formalizada. Em cada pesquisa natural e científica sempre haverá uma tendência a pólos idealizados de magnitudes numéricas e fórmulas gerais. Todas as novas descobertas da física são simultaneamente fórmulas do mundo – a Natureza é uma abstração. Em sua propensão à tecnificação está a própria superficialidade de seu novo método. As ciências naturais reduzem o conteúdo significativo da Natureza. (GRÜN, 2007, p. 47)

Como é possível observar, a crise ambiental de nosso tempo denota uma crise do paradigma dominante (BOFF, 2004), que instaurou o modo atual de relação com as demais espécies da Natureza e os sentidos que atribuímos de forma preponderante ao nosso modo de ser e estar no mundo. Isso implica, indubitavelmente, na exploração da Terra e das gentes em nome do progresso ilimitado, com o rastro de destruição que

nos, a título de ilustração, o seu axioma “penso, logo existo” em que é descartado o corpo, os sentidos, ao lado do já abandonado, senso comum na tradição a ser renegada.

deixa como legado, a prosperidade de alguns – cujo custo socioambiental consiste na pauperização de outros tantos – e o desenvolvimento da produção de bens e serviços, com a conseqüente produção vertiginosa de resíduos e a separação entre os humanos que podem ou não gozar das benesses dos serviços oferecidos.

A partir da perspectiva hermenêutica que adota, Carvalho (2009), em estudo sobre os cursos históricos dos sentidos socialmente produzidos sobre a Natureza ratifica a compreensão de que a modernidade carrega uma compreensão iluminista de Natureza, controlada pela razão, como expus até aqui. Ancorada nos estudos de Elias (1990) acerca do processo civilizador, configurado por profundas mudanças culturais instauradoras da modernidade, Carvalho traz à tona o entendimento moderno da natureza como domínio do selvagem, como algo ameaçador e desagradável do ponto de vista da estética desejada, que contrasta com o ideário de civilização e o antropocentrismo que lhe é subjacente.

Civilidade, cultura e razão estão postas em oposição à Natureza, ao selvagem ou bárbaro e à ignorância ou ausência de letramento. No imaginário cartesiano, o corpo e suas funções, assim como na concepção kantiana, caracterizado em sua animalidade, deve ser domesticado para que, inclusive no âmbito das subjetividades, os aspectos naturais da vida possam ser silenciados como se não existissem. Portanto, era preciso impor-se ao mundo natural de tal sorte que o mesmo passasse a ser classificado de acordo com sua submissão às necessidades dos grupamentos humanos. É valorada como boa e bela a Natureza cultivada, domesticada pela espécie humana. Por outro lado, o que advém do mundo da Natureza tal como se apresenta é cercado de adjetivações negativas, é desvalorizado de seu sentido primordial, como não-outro, fonte de recursos inesgotáveis sim, desde que à serviço do Senhor da Terra, e arca provedora de conhecimento que o bisturi da técnica haveria de revelar como elemento basilar para o progresso e para a felicidade humana.

1.2 RACIONALIDADE INSUSTENTÁVEL: A DEGRADAÇÃO AMBIENTAL E A POBREZA

A favor do entendimento de que o nosso modo de ser, produzir, consumir e estar no mundo é profundamente predatório, consoante o paradigma de civilização adotado,

julgo oportuno delinear uma caracterização da degradação causada pela matriz ecocida que, orientada pela lógica do capital, sustenta a crise ambiental da atualidade.

Para compreender o campo ambiental propriamente dito, acolhi o sentido que lhe atribui Carvalho (2001), significando-o como certo conjunto de relações sociais circunscritas que carregam consigo sentidos e experiências que delineiam um universo social específico. Ou seja, o campo ambiental é um campo de relações sociais, inscrito em determinadas circunstâncias históricas, que produz valores, sentidos éticos e identidades de um sujeito ideal conformado ao campo em sua visão de mundo e comportamento. Assim sendo, o campo ambiental abrange uma série de práticas pedagógicas, culturais e políticas constituídas em diferentes âmbitos da esfera pública. Reúne em sua concretização todos e todas que produzem as suas *práxis* sociais em torno da temática ambiental.

Contemporaneamente, verifica-se que tanto a vida humana quanto o equilíbrio dos sistemas não-humanos integrantes do ambiente “estão ameaçados pelo capitalismo, em especial, pelos efeitos destrutivos da ciência e da tecnologia transformada pelo capital na sua principal força produtiva.” (VELASCO, 2002, p.40). A título de ilustração, tomemos por empréstimo alguns registros de Boff (2008) sobre a degradação ambiental. Segundo esse filósofo, do ano de 1500 a 1850 foram eliminadas uma espécie a cada dez anos, de 1850 a 1950, uma espécie por ano, e, de 1989 para cá, há o desaparecimento de uma espécie por dia. Historicamente depredamos a biodiversidade em nossa casa planetária. De meados da década de 70 até a atualidade, desapareceram 20% das espécies. As florestas estão desaparecendo num ritmo de 20 milhões de hectares por ano. Na América Latina estima-se que, por causa do desmatamento, trinta a 50 mil espécies tenham desaparecido. E, dentre os principais problemas globais atinentes ao ambiente, estão a chuva ácida, o efeito estufa, a destruição da camada de ozônio e o crescimento populacional desordenado. O impacto disso tudo pode ser desenhado pela denominada pegada ecológica, aliás, ensina-nos Martínéz Alier (2009, p. 72) que:

Concretamente, a pegada ecológica de uma pessoa soma quatro tipos de uso de solo: a) a terra destinada para alimentar a pessoa, superfície que irá variar de acordo com a sua dieta (por exemplo, se come mais ou se come menos carne) e da intensidade do cultivo; b) a terra

utilizada para produzir madeira para papel e outros usos; c) a terra edificada e pavimentada para ruas, estradas...; d) a terra que hipoteticamente serviria para produzir energia em forma de biomassa equivalente ao consumo atual de combustíveis fósseis e de energia nuclear desta pessoa ou, alternativamente, a terra necessária para que sua vegetação absorva o dióxido de carbono emitido. A pegada ecológica representa, em hectares de terra alguns aspectos importantes do impacto ambiental humano.

A chuva ácida nasce do processo desnordeado de industrialização que promove a dispersão, na atmosfera, do dióxido de enxofre de forma combinada com o óxido de nitrogênio e as águas das chuvas que se transmutam em partículas ácidas sobre a vegetação e as águas. Essas partículas são responsáveis por uma série de doenças respiratórias e pela contaminação de diversos alimentos. O efeito estufa, por sua vez, é consequência da queima de combustíveis fósseis que se desligam do dióxido de carbono e de outros fósseis, o que produz o aquecimento global. Ao lado desse cenário que denuncia como vilipendiamos a Natureza, temos a destruição da camada de ozônio que protege a vida no planeta das radiações ultravioleta, fator cancerígeno no ser humano e que afeta negativamente a nossa imunidade. É de bom alvitre que não esqueçamos que a emissão de resíduos químicos industriais na atmosfera é a principal responsável pelo buraco na camada de ozônio e que os maiores poluidores são os países ricos e industrializados, os mesmos capazes de ignorar tratados e acordos para a redução do lançamento de gases na atmosfera.

O jornalista e ativista Trigueiro (2009) nomeia esses aspectos da crise ambiental como *sinais de alerta*, destacando-os da seguinte forma: as mudanças climáticas, a escassez de recursos hídricos, a produção monumental de resíduos, a destruição sistemática e veloz da biodiversidade, o crescimento caótico e desordenado das cidades em que vive a maior parte da população mundial e a transgenia. Contudo, coloca a responsabilidade nas mãos de todos nós, por causa de nosso estilo de vida, hábitos, comportamentos padrões de consumo.

Entretanto, Eduardo Galeano, em recente entrevista, sugere que há uma desatenta ingenuidade no discurso ecológico. O autor (Galeano, 2011) se refere às mentiras apresentadas pelos que enriquecem com a exploração da natureza, com a espoliação dos pobres e a expropriação dos povos tradicionais de suas terras. Elas podem ser assim resumidas: culpabilização coletiva e indiscriminada pela ruína no

planeta; o capitalismo verde como algo sustentável; a suposição de uma neutralidade à ecologia, na relação dialética entre o capital e o trabalho; e a proposição da Natureza como externa ao ser humano. Ele estima que apenas 20% da humanidade comete em torno dos 80% das atrocidades contra a Natureza o que geram um processo alarmante de injustiça ambiental, pois o restante da humanidade, que não detém o capital, sofre as consequências da ação nefasta daqueles que comandam o jogo da economia globalizada sobre o ambiente natural. Do mesmo modo, segundo o autor, devemos lançar uma inteligente desconfiança frente ao denominado “capitalismo verde”, pois este se apropria do discurso ambientalista para promover o denominado desenvolvimento sustentável, que obedece muito mais as perspectivas economicistas do que os limites e as possibilidades que emergem do reconhecimento dos potenciais dos recursos ecológicos, como há muito denunciam os economistas ecológicos.

A suposta neutralidade da ecologia na relação dialética entre capital e trabalho apregoada pelas empresas que desenvolvem um marketing verde na atualidade, nada obstante os efeitos desastrosos de sua ação sobre o ambiente natural ao longo do tempo, assoma-se à ideologização da ecologia que porta, em termos mundiais e ao contrário disso, uma militância plural, composta de uma gama de saberes apropriados na *práxis* social do ambientalismo. Este, por sua feita, atesta a sustentabilidade como um campo de disputas cuja re-significação, através da denúncia e das práticas alternativas de manejo dos recursos naturais, anuncia a necessidade de mudanças radicais no modo com que agimos coletivamente e, sobretudo, na forma com que as multinacionais exploram o ambiente, reduzindo-o à valoração econômica.

Em torno da crítica ao desenvolvimento sustentado, que procura em nível discursivo proclamar o crescimento econômico como um processo sustentável e produz uma evidente naturalização da capitalização da Natureza, Leff (2011), numa perspectiva que partilho, discute as estratégias de apropriação dos recursos naturais por parte do neoliberalismo. Para o autor, o neoliberalismo investe na afirmação da força da política do desenvolvimento sustentável para diluir supostamente a contradição entre ambiente e crescimento econômico.

No âmbito dessa lógica, o mercado apresenta-se como mecanismo certo de internalização da questão ambiental ao processo de desenvolvimento, como se a crise ecológica não mantivesse estreitas relações com o modo de acumulação capitalista em

voga, sendo este, inclusive, capaz de solucionar os problemas referentes ao desequilíbrio ecológico e às desigualdades socioeconômicas. Trata-se de um discurso que opera na lógica da negação das condições ecológicas em defesa da apropriação e transformação da natureza, que procura internalizar o custo ecológico – valorado conforme os interesses do capital – e coisifica indivíduos, cultura e Natureza.

A retórica do desenvolvimento sustentável tem transmutado o sentido de ambiente, construído pela ação dos movimentos ambientalistas, numa proposição voluntarista e ingênua em favor das políticas ambientais neoliberais e do crescimento orientado pelo livre mercado. O mercado valoriza a Natureza e é apresentado como o único mecanismo capaz de solucionar magicamente o processo entrópico que o planeta vive e salvaguardar o mesmo às gerações futuras. Contudo, a mesma racionalidade que promove a degradação ambiental orientada por determinada opção política contra mudanças concretas é incapaz de evitar o fim do futuro – fazendo alusão à histórica e fundamentada crítica de Lutzemberger (1980) – e, de fato, a discursividade do desenvolvimento sustentável dissimula cinicamente as estratégias e trai o sentido de uma sustentabilidade a favor das gentes, dos povos tradicionais, da biodiversidade e equilíbrio ecológico nos diferentes biomas.

El discurso de la globalización se convierte en una mirada glotona más que una visión holística; en lugar de integrar a la naturaleza y a la cultura como soportes de la producción, engulle racionalmente al planeta y al mundo a un orden económico que predomina sobre las esferas de la sociabilidad, los valores éticos, el sentido de La existencia. Esta operación simbólica somete a todos los órdenes del ser a los dictados de una racionalidad globalizante. De esta forma, prepara las condiciones ideológicas para la capitalización de la naturaleza y la reducción del ambiente a la razón económica. (LEFF, 2011, p. 6-7)

Nessa lógica caberia à tecnologia, com a sua eficiência, segundo a proposição do “ecocapital”, reverter a degradação ambiental provocada pela lógica de produção e consumo em vigor, de tal sorte que o sistema ecológico possa funcionar no esquema de reciclagem e potencialização do crescimento econômico. Trata-se, indubitavelmente, de uma estratégia fugaz no sentido de desmobilizar as resistências culturais e naturais à lógica do capital, assentadas na espoliação dos recursos naturais e, até mesmo, do patrimônio cultural das populações no mundo globalizado, sem medir esforços para

imputar uma neutralidade num campo de conflitos em relevo, ocultando o cinismo da globalização econômica e as fatais estratégias do desenvolvimento sustentado; como também, legitimar formas inovadoras de apropriação da Natureza que se opõem visceralmente aos direitos tradicionais pela terra, ao trabalho e à autonomia cultural.

Leff (2006), ao apresentar uma dialética das formas sociais de reapropriação da natureza, demonstra que o paradigma do desenvolvimento sustentável só pode ser mantido à custa do esgotamento dos recursos naturais, da diluição dos potenciais culturais das gentes e da desmobilização de ações coletivas destinadas à denúncia da insustentabilidade do capital globalizado. Em contraposição à ideologia do desenvolvimento sustentável, a sustentabilidade como categoria teórica se afirma no sentido de trazer, no campo dos saberes e das práticas sociais e produtivas, a identificação da Natureza em sua função de suporte em que nos movemos e *vivemos com*, além de sua condição e possibilidade em sistemas de produção que sintonizem com os limites por ela apontados.

Segundo Leff (2006, p. 135), o discurso do desenvolvimento sustentável ganhou oficialidade na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, em 1992, no Rio de Janeiro. Entretanto, foi em 1972, na Conferência de Estocolmo, que a questão da consciência ambiental passou a ganhar destaque, pois, naquele momento, entrou no cenário político mundial a discussão sobre os limites do crescimento e a degradação ambiental sem precedentes gerada pelo processo civilizatório em curso. Ali eram postos em questão e de forma alarmista os efeitos danosos de um modelo de crescimento sem limites para a vida no planeta, considerando o problema da contaminação do ambiente e o crescimento populacional. Como resposta salvacionista, a Conferência postula o ecodesenvolvimento sob o imperativo da criação de modos produtivos e estilos de vida orientados pelos potenciais ecológicos regionais, pela diversidade étnica e pela autogestão das comunidades tradicionais. Vivia-se um momento em que teorias econômicas de dependência, desigualdade e acumulação interna do capital projetavam o modelo de desenvolvimento a ser hegemonicamente buscado. Nesse ínterim, segundo Leff (2006), as estratégias conceituais do ecodesenvolvimento eram tramadas com as concepções sistêmicas advindas dos estudos ecológicos na tentativa de integração, no sistema econômico, de um conjunto de variáveis e condições ambientais.

Contudo, recordemos que a crise ecológica emerge como o *calcanhar de Aquiles* do ecodesenvolvimento, demonstrando que lhe subjaz uma crise de civilização e racionalidade econômica persistente. Entretanto, a categoria ambiente como conceito acaba por exigir um sentido estratégico na construção política de sua admissão concreta como via de superação da exploração econômica das gentes, da injustiça ambiental e da marginalização social, pondo em dúvida a eficácia da capitalização da Natureza. Como reconfiguração, o capitalismo nos anos 80 oferece em sua versão neoliberal o discurso do desenvolvimento sustentável.

Se nos anos 1970 a crise ambiental tornou necessário que se colocasse um freio antes que o colapso ecológico fosse alcançado, a partir dos anos 1980 o discurso neoliberal anunciou o desaparecimento da contradição entre ambiente e crescimento. Os mecanismos de mercado são postulados como o meio mais correto de assimilação das condições ecológicas e dos valores culturais ao processo de crescimento econômico. Na perspectiva neoliberal, desaparecem as causas econômicas dos problemas ecológicos. A crise ambiental não é mais um efeito da acumulação de capital, mas um resultado do fato de não haver outorgado os direitos de propriedade (privada) e atribuído valores (de mercado) aos bens comuns. Uma vez estabelecido o anterior – afirma o discurso do desenvolvimento sustentado –, as leis clarividentes do mercado se encarregariam de ajustar os desequilíbrios ecológicos e as diferenças sociais, a equidade e a sustentabilidade. (LEFF, 2006, p. 139)

O Informe Brundtland⁴ intitulado “Nosso Futuro Comum” propôs-se a uma avaliação dos processos de degradação ambiental e da eficácia das políticas públicas em prol de seu enfrentamento, propondo uma visão comum entre as nações, tendo em vista a gestão compartilhada da sustentabilidade e a promoção da sobrevivência da espécie humana. Seu discurso apresenta-se em prol de uma sustentabilidade compreendida como o processo que enseja a satisfação das necessidades da população atual sem comprometer a capacidade de atender às necessidades das futuras gerações. É clara a

⁴ Publicado pela primeira vez em Língua Portuguesa em 1988, esse relatório produzido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991) é apresentado em três capítulos. O primeiro deles trata da crise ecológica em seus sintomas e causas propondo um modo novo de ver o ambiente e o desenvolvimento e faz defesa do desenvolvimento sustentável. O segundo capítulo aponta os desafios comuns da sociedade global no que tange aos recursos humanos e ao crescimento populacional, perpassa a questão da segurança alimentar e dos ecossistemas, usos energéticos, o consumo responsável na indústria e o desafio das cidades em relação ao ambiente. Já, em seu terceiro capítulo o relatório indica os caminhos coletivos para que, em nível mundial, o desenvolvimento sustentável se torne um paradigma político, econômico e produtivo.

proposição de uma política de consenso, de modo a diluir conflitos, embora desague em ambiguidades conceituais, estratégicas e políticas.

A Agenda 21⁵, por sua vez, procurou legitimar as políticas de desenvolvimento sustentável cujos acordos foram renovados em Johannesburgo, em 2002, embora sem traduzir ainda um conjunto de *práxis* que se configurem em um tempo de transição para a sustentabilidade. A globalização econômica somente reconfigura a morte da Natureza como parte do projeto moderno de uma voracidade sem limites, movida por uma compulsão por apropriar-se, consumir e recodificar em valor econômico a Natureza, a cultura, os seres humanos.

Enfim, se de um lado a crise ecológica tem a fortíssima contribuição da crença moderna da Natureza como uma arca de riqueza inacabável disponível para o homem, e orienta os campos da economia, da política e do consumo há séculos e em escala global, por outro lado, como seres não-determinados pelas circunstâncias, mas, por elas condicionados, somos – os que não partilhamos do grande capital e dos meios de produção – apenas em parte responsáveis pela crise, quando optamos pelo ecocídio em nossas decisões, as mais pueris no cotidiano.

Ademais, não podemos ignorar a injustiça ambiental produzida pelos países ricos, pelas multinacionais e pelos projetos de exploração da biodiversidade sob o mandamento do lucro sem limites. Em resposta, tem sido gestada uma possibilidade alternativa, que aposta na promoção de uma (ou várias) racionalidade ambiental como forma de superação da racionalidade antinatura operacionalizada em diferentes âmbitos da vida humana, em especial através da concretização do projeto neoliberal de desenvolvimento sustentável e da internalização subjetiva da lógica capitalista.

De qualquer forma, conjugada à capitalização da Natureza e suas consequências para a degradação dessa, que se evidencia nos desastres denominados por naturais, estamos diante da degradação material, simbólica e o extremo empobrecimento dos homens e das mulheres dos mais diferentes contextos. A ânsia pela dominação

⁵ Resultado da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, realizada no Rio de Janeiro em 1992, é um documento que procura especificar as ações indispensáveis à reconciliação entre desenvolvimento e sustentabilidade em nível mundial. Com quarenta capítulos, a Agenda 21 é dividida em quatro seções que versam sobre as dimensões socioeconômicas dos problemas e soluções ambientais, gestão de recursos para o desenvolvimento, o fortalecimento de diferentes grupos sociais para o desenvolvimento sustentável e os mecanismos de implantação da agenda. (O texto integral da Agenda 21 está disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/agenda21.php>)

estabeleceu, como resultado, o desenvolvimento anômalo perpetrado desde a revolução industrial, embora as relações classistas tenham antecedentes históricos que denotam nossa lógica de oposição/dominação do homem branco (BRANDÃO, 1994) que se choca com os povos tradicionais, em especial os povos indígenas cuja alteridade favoreceu a sua dizimação por nossa parte.

Concebo com Boff (2004) que o paradigma adotado tem vitimado drasticamente a mãe Terra e os pobres. É preciso compreender em que consiste a categoria pobreza de modo a não valer-se de um conceito vazio ou de um jargão. Em oportuno estudo (Spicker, 2009) há referências a definições científicas da categoria pobreza, configuradas a partir da medição dos baixos níveis de vida material das classes populares. O indicador está estabelecido pelo índice de privação e o gasto com consumo, sendo o primeiro considerado mais exato em razão da aferição do consumo em períodos breves de tempo e a sua dependência em relação ao ingresso de recursos econômicos. Contudo, a descrição do conceito assinala que a ideia de pobreza é mais bem apurada se adotada uma noção mais ampla de recursos do que simplesmente valores monetários, e, desse modo, a pobreza pode ser definida como o ponto abaixo do qual os recursos dos pobres são gravemente inferiores aos que estão à disposição dos indivíduos pertencentes às famílias medianas, vendo-se excluídos dos níveis de vida, costumes e atividades acessíveis aos demais membros de uma dada sociedade.

Em um de seus estudos sobre a pobreza e suas novas configurações, como no caso da exclusão e das classes sociais, Martins (2002) faz alusão ao fato de que as desigualdades se ampliaram como consequência da forma de desenvolvimento anômalo adotado pelo capitalismo. Aliás, o sociólogo francês Dubet (2001) partilha da análise sociológica da multiplicação das desigualdades, tomando como ponto de partida três facetas particulares da vida hodierna: consumo, educação e trabalho, decorrente não apenas da globalização, mas da experiência cotidiana dos sujeitos. Em sua análise, Dubet (2001) considera o que nomeia como dupla face do ideário de igualdade na modernidade, referindo-se à aspiração fundamental pela igualdade dos indivíduos, que coexiste à desigualdade histórica estrutural vinculada aos mecanismos de desenvolvimento do capitalismo. Vivemos formas de estratificação social que formam escalas de níveis hierárquicos de dominação e exclusão na dinâmica das classes. Por exemplo, a segmentação do mercado de trabalho se define não somente pelas

necessidades econômicas, mas frisa diferenciações orientadas por questões étnicas, faixa etária, sexo, escolaridade, etc. O flagelo do desemprego se circunscreve a grupos sociais bem definidos.

Façamos uma breve digressão sobre esse modelo para voltarmos à questão da pobreza e da exclusão social propriamente dita. O modelo de desenvolvimento econômico adotado gera uma forma de desenvolvimento social desumano que compromete até mesmo a sua sustentação ao instituir o caminho de sua crise na espoliação das riquezas naturais, na precarização do trabalho e da qualidade de vida daquele que labora. Esse ilegítimo sistema social alija dos mecanismos de produção e de seus resultados uma legião de pessoas (calculadas como um custo necessário ao seu falacioso modelo de desenvolvimento). Essa forma de desenvolvimento anômalo – enriquecimento posto sobre a miséria – não somente se reproduz na instituição social da pobreza, como também, nos modos de sobrevivência que os pobres delineiam para si, na sua insistência pela participação, ainda que incipiente para o consumo de migalhas excedentes do sistema dominante.

Assim, estamos diante de uma sociedade que exclui para incluir precariamente em configurações materiais desumanas de produção e participação consumista, privilégios para poucos “esforçados”, descartando-se a conquista de direitos sociais outrora pensados como pauta de lutas dos grupos sociais marginalizados.

Para sairmos do simplismo da mera oposição das categorias *inclusão* e *exclusão*, somos convidados por uma sociologia sensível, radicalmente interpretativa, a reconhecer que, do ponto de vista de um pensamento crítico, não podemos falar em *pobreza*, mas *pobrezas*. As reestruturações do desenvolvimento anômalo do capitalismo atual e as multiplicadas desigualdades sociais marcam profundamente a face da vida humana com cicatrizes muito mais sociais do que meramente de cunho econômico. As privações não são somente de recursos econômicos, há o empobrecimento da leitura de mundo, da sementeira de sonhos. Há a capitalização das relações com o sagrado, da sexualidade, a liquidez das afeições e a fragilidade dos laços de confiança e reciprocidade, ladeados pela pobreza política, cultural e estética.

Afirma Martins (2002, p. 12) que:

A pobreza, convém lembrar, já não é mais nem principalmente a carência material. As pobrezas se multiplicaram em todos os planos e contaminaram âmbitos da vida que nunca reconheceríamos como expressões de carências vitais.

Aliás, é importante fazer referência, para a apreciação da temática da pobreza, à problematização que Martins (2002, p. 25-47) apresenta quanto à imprecisão da categoria exclusão para compreender as configurações da pobreza na sociedade contemporânea do Terceiro Mundo. Tal categoria não é verificável na totalidade dos seus usos pelos intelectuais, agentes de pastorais e militantes políticos, tal qual como os nomeados de excluídos a vivenciam. De fato, o que a pesquisa sociológica faz é procurar estabelecer uma leitura do que está no limiar, de forma residual, entre a consciência social sobre o oprimido e a sua condição social.

Nesse sentido, a nossa compreensão não é propriamente o vivido, mas a leitura possível que tecemos sobre esse vivido, com o esforço de traduzir inquietações que são muito mais nossas do que desse outro objeto/sujeito de nossa militância, ação religiosa ou investigação. No presente, vivenciamos situações sociais que complexificam a compreensão dessas diferenças entre o que é afirmado sociologicamente e o que é efetivamente vivido, como o fenômeno do desemprego, no qual os grupos sociais estão mais fragilizados, aprofundando o desencontro entre suas vivências e o que delas dizemos. Não se está propondo, contudo, a desistência do engajamento da pesquisa social, mas que assumamos o limite de nossas investigações no campo de estudos produzidos sobre os movimentos sociais.

Pois bem, a suposta igualdade jurídica, a realização do trabalho livre cuja relação contratual estabelece suas condições concretas reguladas pela “mão invisível do mercado” redefine a vida do trabalhador e sua identidade de tal forma que questões de classe social e reivindicações históricas das classes laboriosas são sobrepostas pelas demandas da sobrevivência no limite imposto pelo desemprego. Este faz dos indivíduos sujeitos na condição de uma vida em parênteses (Bauman, 2005), ou seja, entre a esperança do emprego e a possibilidade do desemprego como futuro próximo. Vê-se, objetivamente, que o projeto da modernidade em sua constante guerra com a Natureza e de promoção do descarte de coisas e de gentes cujo destino é ser “reciclável” para o mercado de trabalho, desconsidera a identidade e a historicidade dos sujeitos e a sua

vocação ontológica para ser mais (Freire, 2003). Desse modo, temos a produção crescente de refugio humano e material de forma avassaladora no planeta.

As pessoas cujas formas de subsistência ortodoxas e forçosamente desvalorizadas já foram marcadas para a destruição, e elas próprias assinaladas como refugio removível, não podem optar. Em seus sonhos noturnos podem moldar-se à semelhança dos consumidores, mas é a sobrevivência física, e não a orgia consumista que lhes ocupa os dias. Está montado o palco para o encontro dos dejetos humanos com as sobras das orgias consumistas – de fato, parecem ter sido feitos uns para os outros... Por trás da cortina colorida da livre competição e do comércio idem, o *homo hierarquicus* se arrasta. Na sociedade de castas, só os intocáveis podiam (e deviam) manusear coisas intocáveis. No mundo da liberdade e igualdade globais, as terras e a população foram arrumadas numa hierarquia de castas. (BAUMAN, 2005, p. 77)

Em nossa sociedade o emprego é apontado como a solução de problemáticas sociais e define o lugar social que os indivíduos ocupam, conforme o *status* conferido à sua forma de ocupação, além de ser peça importante na manutenção do modelo socioeconômico vigente, tanto quanto para a sobrevivência dos mesmos. Contudo, a realidade da maximização dos lucros das multinacionais e da mão reguladora do mercado define a ausência de postos de trabalho para todos, o que acirra a competição social e mantém a reprodução da ordem em voga. Assim, temos um quadro caótico em que essas baixas colaterais da instituição do *progresso moderno* configuram-se como resultantes da globalização.

A partir desses apontamentos teóricos identifico que os/as recicladores/recicladoras vivem a experiência de sobranes (excluídos que aguardam sua inclusão precária na sociedade de classes), são “heróis não decantados da modernidade” (BAUMAN, 2005, p. 39), cuja indefinição é uma constante em suas vidas. Vivem na condição de pessoas descartáveis que passam a ser atreladas, por força das condições materiais em que se movem, ao manuseio dos resíduos que produzimos ao mesmo tempo em que são funestamente identificadas com a invisibilidade desses mesmos resíduos materiais. A via desses sujeitos para o retorno ao quadro dos incluídos não é outra senão a do consumo, ainda que limitado às sobras. Nesse contexto, os pobres são exilados nas margens dos grandes centros, para não afetarem a sua paisagem, sendo instados a ocuparem o seu devido lugar na configuração social, como se faz com o lixo.

A periferia, salvo a inventiva criatividade de seus moradores, é um rejeito de gente. No capitalismo se lida com o “refugio” humano do mesmo modo que se conduzem os resíduos materiais. Temos a indústria da remoção do lixo material e o aparato público e privado para o ocultamento do “lixo humano”. Obedecendo ao paradigma do descarte, os/as recicladores/recicladoras de lixo são aqueles que, na cadeia produtiva da reciclagem, vão sendo incluídos precariamente a partir de um setor de trabalho que nasce de uma sociológica de consumo irresponsável e da situação da negação – dos que têm recursos econômicos para consumir – em manusear o lixo que produzem, passando a ser, por imposição da sobrevivência nesse ambiente hostil, condenados a essa materialidade, proscritos, exilados no monturo residual da sociedade.

1.3 RACIONALIDADE AMBIENTAL, SUSTENTABILIDADE E AMBIENTE⁶

Como foi afirmado anteriormente, a crise em questão apresenta-se como *situação-limite*⁷ imposta pela complexidade da realidade ao pensamento ocidental moderno e a seu projeto de sociedade. Assim, a crise ecológica coloca em xeque o dogmatismo científico, o modo pelo qual se construiu e organizou o conhecimento em blocos disciplinares, e as crenças de nossa civilização – sobretudo àquela da Natureza inesgotável –, questionando o *status quo* da sociedade no que diz respeito às formas de democracia representativa, à divisão do poder e do modo de distribuição contraditória de renda e acesso à apropriação dos recursos culturais e naturais.

A crise se impõe como situação-limite que exige da humanidade a ousadia criativa de atos-limites para a sua transposição. “Esta superação, que não existe fora das

⁶ As categorias teóricas *racionalidade ambiental*, *sustentabilidade* e *ambiente* foram definidas, nesse item, com intuito de aclarar ao leitor a compreensão que está presente neste estudo a respeito delas, especialmente, quando é tratada a temática da Educação Popular Ambiental a partir do capítulo quatro e sobre o campo ambiental como campo simbólico em que transitam os recicladores/recicladoras como sujeitos sociais. São conceitos pensados desde a produção acadêmica que se ocupa da temática ambiental cuja referência mais recorrente são os escritos do pesquisador mexicano Enrique Leff (Leff, 2001; 2006; 2011)

⁷ É de Freire (2003) que colho a compreensão da idéia de situação-limite na qual inscrevo a crise ecológica de nossos dias. Situação configurada pela ação humana que desafia nossa espécie à sua superação, mediante a tomada de outros caminhos frente ao abismo que a mesma impõe à racionalidade instrumental. Em conformidade com Freire as situações-limite são aquelas circunstâncias da experiência humana construídas historicamente que não devem ser consideradas insuperáveis, nem sem dever, mas quando os homens as identificam como freios de sua ação cultural para a própria libertação, elas se tornariam “percebidos destacados” no pano de fundo de sua visão de mundo.

relações homens-mundo, somente pode verificar-se através da ação dos homens sobre a realidade concreta em que se dão as ‘situações-limite’.” (FREIRE, 2003, p. 91). Nesse sentido, a invenção de novas práticas sociais alternativas à crise ambiental pode ser concebida em atos-limite elaborados em redes do cotidiano que buscam a superação da dicotomia homem/Natureza, do paradigma cartesiano e de seus efeitos danosos, delineando outro paradigma de racionalidade que aponta à compreensão do mundo em sua complexidade, para o sentimento de identidade com a Natureza, rumo a uma ética de responsabilidade com a vida (Pelizzoli, 2002).

(...) a solução da crise ambiental – crise global e planetária – não poderá dar-se somente pela via de uma gestão racional da natureza e do risco de mudança global. A crise ambiental nos leva a interrogar o conhecimento do mundo, a questionar esse projeto epistemológico que buscou a unidade, a uniformidade, a homogeneidade; esse projeto que anuncia um futuro comum, negando o limite, o tempo, a história; a diferença, a diversidade, a outridade. A crise ambiental é um questionamento sobre a natureza da natureza e do ser no mundo, da linha do tempo e a entropia como leis da matéria viva, desde a morte como lei-limite na cultura, que constituem a ordem simbólica, do poder e do saber. (LEFF, 2003, p. 20)

Como civilização, precisamos trilhar outra via de racionalidade. Um processo em construção que se estabeleça não somente no ato de duvidar dos cânones do conhecimento moderno, sobre qual seja nosso lugar no mundo, mas pela busca de outras epistemologias que vençam as fronteiras entre as ciências, para que essas, em diálogo interdisciplinar, contribuam à compreensão crítica e às ações coletivas⁸ ante a complexidade da crise pela qual passamos. Assim, poderemos desencadear um processo de construção de saberes que, em sua intersecção, revelem as múltiplas causas teóricas, econômicas e políticas da crise ecológica e atendam à emergente necessidade de tomarmos outros rumos.

⁸ Com Melucci (2001) aprendemos que as ações coletivas, levadas a efeito por sujeitos que fazem convergir suas práticas sociais numa identidade coletiva, assumem uma não-linearidade, sendo dotadas de costuras e descontinuidades, sendo expressas em “micro-redes” em torno de algum conflito ou desejo instituinte. São redes de comunicação e interação, de trocas e “andarilhagem” de sujeitos, alimentando a sua constituição interna em uma tensão dialógica entre complementaridade/contradição; unidade/diversidade; flexibilidade/controle; continuidade/ruptura; agilidade/lentidão; autonomia/interdependência; ação/reflexão. Nelas o trabalho não é rigidamente hierarquizado, sua força parece estar vinculada à capacidade de mobilização das solidariedades, à flexibilidade e imediatismo, e ao diálogo e participação mais direta possível.

Essa outra racionalidade precisa ser pautada na percepção do ambiente, na compreensão dos processos ecológicos, para que, aprendendo nossos limites numa atitude de doura ignorância⁹, consigamos estruturar as bases de outros modos de viver, produzir e consumir com base na lógica de sustentabilidade, que não consiste na mesma orientação produtiva de desenvolvimento sustentável. Sustentabilidade, por sua vez, não pode ser pensada como imediata consequência da assinatura de tratados que, sob uma visão romântica, gerariam mudanças na racionalidade ecocida. Trata-se, sobretudo, da transição de uma lógica estreita para a construção da racionalidade ambiental nas dimensões materiais, simbólicas, históricas das relações sociedade e ambiente.

A sustentabilidade surge do limite de um mundo levado pela busca de uma unidade da diversidade submetida ao jugo da idéia absoluta, da racionalidade tecnológica e da globalização do mercado. É a quebra de um projeto que quis submeter a diversidade à unificação forçada do real (do monoteísmo do mercado globalizado). É um projeto de emancipação para deixar em liberdade os potenciais da diversidade biológica e cultural. É o desencadeamento de um mundo tecnologizado para deixar falar o calado pela objetificação de um mundo calculado. (LEFF, 2001, p. 412)

Como podemos notar, a categoria sustentabilidade carrega em si a dimensão de denúncia do campo ambiental, que questiona o desequilíbrio ecológico causado pela adesão cega à racionalidade econômica dominante, ao mesmo tempo em que profetiza um novo tempo, calcado na apropriação subjetiva da complexidade ambiental, nas ações humanas.

Na perspectiva de uma racionalidade que seja dialógica em relação ao ambiente, esse precisa ser lido na sua “bio” e sociodiversidade. Para Brandão (2005), a leitura da biodiversidade aparece em sua dimensão social:

Esse conceito chave, aqui, deverá abarcar não apenas a variedade natural de genes, indivíduos e espécies de seres do mundo natural, mas também, em suas peculiaridades e no seu todo, os ecossistemas,

⁹ Para Santos (2008, p. 17) “Ser um doura ignorante no nosso tempo é saber que a diversidade epistemológica do mundo é potencialmente infinita e que cada saber só muito limitadamente tem conhecimento dela.” Ou seja, saber dos limites epistemológicos e de experiência a que somos acometidos diante da sociodiversidade do mundo, da pluralidade de práticas culturais, saberes e fazeres e, por que não dizer, das variadas formas de sociabilidade.

os ambientes naturais e as sociedades humanas deles participantes.
(BRANDÃO, 2005, p. 71-72.)

A conexão sócio/biodiversidade acontece nas relações das comunidades de humanos com o ambiente, em que pese a configuração dos recursos naturais que dispõem, a rotina climática, a estrutura geográfica, bem como as condições materiais que as sociedades ofertam aos diversos grupos culturais e étnicos – donde emergem outros “percebidos destacados” (Freire, 2003) a respeito das desigualdades sociais, das ausências que denotam o processo de favelização urbana, do desrespeito para com o direito de morar dignamente e produzir humanamente.

E, ainda, aderindo à concepção abordada por Leff, podemos perceber que:

O ambiente é integrado por processos, tanto de ordem física como social, dominados e excluídos pela racionalidade econômica: a natureza superexplorada e a degradação ambiental, a perda da diversidade biológica e cultural, a pobreza associada à destruição do patrimônio de recursos dos povos e à dissolução de identidades étnicas, a desigual distribuição dos custos ecológicos do crescimento e a deterioração da qualidade de vida. Ao mesmo tempo, o ambiente surge como um novo potencial produtivo, resultado da articulação de processos de ordem natural e social que mobilizam a produtividade ecológica, a inovação tecnológica e a organização cultural. (LEFF, 2001, p. 224)

A compreensão do que se pode desenhar por ambiente passa por significá-lo como o espaço determinado fisicamente, no qual convivem homem e natureza, espécie humana e outras espécies, em complexa interdependência. Mediante o trabalho, o homem modifica a natureza e se refaz ao transformá-la, desenvolve tecnologias e produz certo legado cultural que dá significado à sua relação com o mundo.

Concebe-se que o ambiente, em sua complexificação, abarca os processos ecológicos, dos quais a humanidade é um dos elementos que nele se movimentam, profundamente afetados pela racionalidade econômica *necrófila* – que forja os processos de exploração desenfreada dos recursos naturais –, pelo *ecocídio* da biodiversidade e pela invasão cultural pautada na intolerância e na negação da palavra do outro, costuradas com a fabricação da miséria, do racismo, das manifestações do preconceito ou sectarismos e com a ação cultural antidialógica na concessão do acesso aos povos aos recursos ecológicos.

Podemos, então, pensar o ambiente:

(...) não como sinônimo de natureza intocada, mas como um campo de interações entre a cultura, a sociedade e a base física e biológica dos processos vitais, no qual todos os termos dessa relação se modificam dinâmica e mutuamente. Tal perspectiva considera o meio ambiente como espaço relacional, em que a presença humana, longe de ser percebida como extemporânea, intrusa ou desagregadora (câncer do planeta), aparece como um agente que pertence à teia de relações da vida social, natural e cultural e interage com ela. (CARVALHO, 2004, p. 37)

A concepção de ambiente aqui exposta não desconhece as suas bases naturais, mas revigora uma estratégia conceitual coerente com a racionalidade ambiental, que é capaz de transcender a racionalidade instrumental, pois que, nesse sentido, a questão ambiental deve ser pensada em sua complexidade, na qual a natureza se relaciona de forma interdependente com os elementos socioculturais.

Como racionalidade fundada no ambiente, a racionalidade ambiental, na atualidade, apresenta-se como via alternativa aos efeitos socioambientais nefastos, ocasionados pela racionalidade economicista, reducionista, uniformizante do saber, das culturas, do mundo. Além disso, provoca, na orientação que pode efetivar no agir humano com o mundo, alterações singulares nas políticas públicas, nos modos de produção, no desenvolvimento de tecnologias e nos processos educativos; incorpora os limites dos potenciais ecológicos na condução dessas esferas e insere dentre os valores humanos outros imperativos éticos.

Segundo Leff (2001), os movimentos sociais, na expressão do ambientalismo, já estruturam transformações na racionalidade social dominante, objetivando fazer com que sejam internalizadas as bases ecológicas e sociais da sustentabilidade. Denuncia a incompatibilidade de interesses e valores entre capitalismo e ambientalismo; estabelece, no âmbito das instituições em que conflitam diversos atores sociais, a divergência entre seus referenciais teóricos e suas estratégias políticas.

A racionalidade ambiental¹⁰ consiste na resultante de uma gama de princípios e práticas que visam dar sentido e estruturam processos sociais que redesenham, por meio

¹⁰ A racionalidade ambiental se construiria a partir de quatro esferas articuladas entre si: a) *racionalidade substantiva*: sistema de normas que definiriam os princípios e objetivos sociais; b) *racionalidade teórica*: sistematizadora dos valores da racionalidade substantiva, articulando-os com os processos ecológicos,

de normas, estratégias e objetivos elaborados coletivamente, o *modus operandi* da sociedade de consumo, reordenando-o pela aprendizagem que pode ser auferida na escuta profunda dos processos ecológicos, na percepção dos limites dos recursos naturais, na investigação do modo sustentável pelo qual os povos tradicionais se relacionam com o ambiente. Contudo, a legitimidade desta outra racionalidade depende das ações empreendidas pelos atores sociais, de sua coerência entre princípios e *práxis*, começando por esmiuçar as contradições entre os processos ecológicos e a problemática ambiental.

De outro lado, estão na pauta dos países terceiro-mundistas interesses vinculados às mudanças sociais, políticas e institucionais para a sustentabilidade, que valorizam potenciais ambientais, culturais e locais, além da aposta na autogestão comunitária para a reapropriação e manejo democrático dos recursos naturais etc.

Neste processo de recomposição do tecido social surgem novas organizações profissionais, órgãos não-governamentais, grupos privados e associações civis que buscam oportunidades de participação nos espaços econômicos e políticos abertos pela problemática ambiental. Este processo vai abrindo novas frentes de luta, novas estratégias políticas, novas formulas de negociação e novas táticas de concentração entre o Estado e a sociedade. (LEFF, 2001, p. 103)

Esses movimentos sociais de vocação ambiental, como interlocutores de outra perspectiva de desenvolvimento e das demandas de diferentes grupos sociais perante a problemática ambiental, fazem frente à ausência de políticas públicas encetadas pelos governos, em prol de bandeiras convergentes nas lutas pela justiça social, a favor das identidades étnicas e da autonomia dos povos é que surgem os movimentos sociais na especificidade da identidade ecológica de seus atores coletivos, vindo a originar processos de inserção de componentes da racionalidade ambiental, na difusão do saber ambiental, pela *práxis* que operam na sociedade.

produtivos, tecnológicos, políticos, econômicos e culturais do contexto em que se delinea outra racionalidade; c) *racionalidade instrumental*: operacionaliza os objetivos sociais e as bases do desenvolvimento sustentável mediante meios eficazes; d) *racionalidade cultural*: sistema de significados sociais não determinados homogeneamente pela lógica ambiental, produtor das identidades, das culturas, visando uma sintonia entre as práticas sociais e o potencial natural local. (LEFF, 2001)

Esses atores coletivos são orientados pela variedade de tendências contemporâneas, como aponta Brandão (2005), ao analisar a identidade coletiva do(s) ambientalismo(s) como uma árvore múltipla, fazendo referência à diversidade de estilos, pessoas, grupos, ações coletivas e valores desses movimentos de *vocaçãonatureza*.

Saber ambiental é uma categoria fundamental nessa reflexão e, nesse caso, cabe esclarecer a acepção aqui adotada (Leff, 2001). É evidente que a racionalidade ambiental requer, para sua efetivação na cultura e, portanto, nas práticas sociais, a reorganização interdisciplinar¹¹ do saber para a construção e apropriação de saberes que se produzam de forma interdependente com os saberes que produzimos a respeito do ambiente, em diferentes campos do conhecimento. Não se trata de propor uma uniformização e um ajuste desses saberes à ecologia, pura e simplesmente, mas ao contrário, o saber ambiental é constituído por processos de produção de saberes de caráter ambiental e que problematizam o saber fragmentado historicamente instituído na racionalidade moderna.

Nesse rumo, o saber ambiental (Leff, 2001) é um saber que não é neutro e, portanto, faz a denúncia das relações de poder que se inscrevem na produção, circulação e apropriação do conhecimento em suas diferentes modalidades e ambientes, anunciando a subversão da ordem de silenciamento imposta aos saberes marginais.

O saber ambiental é uma epistemologia política que visa dar sustentabilidade à vida; é um saber que vincula os potenciais ecológicos e a produtividade neguentrópica do planeta com a criatividade cultural dos povos que habitam a Terra. O saber ambiental muda o olhar do conhecimento e com isso transforma as

¹¹ Calloni (2006) encara a fragmentação disciplinar como uma problemática resultante do acelerado desenvolvimento tecnocientífico da lógica do capital e, desse modo, ao discutir o conceito de interdisciplinaridade, destaca-a não como sendo um modismo – por perdurar, enquanto movimento intelectual, por mais de vinte anos –, mas, em um permanente processo reflexivo que lê o conhecimento como um todo, não compartimentado, em uma dinâmica de ensino-aprendizado que favorece o entendimento da unidade dialógica dos saberes construídos em sua própria processualidade. A referência ao processo de ensino-aprendizado dá-se porque esse filósofo entende que o enfoque interdisciplinar não se encontra enclausurado na discussão acadêmica simplesmente, mas, perpassa fundamentalmente as instâncias educativas formais e informais nas quais transitamos todos nós, inclusive os cientistas e os intelectuais. Enfim, com base nessa concepção, a interdisciplinaridade pode ser compreendida como uma proposição intelectual permanente e crítica que insiste na interdependência entre saberes especializados e seus desdobramentos disciplinares numa percepção de conjunto, da unidade na diversidade, portadora de uma dimensão ética de responsabilidade que transcende a preocupação apenas com a vida humana para se estender aos demais seres da vida.

condições do ser no mundo na relação que o ser estabelece com o pensar e o saber, com o conhecer e o agir no mundo. O saber ambiental é uma ética para acariciar a vida (...). (LEFF, 2011, p. 201)

Enfim, o saber ambiental constitui-se em “um campo de conhecimentos teóricos e práticos orientado para a rearticulação das relações sociedade-natureza.” (LEFF, 2001, p. 145). Além de gerar novos objetos interdisciplinares de estudo, novos e múltiplos modos de apropriação do mundo e sentidos de civilização para a concretização da racionalidade ambiental, esse saber – originariamente propagado ou legitimado no âmbito dos movimentos sociais marcadamente ambientalistas – reivindica, na formação de um sujeito ecológico, processos educativos orientados por outras bases epistemológicas.

Até aqui, tive o ensejo de problematizar o paradigma da modernidade, a racionalidade homogeneizante e historicamente avassaladora da Natureza, destacando alguns aspectos de sua insustentabilidade no campo ambiental, tanto quanto sua contribuição para a produção social da pobreza, como parte desse projeto que procura, seja nas estratégias verdes do desenvolvimento sustentado, seja nas modalidades de exclusão/inclusão precária, a manutenção do modelo econômico globalizado. Entretanto, os horizontes de esperança se delineiam na construção da luta dos movimentos ambientalistas e nas ações coletivas que se voltam à questão ambiental, aliando-se às demandas de caráter popular, nas quais “Creo que he visto una luz al otro lado del río”¹², na produção do saber ambiental que edifica outras racionalidades, em sintonia mais apropriada com a vida.

¹² Alusão à canção do músico uruguaio Jorge Drexler intitulada *Al otro lato del rio*.

2. OPÇÕES METODOLÓGICAS

(...) devemos compreender como na atualidade, os indivíduos, a partir de seus contextos e condições de vida específicas, inclusive de pobreza e de limitadas oportunidades são produtores de sentido e de estratégias, individuais de formas de solidariedade inovadoras, que não são inscritas a *priori* da história ou nas estruturas sociais. A perspectiva que defendemos pode ser interpretada erroneamente como a afirmação de um individualismo ingênuo, quando se trata na verdade de ir além do velho determinismo estruturalista. Reconhecendo a existência de vetores de poder e de condicionamentos sociais dentro e a partir dos quais as pessoas definem suas estratégias e sentidos de vida, a análise social deve descobrir como os indivíduos constantemente reorganizam suas percepções e práticas, criando novas alternativas e possibilidades. Em suma, trata-se de aceitar a indeterminação como parte da vida das sociedades modernas e, portanto, que a análise social desvenda o passado, tateia o presente, mas desconhece o futuro. (SORJ; MARTUCCELLI, 2009, p. 12)

No presente capítulo são apresentados o objeto empírico, o problema de pesquisa, os objetivos que guiaram esse estudo, bem como a metodologia adotada para a consecução dos objetivos da pesquisa levada a efeito junto aos/as recicladores/recicladoras da Associação de Reciclagem Ecológica Rubem Berta. Evidencia-se a opção pelo estudo de caso na orientação metodológica desta tese, dotada de um diálogo com as contribuições do olhar etnográfico, tendo em vista o desejo da construção de uma descrição densa das circunstâncias em que os/as recicladores/recicladoras operacionalizam o seu trabalho no galpão de reciclagem. Como técnicas de pesquisa foram utilizadas a observação participante, as entrevistas semiestruturadas e o diário de campo numa modalidade virtual e partilhada, desenvolvida pelos educadores e pesquisadores vinculados ao Projeto Reciclando Vida naquela Associação de Reciclagem.

2. 1 OBJETO EMPÍRICO, PROBLEMA E OBJETIVOS

Antes de começar a apresentar a proposta metodológica adotada nesta pesquisa, considero oportuno discorrer sobre como cheguei ao objeto empírico. Na convivência

com recicladores/recicladoras, desencadeada pela minha inserção no Projeto Reciclando Vida na Associação de Reciclagem Ecológica Rubem Berta (A.R.E.R.B.)¹³, no ano de 2007, tive os primeiros contatos com o grupo que viria a se tornar o objeto desta investigação. Naquela oportunidade e a partir das trocas de constatações e análises com meu orientador¹⁴ e demais integrantes do grupo de pesquisa, mediante uma interação educativa, fui identificando a complexidade da vida cotidiana no Galpão de reciclagem e a fertilidade das trajetórias e do cotidiano dos/das recicladores/recicladoras.

Minha atuação inicial no Projeto Reciclando Vida começou como voluntário, em julho de 2007, acompanhando algumas discussões por e-mail e reuniões dos/das recicladores/recicladoras e dos educadores desse projeto. Tinha por intenção de pesquisa outra experiência educativa ocorrida em Porto Alegre, especialmente na Vila Jardim Planetário e coordenada, no passado, pela freira Ir. Udila Pierdoná. Ingressei no Doutorado em Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul em agosto de 2007, depois de ter meu projeto aprovado. No entanto, na medida em que tomei conhecimento das oficinas educativas que eram desenvolvidas com os/as recicladores/recicladoras na Associação de Reciclagem Ecológica Rubem Berta passei a acompanhar mais de perto as reuniões do Projeto Reciclando Vida, que serviam como espaço de planejamento e formação dos educadores denominados por oficineiros, nos eixos pertinentes ao projeto: gestão, horta e saúde e acabei optando por mudar meu objeto de investigação.

¹³ O Projeto Reciclando Vida consistiu em projeto de pesquisa e atuação educativa que contou com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq. O projeto esteve vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Objetivou desenvolver, mediante ações educativas, ferramentas de sustentabilidade para a associação de recicladores/recicladoras onde se desenvolvia. Minha atuação no projeto começou como voluntário e, depois, assumi a coordenação pedagógica do mesmo. Sua duração deu-se no período de 2005 a 2008 e contou com extensa equipe de educadores, participantes em diferentes momentos, a saber: a) numa primeira fase - o sociólogo Leandro Flores, a professora Marcelisa Monteiro, o técnico agrícola Jorge Amaro Borges, o cientista social João Reus do Nascimento, a psicóloga Jane Fischer Barros, a educadora musical Maria Helena de Lima, a nutricionista Luciana Machado, a acadêmica de História Maria do Carmo de Costa, a acadêmica de Biologia Michele Antunes, a professora Arlete Salcides, a médica Amélia Mano; b) posteriormente, atuaram na equipe o professor Thiago de Mello Cargnin, a acadêmica de Artes Alissa Grotiffied, a enfermeira Josi Tischler, a Doutoranda do PPGEDU-UFRGS Larissa Camacho Carvalho, a acadêmica de Nutrição Lilian Teixeira, o agrônomo Vinícius de Lima, os recicladores Roque Spies e Odette Spies, e a acadêmica de Pedagogia Fernanda Carpes Mello.

¹⁴ Estou me referindo ao período de julho de 2007 a maio de 2008, em que meu orientador de doutorado e coordenador da atividade de extensão era o Prof. Dr. Nilton Bueno Fischer.

Com o passar do tempo, assumi a coordenação pedagógica do Projeto Reciclando Vida a convite do Prof. Nilton Fischer. Meu trabalho consistia em assessorar os educadores em seu planejamento, quando solicitado, acompanhar as atividades desenvolvidas com os/as recicladores/recicladoras e os relatos apresentados a respeito na lista de e-mails do grupo G4hklein¹⁵ criado para a partilha das vivências educativas, além de interagir com os trabalhadores da reciclagem objetivando a contínua avaliação do projeto e assessoria ao galpão. A partir dos diálogos com o Prof. Nilton, optamos por alterar o projeto de pesquisa referente ao doutorado ao constatarmos o quanto a inserção no cotidiano desses trabalhadores no galpão era rica de constatações empíricas e perplexidades que se apresentavam às práticas de Educação Popular e Ambiental. Assim, meu problema de pesquisa transitava em torno dos saberes, fazeres e sociabilidades dos/das recicladores/recicladoras da Associação de Reciclagem Ecológica Rubem Berta.

Pouco a pouco, procurando eximir-me de um romantismo presente em minha formação, que de certa forma acabava por legitimar sem qualquer objeção o que eu considerava a palavra dos pobres, fui compreendendo que aquelas trajetórias não transmutadas ainda em objeto científico, tanto quanto os saberes da vida e os trânsitos e lutas diárias dos/das recicladores/recicladoras, vivificados ou rememorados nas conversas da hora do lanche ou nos pequenos grupos, poderiam adquirir certa visibilidade se estudados numa tese na área da Educação.

Esses sujeitos, relegados à invisibilidade no contexto da lógica produtiva e de consumo da sociedade contemporânea vivem apenas dois momentos de exceção quanto à sua invisibilidade social: quando aparecem em propagandas ecologicamente corretas da Prefeitura da cidade, relacionadas à coleta seletiva, ou quando esses trabalhadores são vistos em propagandas de grandes empresas, que os apóiam com alguma subvenção, por vezes precariamente, e que procuram formar a opinião pública quanto ao compromisso socioambiental da empresa.

Nas idas e vindas das intervenções educativas no Galpão e nos diálogos com o Prof. Nilton sobre o vivido no projeto, remodelei o horizonte de meu estudo para apreender – no âmbito da Associação e a partir do nexos possível entre o itinerário de

¹⁵ <http://br.groups.yahoo.com/group/g4hklein/>

vida dos/das recicladores/recicladoras e suas vivências na Unidade de Reciclagem – os saberes do trabalho associado com resíduos sólidos, a sua dinâmica e os limites e possibilidades do Projeto Reciclando Vida nesse contexto.

O problema que passou a guiar a pesquisa consistia em apreender quais eram os saberes produzidos no trabalho associado na reciclagem na Associação de Reciclagem Ecológica Rubem Berta. Desse problema, decorreram outras questões-chave: como se processava a produção desses saberes na dinâmica de trabalho no galpão de reciclagem? De que forma se constituía a identidade do trabalhador na reciclagem? Quais foram os limites e as possibilidades do Projeto Reciclando Vida no seu diálogo com a dinâmica de trabalho no galpão? O que esses limites e possibilidades têm a dizer aos ideários e práticas de Educação Popular e Ambiental?

Desse modo, ficou estabelecido como objetivo geral da pesquisa investigar quais os saberes produzidos no trabalho associado dos/das recicladores/recicladoras da Associação de Reciclagem Ecológica Rubem Berta, e por objetivos específicos foram definidos:

- a) Compreender o modo pelo qual são produzidos esses saberes no cotidiano do trabalho associado no galpão de reciclagem;
- b) Identificar como se constitui a identidade do trabalhador da reciclagem nessa Associação;
- c) Conhecer e problematizar os limites e as possibilidades que o Projeto Reciclando Vida se deparou em sua execução ante a dinâmica de trabalho e as sociabilidades instauradas na Associação de Reciclagem Ecológica Rubem Berta.

A hipótese presente na pesquisa era de que o trabalho associado na A.R.E.R.B produzia saberes específicos cujo processo de partilha e apropriação por parte dos/das recicladores/recicladoras constituía-se numa “pedagogia do galpão”, sendo possível identificar quais eram esses saberes construídos, mobilizados e partilhados a partir do estudo da dinâmica do trabalho na Associação. Essa hipótese tinha por pressuposto o princípio educativo do trabalho presente na cultura cooperativa de empreendimentos de matriz solidária, como no caso do galpão de reciclagem pesquisado.

Para mim, era perceptível que as falas, principalmente das mulheres recicladoras, nos diálogos mais explícitos da vida nas rodas de conversa, propiciadas na

hora do café, ofereciam elementos problematizadores da ação educativa de que foram ou são objeto. Suas vivências expressam uma singularidade cultural que me provocaram a investir em um estudo que buscasse superar o superficialismo teórico ou a generalização sociológica de escrever sobre os pobres, a fim de investigar e aprender a ver a sociedade e a educação popular a partir dos olhares, da leitura de mundo das pessoas que vivem uma inclusão precária, palavras de Martins (1997) que ecoaram em minha mente como um convite metodológico para ouvir os silenciados, auscultar o sujeito oculto no coletivo da reciclagem, enfim, fui impulsionado a tentar delinear minha investigação nesse sentido, o de aprender com o cotidiano de trabalho e com as narrativas do povo simples sobre suas vidas e seus saberes produzidos no ambiente de trabalho.

Ademais, Martins (1997) radicaliza suas proposições, formulando uma crítica competente sobre a questão dos silenciamentos que as ciências sociais passam a impor àqueles cujos grupos são alvo de seus estudos, sem levar em conta os sujeitos dos quais a performance no cotidiano é periférica, recordando a confusão prática a que é levado o pesquisador quando em campo, ao invés de poder conversar com o informante considerado privilegiado, passa a travar contato, por um motivo inesperado qualquer, com outros que na sua concepção hierarquizada estão na cota dos silenciosos, cuja fala é pretensamente descartável. Nesse momento, o pesquisador pouco sensível ao sujeito oculto, até mesmo pelas lentes das ciências sociais, teria ensejo profícuo – para o autor – de contatar “as mulheres, as crianças, os velhos, os agregados da casa, os dependentes, os que vivem de favor. Ou os mudos da História, os que não deixam textos escritos ou documentos” (MARTINS, 1997, p. 118). Martins propõe uma sociologia do indivíduo não-homogeneizado, sem perder de vista sua pertença ao contexto social, admitindo os limites do pesquisador para a compreensão da fala ou para a epistemologia do outro.

Agora, retornando à questão do objeto empírico, trago para nutrir a reflexão, um registro do Prof. Jacques Marre relativamente à escolha do objeto de pesquisa:

Na maneira de escolher, procede-se através de uma ruptura. Não há tema escolhido pelo pesquisador que seja do mesmo modo que o senso comum o valoriza. Pelo contrário, para que um processo de escolha possa ser considerado científico, há necessidade para o cientista de se distanciar, de criticar e avaliar o modo pelo qual a opinião pública, o senso comum ou os partidos políticos tratam a

questão. Ciência, ou melhor, prática de investigação empírica, não é de maneira alguma identificação com essas diversas problemáticas assinaladas pelo senso comum ou pela opinião pública. (MARRE, 1991, p. 10)

Veja-se, então, que é esperado que a escolha do objeto empírico seja feita a partir de uma ruptura frente à sociologia espontânea, aquela que toma o dado oriundo do manifesto como um valor ou verdade em si. O tema escolhido pelo pesquisador, no processo problematizador que a pesquisa exige, é ser diferenciado do modo como a sociedade ou os grupos sociais em geral o concebem, sem, entretanto, classificar esse saber como menor, mas ao reconhecê-lo distinto, dar-se o direito de discordar, duvidar, colocar em suspenso. “De modo algum o cientista é uma voz que presta sua voz ao partido, à opinião pública, para solucionar problemas no modo pelo qual o partido ou a opinião pública querem que sejam solucionados.” (MARRE, 1991, p. 10). Dessa forma, o pesquisador social não fica refém do senso comum, da leitura de mundo dos grupos sociais com os quais trabalha, o que não significa assumir uma postura elitista, considerar-se como iluminado e único legítimo intérprete do cotidiano do grupo ou contexto analisados.

Assim, na convivência com os/as recicladores/recicladoras, a análise foi sendo distanciada cada vez mais de uma perspectiva sociológica classificatória que acaba por reduzir os sujeitos de forma homogênea e simplificada como “os oprimidos”, embora algo que eu já inferia no trabalho na periferia e pelas conversas com meu orientador insinuou-se sobremaneira em meu modo de ver. Tampouco foi utilizado como subsídio dessa investigação o discurso do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCMR), movimento do qual os trabalhadores da Associação de Reciclagem Ecológica Rubem Berta não fazem parte e no qual não possuem laços de diálogo ou cooperação pela ausência de qualquer atuação desse movimento junto deles. No cotidiano do trabalho educativo no galpão, entre acordos e desacordos com o grupo e nosso coletivo de pesquisa e trabalho, fui identificando opressões, ou seja, formas de opressão pluralizadas e ambíguas que atestaram a incapacidade de querer ver tudo por um prisma apriorístico acerca das classes populares. Esse olhar se configurou assim na medida em que a reflexividade do pesquisador foi sendo exercitada no trabalho de campo.

No que toca à reflexividade, a postura metodológica de Melucci (2005b) dá relevo à identificação de que o pesquisador encontra-se situado num contexto e que a produção do conhecimento depende do lugar em que ocupa no campo da pesquisa. Essa perspectiva põe em questão a tradição da pesquisa sociológica segundo a qual há uma neutralidade e objetividade do pesquisador em sua intervenção. A produção da pesquisa social associa-se às circunstâncias em que o pesquisador atua, ao modo como se relaciona com os sujeitos pesquisados e produz conhecimento sobre o objeto de estudo. Admite-se aqui que a reflexividade consiste na consciência que tem o pesquisador ou observador de que ele jamais será totalmente outro frente aos sujeitos de pesquisa, mas parte do campo empírico, ou seja, imbricado nos desdobramentos da pesquisa como um sujeito concreto, impelido por sentidos, buscas, paixões, funções que lhe são conferidas pelo grupo pesquisado e pela instituição a que pertence, além de por suas habilidades específicas no trabalho de campo. Tudo isso consta, e não deve ser eliminado em nome de um purismo científico, como elementos presentes no campo social e que nutrem a pesquisa como tal.

No horizonte do referencial teórico-metodológico, figuraram também os escritos de Santos (2008) que ajudaram a compor o objeto empírico, reforçando a percepção da minha incompletude, comungada, nesses tempos de crise de paradigma sociocultural da modernidade ocidental, por todos e todas que percebem que vivemos dias de perguntas fortes e respostas débeis ante a gama de indagações e opções no campo da vida individual, das ações coletivas e dos problemas do presente que refutam nossas certezas oriundas do horizonte epistemológico da racionalidade moderna. Como alude Santos (2004), em torno do movimento de apreensão da sociologia das ausências e de sua abertura para uma sociologia das emergências, ou seja, da ênfase investigativa dos saberes ausentes na monocultura do saber vigente e sua exposição plural e dialógica como saberes emergentes e fertilizantes instaura-se uma outra racionalidade científica e social.

Nessas leituras de caráter pós-colonial, os saberes produzidos por diferentes grupos sociais são percebidos e valorizados em si mesmos e na conexão que suas fronteiras promovem, destacando-se a ininteligibilidade dos saberes se suprimidas as referências de uns para com os outros. Enfim, a produção de Santos (2008) postula a diversidade epistemológica do mundo, ressalta a multiplicidade de saberes produzidos

no sul, na margem, na periferia do mundo. Ele problematiza os universalismos e, como pesquisador, fala fundo da douda ignorância¹⁶, que nos abre perspectivas investigativas não-confirmatórias de posições partidárias ou cientificistas, mas que nos conduzem a uma relação de alteridade em relação aos saberes e às práticas sociais ausentes da academia, que emergem das ações coletivas dos grupos, povos ou indivíduos postos ao sul. As idéias de Santos convergiram com as leituras dos registros de José de Souza Martins e com o mergulho na cotidianidade do Galpão de Reciclagem no Rubem Berta, com suas contradições e complementaridades.

Os movimentos da prática de pesquisa, em especial os diálogos com os autores estudados e suas perspectivas teóricas repercutiram em uma inversão metodológica. Não procurei dados empíricos que se enquadrassem nos meus pressupostos iniciais, mas referenciais que contribuíssem para pensar, sistematizar e produzir algo sociologicamente relevante sobre o objeto de estudo relacionado aos/às recicladores/recicladoras. Em outras palavras, busquei uma incursão rumo às ferramentas e aos referenciais teóricos da antropologia e de uma sociologia sensível para dar conta da investigação.

Em sua instigante crítica ao pensamento ortopédico, aquele que ajusta e torna legítimo o que atende às exigências e intencionalidades da hegemonia epistemológica da ciência, Santos (2008) alerta o quanto essa racionalidade reduz os problemas existenciais ao que a respeito deles fosse possível nomear com rigor científico. O processo de predação científica do mundo implica, indubitavelmente, em uma redução, desencantamento e miserabilidade pelo ajuste das problemáticas de nosso tempo aos marcos teóricos celebrados pela ciência reconhecidamente dominante. Essa hegemonia estende-se por variados campos do saber e, pouco a pouco, percebe-se que a apropriação da complexidade da realidade, por parte desse jeito de produzir ciência, tende a fazer dos dilemas de nosso tempo problemas de ordem academicista, atendendo-os de forma hiper-especializada e pouco eficaz no saber fracionado.

¹⁶ Para Santos (2008, p. 17) “Ser um doudo ignorante no nosso tempo é saber que a diversidade epistemológica do mundo é potencialmente infinita e que cada saber só muito limitadamente tem conhecimento dela.” Ou seja, saber dos limites epistemológicos e de experiência a que somos acometidos diante da sociodiversidade do mundo, da pluralidade de práticas culturais, saberes e fazeres e, por que não dizer, das variadas formas de sociabilidade.

2.2. O ESTUDO DE CASO E AS TÉCNICAS ADOTADAS

O estudo de caso como orientação metodológica consiste na investigação pontual, qualitativa e densa (Macedo, 2006), não apenas factual. Essa modalidade de pesquisa tem por pressuposto o inacabamento do pesquisador e a provisoriade dos saberes produzidos na investigação social, e podemos caracterizá-lo por esse aspecto provisório quanto ao conhecimento apreendido, pela valorização do contexto em que se processa o caso. Procura retratar densamente e da forma mais profunda possível a unidade/realidade pesquisada, sem descurar de estabelecer relações com um contexto mais global de seu objeto empírico.

Durante a pesquisa com os/as recicladores/recicladoras, procurei manter o foco na realidade circunscrita do trabalho cotidiano na reciclagem da A.R.E.R.B., que, embora representativa ante outros casos análogos, traz conclusões que não podem ser generalizadas fortuitamente, a fim de contribuir acertadamente com outros estudos do mesmo gênero. Na escrita da tese orientada pela análise dos dados, situo o contexto histórico regional e as circunstâncias em que se inscrevem os/as recicladores/recicladoras como sujeitos atuantes no campo ambiental em tempos de crise ecológica.

Então, o pesquisador que se dedica à realização de um estudo de caso procura fazer uso de uma variedade de técnicas de coleta de dados, em diferentes momentos, situações variadas e com informadores diferentes, evitando, desse modo, o privilégio de apenas uma perspectiva e a idealização daquilo que pesquisa, pois a realidade estudada pode ser mirada de diferentes perspectivas. Aliás, parafraseando Boff (1998), um ponto de vista é a vista somente de um ponto, de uma única perspectiva. Desse modo, o estudo de caso constitui-se no esforço metodológico de compreender uma instância singular, específica e de forma relacional, pois que a realidade estudada é um fragmento da contextura social e ambiental na qual está enraizada.

As técnicas de pesquisa utilizadas nesse estudo de caso foram a pesquisa bibliográfica para a revisão da literatura, na busca da fundamentação teórica da tese, a observação participante, o diário de campo (no suporte virtual de lista de e-mails e, por isso, partilhado) e a realização de entrevistas semiestruturadas. A pesquisa bibliográfica (entre livros, teses e artigos científicos sobre o tema) contou com a consulta de textos de

pesquisadores na Educação Popular e Ambiental, desde os primeiros meses de pesquisa, que passaram a figurar na tese dada a sua pertinência na redação desta.

A observação participante anuncia a inspiração etnográfica deste estudo de caso, portanto, vale lembrar que Maria Nazareth Hassen (2009) assinala as proximidades do campo da antropologia e da educação, sobretudo a partir do trabalho dos antropólogos culturais, muito embora poucos antropólogos valorizem a educação nos estudos da antropologia e ainda não seja expressivo o número de educadores que alçam voo rumo à antropologia para compreender os processos educativos em diferentes culturas. Desse modo, a autora propõe a aproximação entre as duas áreas, para além da relação entre campo de pesquisa – uso da educação por parte da antropologia – e de aporte metodológico – uso da antropologia pela educação -, sobretudo pela íntima relação entre ambas as áreas. Para isso, a educação se beneficiaria ou contribuiria com a antropologia na medida em que se apropriaria dos debates que norteiam o fazer antropológico nos últimos tempos.

Em suas origens, a pesquisa de cunho etnográfico apresenta como pressuposto metodológico uma ênfase na inserção no campo, um mergulho no modo de vida nativo e de temporalidade extensa cuja base está no entendimento dos traços gerais fundamentais da sociedade estudada, ou seja, suas instituições, normas e organização da vida em comum; nos elementos imponderáveis da vida social – as ações cotidianas que a convivência no trabalho de campo faculta aprender a ler – e no espírito nativo – captado a partir de falas, gestos e expressões.

Parece-me que o esforço metodológico de uma pesquisa que se apóie na etnografia está na direção de conduzir o trabalho de campo a um movimento interpretativo da singularidade cultural de um determinado grupo social, concebendo essa singularidade como específica, diferente, dinâmica e histórica. Aliás, a etnografia é assinalada como “interpretativa; o que ela interpreta é o fluxo do discurso social, e a interpretação envolvida consiste em tentar salvar o ‘dito’ num tal discurso da sua possibilidade de extinguir-se e fixá-lo em formas pesquisáveis.” (GEERTZ, 1978, p. 31). Nesse aspecto, o processo de investigação guarda a possibilidade de dar um singelo contributo no sentido já assinalado por mim, para somar saberes e práticas sociais no mosaico da diversidade epistemológica do mundo elencado na pesquisa social em educação.

Aqui, estou me apoiando no conceito semiótico de cultura expresso por Geertz (1978), tendo por premissa o ser humano como um ser conectado a teias de significados tecidas por ele ao longo de seu trajeto socioantropológico e histórico. Dessa forma, a cultura se configura como teias, e a análise dessas teias como uma ciência interpretativa em busca de significados. A cultura é conceituada como um sistema tramado de elementos simbólicos acessíveis à interpretação, não se instituindo como poderosa causa desencadeadora e determinista de fatos, atitudes ou processos quaisquer, mas como um texto no qual podem ser lidas em conexão e descritas com densidade tais coisas.

Utilizada em pesquisa de abordagem qualitativa, como a que desenvolvi, a observação participante é uma das técnicas que consiste na inserção do pesquisador no grupo observado para que seja parte, ainda que distinta dele dada a especificidade de sua função e presença fundada no lugar social que ocupa, interagindo em longo período com os sujeitos da pesquisa em que partilha de seu cotidiano, vivências e significados produzidos coletivamente.

Não se trata somente de obter a disponibilidade do ator social, mas de apoderar-se de chaves de interpretativas e de competências lingüísticas que são estranhas ao mundo do pesquisador. Diferentemente da observação externa, aqui o propósito não consiste em verificar no campo os comportamentos dos atores sem aceitar as mediações lingüísticas implícitas nos seus relatos verbais, quanto de reconstruir - através de um alistamento provisório - o conjunto de regras e de códigos que tornam compreensíveis e significativos os comportamentos e os gestos comunicativos do ator social. (RANCI, 2005, p. 54-55)

A escolha pelo uso da observação participante como técnica de investigação para este estudo de caso se fundamenta na compreensão de que a inserção extensiva em determinada fração do cotidiano do trabalho da reciclagem, pelo pesquisador, enseja a apropriação de parte expressiva dos significados partilhados, das normas estabelecidas e dos sentidos de gestos, atitudes e silêncios vividos no *locus* de pesquisa pelos sujeitos.

A minha inserção em campo para a observação participante com os/as recicladores/recicladoras da A.R.E.R.B. deu-se a partir da atuação que fui desempenhando como coordenador pedagógico do Projeto Reciclando Vida, iniciada em agosto de 2008, e de modo concomitante a ela, até maio de 2009, prosseguindo de forma sistemática por alguns meses após o fim do projeto. Quando o Prof. Nilton veio a

falecer, minhas visitas à Associação tornaram-se menos sistemáticas, até o fim daquele ano, quando parei¹⁷ de me fazer presente no galpão. Até então, eu estava de três a quatro dias da semana na Associação, atendendo às atividades da coordenação pedagógica para acompanhar recicladores/recicladoras e educadores no andamento do Projeto Reciclando Vida e colhendo dados para a minha pesquisa.

Fui apresentado também como pesquisador ao grupo pelo próprio Prof. Fischer quando substituí o outro coordenador pedagógico que saiu do projeto. Todavia, as tarefas de assessoria ao galpão e à equipe de educadores, na convivência com os/as recicladores/recicladoras em momentos de conflito entre associados, festas, celebrações, conversas informais no momento do intervalo da rotina de trabalho, no instante do chimarrão ou na partilha de quitutes, deixaram minha presença mais naturalizada e mais associada ao sentido assessoria ao grupo, sem jamais existir da minha parte qualquer tentativa de dissolução da minha diferença e do meu papel como pesquisador. Nada obstante, vivesse o tempo todo na tensão entre a intervenção educativa e o meu papel de pesquisador.

A observação participante, lembra Neto (2004), como técnica de pesquisa que se efetiva mediante o contato direto do pesquisador com os atores sociais em seus contextos, tem a sua contribuição para a pesquisa porque enseja a captação de uma diversidade de circunstâncias e fenômenos observados na própria realidade estudada, que escapa às outras técnicas.

Minha inserção no galpão estava guiada ao que queria observar, que pudesse oferecer algo ao problema de pesquisa levantado, e ao meu trabalho como educador popular. Experimentei o tempo todo o risco de uma ação sobrepor-se a outra e, ao invés de polarizá-las em oposição, procurei vivenciá-las atendendo aos compromissos da coordenação pedagógica e às atividades básicas do observador participante, fazendo registros em forma de relatos, extensos ou breves, e partilhando na lista de e-mails com os outros educadores do Projeto e com meu orientador, de forma sistemática, toda a vez que retornara do galpão à minha casa, à noite ou no dia seguinte.

¹⁷ Em Janeiro de 2010 fui nomeado em concurso público da Universidade Federal do Pampa, indo residir em Bagé, na Região da Campanha do RS, onde atuava como pedagogo na Universidade Federal do Pampa, no Gabinete da Reitoria. Por força do regime da função que exercia afastei-me totalmente da pesquisa de campo.

Também, acompanhava os relatos dos demais participantes do projeto e fazia provocações à respeito desses relatos, tendo em vista a análise crítica dos processos educativos para que pudessem ser aprimorados, do ponto de vista pedagógico, e para que pudesse aprofundar algumas questões do cotidiano de trabalho do galpão de reciclagem: modos de trabalho, relações de poder, relações de gênero, formas de apropriação e aplicação dos saberes veiculados nas oficinas, etc. Nessas visitas também fiz fotografias com uma máquina digital, como registro visual, e coletei dados que postei depois nos meus relatos. Normalmente não encontrei dificuldades para os registros fotográficos, mas sua feitura exigiu certa sensibilidade porque algumas pessoas não gostam de ser fotografadas, e o uso desse recurso pede o bom senso para evitar desconfortos e até desentendimentos com os sujeitos da pesquisa.

Na tensão entre a minha participação no galpão de reciclagem como educador e no exercício de relativo distanciamento para operar como observador/pesquisador, raríssimas vezes consegui ser pragmático ao ponto de dissociar essas duas funções para experimentá-las de forma estanque. Vivendo-as em condição difusa percebi que, se para o registro mais minucioso de certos acontecimentos isso pode ter sido um aspecto limitante, por outro lado, o “mergulho” na participação na realidade pesquisada, além de ter me conferido legitimidade junto aos/às recicladores/recicladoras, forneceu uma gama de informações que potencializaram o aprofundamento da compreensão do cotidiano de trabalho no galpão de reciclagem. Isso implicou na aprendizagem de saber ouvir (Valladares, 2007), ou seja, saber prestar a devida atenção, perguntar no momento certo e ficar calado quando necessário, para registrar na memória os fenômenos ocorridos para depois anotá-los e refletir de forma socializada a seu respeito.

O repositório digital dos relatos acima mencionados é a lista de e-mails G4hklein, criada em abril de 2004, cujo acesso era franqueado a todos que colaboravam nas ações coordenadas pelo Prof. Nilton Fischer na A.R.E.R.B. A lista foi utilizada também pelos educadores do Projeto Reciclando Vida e pouco tempo depois do encerramento do Projeto, estando sem movimentação atual. O procedimento de relatos em um diário de campo virtual e compartilhado em lista não foi uma criação minha, evidentemente, era elemento fundamental na prática de Educação Popular desenvolvida pelo Prof. Nilton Fischer com a sua equipe de trabalho, desde os tempos da escolarização no galpão de reciclagem.

Habitualmente esses relatos inscritos no que estou chamando de diário de campo virtual eram produzidos por quase todos os educadores e foram alvo de problematização e diálogo ao longo da execução do projeto. Esses diálogos virtuais, que se misturavam aos das reuniões sistemáticas entre o coletivo de educadores, foram retomados por mim para subsidiar as entrevistas que realizei e para a escrita da tese no que poderia servir para situar o contexto do Projeto Reciclando Vida e alguns elementos que considerei pertinentes ao atendimento do problema de pesquisa. Não categorizei esses relatos pelo motivo do tempo escasso para essa tarefa e de o seu volume e conteúdo parecerem prestar-se muito mais para um outro tipo de estudo, focalizado nas escritas dos educadores populares e ambientais sobre a sua prática educativa com recicladores/recicladoras.

Magnani (1997) ressalta a importância do caderno de campo para o trabalho etnográfico, sendo que essa ferramenta possui a função de ser a depositária das notas, observações, reflexões teóricas, delineamento de mapas, rascunhos etc., independentemente do campo empírico pelo qual transite o pesquisador. Enfim, o sentido do caderno de campo está em permitir pensar a própria pesquisa (reflexividade), debruçar-se sobre ela, retomando as especificidades de seu ofício. Segundo o autor, ambos os textos apresentam objetivamente a dimensão do que consiste o processo de imersão da pesquisa de cunho etnográfico, levando o pesquisador a uma vivência radicalmente diferente de outras abordagens metodológicas. É uma produção escrita gerada no limiar de duas culturas: a do pesquisador e a dos sujeitos pesquisados.

Pode-se sintetizar, finalmente, o trabalho do observador participante como o de coletar dados através de sua participação na vida cotidiana do grupo ou da organização que estuda e o de descobrir as interpretações que as pessoas têm sobre os acontecimentos que ele observou em campo. E, nesse sentido, o procedimento básico adotado por mim consistiu em anotar, após cada visita minha no galpão, os acontecimentos que acompanhara na convivência com os/às recicladores/recicladoras e encaminhar esses registros ao diário virtual compartilhado, com as duas finalidades já expostas que demandavam cumplicidade entre os educadores para com a função dos pesquisadores, como Nilton, eu e uma bolsista de iniciação científica orientada pelo mesmo professor. Muitos desses apontamentos, feitos por mim e pelos outros colaboradores do Projeto Reciclando Vida, serviram para reorientar as atividades

educativas no galpão e tiveram um papel fundamental para a compreensão da dinâmica do trabalho da Associação, que descrevo no próximo capítulo, e os saberes produzidos no interior daquele contexto.

Optei por complementar os registros da observação participante com entrevistas semiestruturadas guiadas pelos objetivos da pesquisa, outrora delineados através da problematização que compus em torno do objeto empírico. A realização de entrevistas é um importante procedimento da pesquisa qualitativa ao lado da observação participante porque mediante o seu uso o pesquisador procura obter as informações que se apresentam como pertinentes ao estudo que conduz, não se constituindo em livre conversa (Neto, 2004), sem intencionalidade.

Dessa maneira, elaborei um roteiro de entrevista que apliquei em 2010 com quatro recicladoras que se disponibilizaram a ceder seus relatos à pesquisa, outras, com as quais havia a algum tempo combinado a realização das entrevistas se negaram ou não compareceram ao galpão, por motivos particulares, nos dias¹⁸ em que pude dispor para entrevistá-las. O afastamento do trabalho de campo também contribuiu para que não fossem realizadas outras entrevistas, infiro isso porque percebi, há muito no cotidiano do galpão, manifestações verbais e gestuais que evidenciavam em certa medida um ressentimento que se instalava como manifestação de protesto quanto à ausência demorada de alguns pesquisadores. Os laços de sociabilidade se fragilizam sem a convivência e os indivíduos se sentem menos vinculados à necessidade de cooperar com a pesquisa, já que o pesquisador não está lá para conviver ou para cooperar com eles em suas demandas coletivas ou particulares.

Minha aproximação com as mulheres do galpão sempre foi maior do que com os homens porque minha inserção foi sendo processada nas atividades do Projeto Reciclando Vida em que elas sempre foram mais dispostas à participação, embora não houvesse unanimidade quanto à importância e ao significado do projeto. Os homens sempre foram desconfiados quanto aos propósitos do projeto, sobretudo pela problematização que as atividades educativas acabavam por realizar sobre a dominação

¹⁸ Trabalhando em um regime de 40 horas semanais na UNIPAMPA, algumas vezes pude negociar com a chefia imediata a possibilidade de me ausentar, mediante acerto de futura compensação de horário, para ir à Porto Alegre, em 2010, para a realização das entrevistas. Realizei duas delas em junho de 2010 e as outras em novembro daquele ano. Havia programado outras para o mês de julho, mas, por causa de bloqueio do acesso da ponte do Guaíba, que me fez chegar à capital após o expediente do galpão, não pude entrevistar ninguém.

masculina que existia no galpão e pela lógica de compadrio com que se articulavam os poucos homens que ali trabalhavam para a manutenção do poder sobre as demais.

O roteiro das entrevistas semiestruturadas versavam em torno de questões como: nome completo, nascimento, cidade de origem, infância, migração para Porto Alegre/RS, trabalhos anteriores ao de recicladora, casamento, família, histórico da A.R.E.R.B e condições de trabalho iniciais, iniciação e socialização de saberes na reciclagem, atividades desenvolvidas no galpão, sociabilidades no trabalho, avaliação das condições de trabalho e também representações sociais sobre o trabalho na reciclagem.

As entrevistas que realizei foram feitas no Centro Cultural Irmão Romildo, em razão dos ruídos em outros espaços do galpão, como o provocado pela prensa, pelas conversas normais no ambiente de trabalho ou por aquele advindo da chegada e saída de caminhões para a descarga de material ou carregamento de fardos vendidos e rejeito, material descartado a ser removido para Estação de Transbordo da Lomba do Pinheiro¹⁹. Após combinado o melhor horário para se ausentar do trabalho para a realização da entrevista, eu antecedia a entrevistada organizando um pouco o espaço da entrevista, feita em torno de uma mesa redonda na sala principal do Centro Cultural. Abria as janelas, colocava o gravador (um aparelho MP4) a postos e aguardava.

Após a chegada da entrevistada, antes de iniciar as perguntas, eu cumpria um ritual: conversava rapidamente e de modo informal a respeito da vida, de como “andavam as coisas”, depois explicava o funcionamento do gravador, que era uma novidade pelo tamanho reduzido. Em seguida, apresentava o roteiro das questões, explicando-o, porque sempre corremos o risco de utilizar termos de nosso conhecimento, do “metiê” do pesquisador na universidade que não fazem parte do vocabulário dos sujeitos da pesquisa, ou ainda que conflitam com os significados atribuídos por eles a determinadas palavras. Enfim, corremos o risco de falarmos e não sermos compreendidos, dificultando o diálogo na entrevista.

Com o gravador ligado, procedia com as entrevistas de forma atenta e cuidadosa. Sempre que necessário acrescentava às questões outras perguntas que ajudassem a

¹⁹ Os resíduos não-recicláveis que chegam à essa estação são transportados para a Central de Resíduos Recreio, que consiste em um aterro sanitário da empresa Soluções Ambientais Ltda, situado no km 181 da BR-290, no município de Minas do Leão a 113Km do município de Porto Alegre.

elucidá-la e contribuíssem com o enriquecimento do depoimento. Nos depoimentos surgiram falas em clima de confiança, não utilizadas na escrita da tese, e houveram momentos de forte emoção para a entrevistada, que contagiou também o pesquisador. Os relatos iam sendo tecidos como descrição dos tópicos abordados, as narrativas recebiam o tom do olhar pessoal do sujeito da pesquisa a respeito do galpão, seu histórico, suas contradições etc.

Entretanto, quando o assunto era referente às trajetórias de vida ou à iniciação no trabalho da reciclagem, a emoção brotava, lágrimas corriam, eram necessárias pausas para recobrar o fôlego, e uma manifesta gratidão pelo voto de confiança de quem um dia lhes estendera a mão para a vinculação ou permanência na ocupação de reciclador foi sendo esboçada como adorno de histórias de luta pela sobrevivência, trabalho e sofrimento. Não pude me furtar à emoção também, enquanto ouvia e interagia grato, por minha vez, pela confiança que me era conferida. Aliás:

Tornamos possível a nossa vida cotidiana, assim como a nossa educação e todas as outras trocas de bens e serviços e de sentidos e saberes com as outras pessoas, com os grupos humanos e com as várias instituições sociais porque vivemos a partilha de culturas fundadas em princípios de mútua e recíproca confiança. (BRANDÃO, 2005, p. 128.)

Confiança é um elemento fundamental do diálogo e das relações humanas, a sua ausência na entrevista resultaria em constrangimento ou dissimulação, nada obstante, saibamos que a narrativa do entrevistado é uma composição sua, uma representação particular do sujeito sobre os fatos pesquisados, nos quais os elementos apresentados são mobilizados por sua livre escolha. Apesar da confiança estabelecida, o sujeito da pesquisa não está condenado a falar exatamente o que o pesquisador quer ouvir, ele apresenta a sua leitura particular sobre as vivências mobilizadas pela memória a serem transpostas, ao seu modo, para as narrativas que compõem as suas respostas. Igualmente, o pesquisador não está destinado a obter rigidamente as respostas do modo que quer. Ele produz o questionário como um roteiro aberto ao risco de ser recriado no momento da entrevista para obter dados os mais próximos possíveis dos interesses de pesquisa, mas está sujeito a colher informações que precisam ser reiteradas ou que indicam outros caminhos de interpretação para a pesquisa.

A escolha dos sujeitos da pesquisa combinou critérios como gênero, vínculo estabelecido com o pesquisador por meio da abertura para o diálogo, quando este estava em campo, na observação participante, e disponibilidade para a realização das entrevistas. Essas mulheres são sujeitos que não estão vinculados à coordenação do galpão, não fazem um discurso institucional da Associação e possuem em torno de dez anos, ou mais, de participação no galpão de reciclagem pesquisado.

Também fiz uso de outras entrevistas realizadas pelo Prof. Nilton e bolsistas, antes de minha inserção no galpão de reciclagem, que versavam praticamente sobre os mesmos tópicos que considerava relevantes para a pesquisa, entre outros. Recebi essas entrevistas de Nilton em razão da pesquisa que ambos realizávamos no galpão para que as utilizasse como comparativo a outras que faria posteriormente. Consultei-as antes de pensar o roteiro daquelas que realizei, e as entrevistas guardavam conteúdo tão pertinente ao problema de pesquisa que seria um desperdício não agregá-las ao *corpus* empírico de minha investigação.

Vejam os abaixo quadro explicativo que caracteriza os sujeitos da pesquisa:

Nome ²⁰	Sexo	Idade	Tempo de serviço	Atividade	Entrevistador	Outras informações
Fabíola	F	55	14 anos	Separação e classificação	Vinícius	Afrobrasileira, não-alfabetizada, casada e mãe.
Miriam	F	60	15 anos	Separação e classificação	Vinícius	Afrobrasileira, casada e mãe.
Giovana	F	50	14 anos	Separação e classificação	Vinícius	Branca, casada e mãe.
Elena	F	31	10 anos	Separação e classificação	Vinícius	Branca, casada e mãe.
Mariana	F	40	15 anos	Separação, classificação, coordenação, secretária e tesouraria	Nilton e equipe	Branca, casada, mãe. A recicladora não faz mais parte do quadro de associados desde 2008.
Janaína	F	Não foi especificada	5 anos	Separação e classificação	Nilton e equipe	Casada, mãe Entrevista produzida em 2004.

²⁰ Todos os nomes são fictícios visando preservar os sujeitos da pesquisa.

						Em 2007 a recicladora não fazia mais parte do quadro de associados.
Lúcia	F	24 anos	2 anos	Separação e classificação	Nilton e equipe	Afrobrasileira, divorciada e mãe. Entrevista produzida em 1999. Em 2007 a recicladora não fazia mais parte do quadro de associados.
Clara	F	Não foi especificada	6 meses	Separação e classificação	Nilton e equipe	Entrevista produzida em 2005, sem mais detalhes sobre a entrevistada. Em 2007 a recicladora não fazia mais parte do quadro de associados.
Elenice	F	62	1 ano	Separação e classificação	Nilton e equipe	Divorciada e mãe. Entrevista produzida em 2002. Em 2007 a recicladora não fazia mais parte do quadro de associados.
Nara	F	Não foi especificada	15 anos aproximadamente	Separação e classificação	Nilton e equipe	Cabocla, divorciada, mãe. Falecida em 2008. Entrevista produzida em 2004.
Jurema	F	Não foi especificada	5 anos	Separação e classificação	Nilton e equipe	Entrevista produzida em 2005, sem mais detalhes sobre a entrevistada. Em 2007 a recicladora não fazia mais parte do quadro de associados.
Ir. Joaquim	M	Não foi especificada	-	Mais de 20 anos de atividade pastoral	Nilton e equipe	Entrevista produzida em 1999, tendo por foco a atividade pastoral do entrevistado nas comunidades eclesiais de base e o histórico da organização de catadores em Porto Alegre/RS.
Ir. Josefa	F	Não foi	-	Mais de 20 anos de atividade	Nilton e equipe	Entrevista produzida em 1999, tendo por foco a

		especificada		pastoral		atividade pastoral da entrevistada nas comunidades eclesiais de base e o histórico da organização de catadores em Porto Alegre/RS.
<p>Obs1: As idades constam de acordo com a entrevista dada.</p> <p>Obs2: Os religiosos foram entrevistados juntos, como consta na entrevista transcrita.</p> <p>Obs3: A atividade principal das recicladoras da A.R.E.R.B. constitui-se na triagem e classificação do material reciclável, contudo, outras ações relativas à rotina de trabalho no galpão também são realizadas diariamente pelas recicladoras, como por exemplo, limpeza do galpão e do pátio, organização de fardos, uso da prensa – quando os homens faltam ou a direção define como necessário –, vendas, atendimento de visitantes etc.</p>						

Dessa forma, pude utilizar um total de treze entrevistas. Quatro delas foram realizadas, transcritas e categorizadas por mim. As demais, depois de lidas de forma sublinhada, foram categorizadas junto com outras em arquivo texto, numa tabela de três colunas intituladas: categoria, sujeito e narrativas. Essa categorização é uma das atividades da análise dos dados, prelúdio para a escrita da tese.

Gomes (2004) informa que:

A palavra categoria, em geral, se refere a um conceito que abrange elementos ou aspectos com características comuns ou que se relacionam entre si. Essa palavra está ligada à idéia de classe ou série. As categorias são empregadas para estabelecer classificações. Nesse sentido, trabalhar com elas significa agrupar elementos, idéias ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger tudo isso. Esse tipo de procedimento, de um modo geral, pode ser utilizado em qualquer tipo de análise em pesquisa qualitativa. (GOMES, 2004, p. 70)

As categorias foram assinaladas mediante a identificação das expressões e dos enunciados recorrentes nos depoimentos transcritos dos sujeitos pesquisados. Dessa forma, emergiram das entrevistas as seguintes categorias: “histórico do galpão”, “dinâmica de trabalho no galpão”, “trabalho”, “migração”, “moradia precária”, “garimpo”, “reciclador”, “pedagogia do galpão”, “sociabilidade”, “coleta seletiva”, “família”, “sonhos” e “religiosidade”. Nem todas apareceram textualmente como assinaladas assim, sendo algumas criadas por mim em conformidade com o que era narrado pela pessoa entrevistada. Os enunciados que convergiam com as categorias ou

que a elas deram origem foram classificados em tabela de forma vinculada às mesmas e separados conforme os entrevistados.

Essas categorias, relacionadas aos dados oriundos das entrevistas, guiaram a minha análise e, portanto, a escrita da tese. A partir da categorização, esses dados foram sendo cruzados com os que haviam sido registrados na observação participante e nos documentos, durante a escrita. Desse modo, o *corpus* empírico da tese aqui apresentada contou 13 entrevistas, os registros no diário de campo virtual e partilhado, documentos como o texto do Projeto Reciclando Vida e o seu relatório final, bem como o Estatuto da A.R.E.R.B..

3. O GALPÃO, SUA PEDAGOGIA E OS/AS RECICLADORES/RECICLADORAS

O homem comum dividido, impotente em face dos poderes que cria, não cede à inércia das forças que procuram reduzi-lo à condição de coisa: imagina, fabula, interpreta, cria ou preserva, recriando ritos e procedimentos cotidianos. Recicla relações sociais e concepções, reapropria-se das tradições de suas origens pré-modernas para enfrentar a privação da história e de compreensão plena que lhe impõe a modernidade que o minimiza e coisifica. Adere, resistindo, para viver e vencer a seu modo o mal estar da sociedade da incerteza. (MARTINS, 2008a, p. 14)

Neste capítulo, descrevo aspectos históricos da formação da Associação de Reciclagem Rubem Berta (A.R.E.R.B.), inserida no processo de reestruturação urbana dos anos 80 e 90 no Município de Porto Alegre/RS. Lanço mão de registros de outros pesquisadores e relatos dos/das recicladores/recicladoras partícipes dessa investigação sobre a ação educativa popular que esteve presente na origem dessa Associação, vinculada às Comunidades Eclesiais de Base. O texto vai sendo tecido no sentido de realizar uma descrição densa, considerando meus registros em campo e a fala dos trabalhadores da reciclagem a respeito da dinâmica de trabalho do Galpão que, por sua vez, obedece o caminho do lixo na produção dos fardos para a venda. Adiante, ocupo-me do processo educativo informal gerado pelo trabalho na reciclagem, que chamo de *pedagogia do galpão*, evidenciando a ação educativa de uns/umas recicladores/recicladoras e a vivência aprendente de outros para a difusão e a apreensão dos saberes do trabalho associado, naquele espaço, em suas diferentes etapas. E, por fim, me dedico a analisar a condição de migrantes vivida pelos sujeitos antes de sua adesão ao trabalho na A. R. E. R. B., sua iniciação no Galpão e o modo como operam no âmbito do campo ambiental.

3.1 LIXO, GALPÕES E A ASSOCIAÇÃO DE RECICLAGEM ECOLÓGICA RUBEM BERTA

No século XIX, nos anos 70, o cuidado com o lixo, em Porto Alegre, era atividade comum aos cidadãos, restringindo-se à deposição e queima do lixo em pátios

ou em acessos às casas. Com o aumento da população e o surgimento de epidemias, medidas higienistas passaram a colocar o lixo sob a atenção do poder público, no mesmo período em que a circulação de desocupados e de prostitutas passaria a ter interdição formal nos espaços destinados à circulação das famílias. A seguir, no nascer do século XX, nas suas primeiras décadas, a capital gaúcha assistiu ao aumento populacional e a sua crescente urbanização. Nessa racionalidade, os caminhos do lixo vão sendo traçados para o destino da incineração em fornos localizados nas ruas San Souci e São Manoel. Também adotou-se o aterro em terrenos alagadiços da cidade, bem como sua compostagem. Dos anos 40 aos 60 do século XX, boa parte do lixo foi sendo destinado à alimentação de porcos, de tal sorte que os criadores de suínos faziam a coleta do material residual urbano para esse fim. A partir dos anos 60, as políticas públicas passaram, em relação ao lixo, a ter um caráter não tão centrado na higiene da população, mas numa posição protecionista em relação ao meio ambiente, como o controle da poluição expedida, da destinação utilitária do lixo para aterros urbanísticos, nada obstante o aparecimento de lixões a céu aberto (LISBOA & outros, 2009).

A título de traçar um paralelo entre o histórico da questão particular do lixo em Porto Alegre, nos anos 70 e 80 do século XX, e a emergência das lutas ecológicas no Brasil e América Latina, cabe lembrar que o ecologismo no Brasil já se fazia sentir nos anos 70 através do surgimento de ações, entidades e movimentos, tendo mesmo aparecido no plano da política institucionalizada mediante a adoção de dispositivos legais de controle em relação ao meio ambiente.

Nos anos 80, a luta ambientalista no Brasil se torna híbrida, combinando o contexto internacional da crítica, especialmente as formas de ação coletiva dos movimentos ambientalistas da Europa e da América do Norte, com o que era produzido no cenário nacional, onde os movimentos sociais pululavam. Assim:

Nos anos 80 e 90 houve progressivo diálogo e aproximação, com mútua influência, entre as lutas ecológicas e os movimentos sociais urbanos, os movimentos populares de um modo geral, a ação política da educação popular, da Igreja da Libertação e das Comunidades Eclesiais de Base. (CARVALHO, 2004, p. 50)

No contexto de aproximação entre movimentos sociais de base e ambientalistas, a política pública de gestão de resíduos sólidos começa a figurar em Porto Alegre, associando uma forma de destinação do lixo com a ordenação e agenciamento do trabalho dos pobres, já realizado de forma autônoma há algum tempo, na busca da manutenção da existência de centenas de famílias mediante o reaproveitamento ou venda daquilo que era oriundo do lixo urbano.

É a partir desse período que na capital gaúcha, inspirados nas proposições das CEB no campo da Educação Popular, que dois religiosos, Ir. Joaquim e Irmã Josefa, como outros também o faziam em sua “opção radical pelos pobres”, procuraram organizar os catadores de lixo ou papeleiros²¹ que laboravam nas ruas da cidade de forma autônoma. Essa população, inscrita na margem, era nomeada pelos religiosos como profetas da ecologia, pois a sua condição de miserabilidade denunciava o processo social desumano estabelecido pelo capitalismo e, ao mesmo tempo, anunciava o valor da Natureza mediante a ação de reaproveitamento de materiais que, ao serem reciclados, não eram destinados aos lixões, reduzindo o impacto ecológico da presença do lixo urbano.

Sob essa inspiração, segundo Ir. Joaquim e Josefa²², foram vários os movimentos e tentativas de organização desses indivíduos em grupos de trabalho cooperado nas ruas de Porto Alegre, com avanços e retrocessos na configuração de um modo de trabalho associado. Vale frisar que os trabalhadores do lixo, comumente, são oriundos de vivências de longo tempo de desemprego, atrelados a condições precárias de sobrevivência, de baixa escolaridade e experiências de trabalho comum às classes subalternas. Trabalhar com o lixo raramente pode ser encarado como uma opção. É, com certeza, quase um destino. Contexto em que, como escreveu Fischer (1989, p. 41), no elo mais fraco das classes populares, as aprendizagens para o trabalho acontecem “predominantemente nas relações dos próprios trabalhadores entre si (...)”.

O trabalho desses agentes de pastoral passou, então, a uma nova modalidade: organizar catadores, conforme o ideário da Educação Popular, para estabelecer

²¹ Termo utilizado na época para designar os catadores que lidavam com a coleta de papelão e que andariavam na área comercial da cidade, com carroças ou carrinhos (daí o termo carrinheiros) em busca desse material.

²² Conforme depoimento recolhido em 17 de maio de 1999, pelo Prof. Nilton Fischer e equipe. Esse depoimento faz parte das fontes da pesquisa.

mediações educativas no sentido de ensinar a trabalhar e produzir coletivamente aqueles homens e mulheres que guardavam em comum as condições precárias de subsistência. Advindos de contextos e trajetórias diversos, como os migrantes do interior do Estado que vinham à capital em busca de melhores condições de vida e, salvo raras exceções, desconheciam os meandros do trabalho cooperativo, lutavam por sobreviver em ritmos e lógica estabelecidos pelo imediatismo que a fome instituiu. Na organização dos catadores de material reciclável, surgiu a questão ecológica como temática associada ao trabalho da Educação Popular que desenvolviam, agregando-a à demanda pela sobrevivência dos grupos populares com as suas intencionalidades religiosas e políticas.

A organização dos papeleiros, nomeados posteriormente por carrinheiros, conquistou seu ápice quando foram fabricados quarenta carrinhos, com doações do exterior a partir de contatos desses agentes de pastoral. Foram reunidos catadores da Vila Farrapos, liderados por um aspirante a pastor evangélico e sua esposa, que atuara em movimentos populares, principalmente em um clube de mães dessa comunidade, outrora apoiado por aquele agente na estruturação de sua cooperativa. Esse movimento culminou em uma mobilização de desempregados, alguns inseridos no trabalho com o lixo, outros não, em uma grande manifestação, um desfile mesmo, de Canoas até o centro da Capital, permanecendo em frente à agência central do banco BANRISUL. A mobilização propiciou o estabelecimento de negociações com o poder público, que resultaram em um convênio para estruturação de um galpão de alvenaria. Nesse ínterim, carrinhos e alguns carrinheiros desaparecem, trazendo novas aprendizagens aos agentes de pastoral: trabalhadores andarilhos, que não moravam nas proximidades do trabalho, não criavam vínculos com o grupo de trabalho associado, apropriavam-se indevidamente do material coletado e se retiravam da associação. Tal mobilização foi um marco histórico e dela decorreu a criação de associações de recicladores/recicladoras e a mobilização de diferentes grupos para empreenderem diversas reivindicações na Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

Vivia-se o entusiasmo da mudança da administração municipal da Capital, tendo assumido a Prefeitura a Frente Popular, capitaneada pelo Partido Trabalhadores, que em 1989 acolheu muitos sujeitos de diversas militâncias para os quadros do aparelho estatal. Era um momento de efervescência, cuja experiência desses sujeitos em ações

educativas não-formais, apoiados por recursos externos algumas vezes, demarcaram a definição de políticas públicas convergentes às demandas populares. E segundo consta:

A partir desse entorno é possível compreender o trabalho que hoje se está desenvolvendo junto aos galpões de reciclagem, organizados em 8 ‘unidades de reciclagem’, abrangendo cerca de 252 pessoas (talvez umas duzentas famílias) e que configuram-se como uma das mais concretas comprovações das híbridas construções de que falávamos e que envolve sujeitos da própria comunidade, profissionais com diferentes inserções junto ao poder público municipal; alunos, professores e pesquisadores de diferentes universidades (públicas e privadas); profissionais liberais, como engenheiros, economistas, psicólogos, advogados, pedagogos que atuam como voluntários, e em especial, aqueles e aquelas que foram ‘pioneiros’ na implantação dos locais de reciclagem. Em quase todas as instituições presentes nas formas de assessoria e colaboração junto aos galpões de reciclagem, se observam trajetórias similares com vínculos junto às classes populares através das Ceb’s. (FISCHER E MOLL, 2009, p. 18)

Martins (2003), em sua tese a respeito das dinâmicas que envolvem os trabalhadores da reciclagem, anota que o processo citado acima, desencadeado por aqueles agentes pastorais – portadores de larga experiência com as comunidades pobres e sindicatos da região – tem relação com a fundação da primeira associação de catadores na Grande Porto Alegre, na Ilha Grande dos Marinheiros, em 1986, com o nome de Associação de Catadores de Material de Porto Alegre, e essa teria servido de laboratório para o programa de apoio e implantação de outras associações de catadores e recicladores/recicladoras²³, apropriado pela municipalidade da Capital, em 1989, após a adoção da coleta seletiva.²⁴

Destaca-se que a população da Ilha Grande tinha, em sua composição, a presença transitória em barracos sobre palafitas, com depósitos de lixo improvisados e criação de animais, como porcos. A criação da Associação contou com a colaboração de pesquisadores, convidados pelo Ir. Joaquim, e, inicialmente, recebeu a doação de

²³ Antes da coleta seletiva em Porto Alegre, os agentes pastorais afeiçoados às comunidades eclesiais de base da Igreja Católica atuaram na fundação da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Santíssima Trindade, na Av. Dique na Capital, conforme a entrevista utilizada na pesquisa.

²⁴ De acordo com os registros de Martins (2003) a coleta seletiva foi implantada em 1990, tendo seu início no Bairro Bom-fim. Sua expansão levou mais seis anos, atingindo até 2003 em torno de 97% da população da cidade. Ela foi projetada como um dos eixos do projeto de gerenciamento de resíduos sólidos da municipalidade, ao lado da recuperação ambiental do lixão existente na Zona Norte e a reorganização de catadores em grupos de trabalho associado.

materiais recicláveis (lixo limpo) das igrejas, trazidos pelos membros da comunidade católica, que culminou num trabalho de conscientização ambiental entre os paroquianos, cujos discursos de acadêmicos, religiosos e, inclusive de catadores, colocava esses últimos na condição de agentes ecológicos. O intuito era a sensibilização da opinião pública para a sua causa e a superação do estigma de desocupação e marginalidade imposta a esse grupo de trabalhadores, antes catadores de rua, confundidos com os materiais descartados e coletados por eles para a sobrevivência.

Para compreendermos um pouco mais o contexto de efervescência da mobilização de catadores e organização de galpões de reciclagem em Porto Alegre/RS, utilizo-me de outra contribuição de Fischer (1996) que aborda a prática da educação popular com mulheres papeleiras. No artigo intitulado *Educação Popular em tempos de mulheres papeleiras*, o pesquisador aponta para a existência de oito galpões de reciclagem em Porto Alegre, nos anos 90, além do fato de que a coleta seletiva já estava implantada em 90% dos bairros da cidade, em decorrência do trabalho realizado pelo Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU). Dos galpões enumerados, três deles advinham da ação das CEB, entre os quais está a A.R.E.R.B. Antes da edificação desses galpões, o trabalho básico dos catadores se resumia ao garimpo, em monturos, do que poderia ser comercializado ou até mesmo aproveitado para a alimentação, como no caso da Ilha das Flores, cujo documentário²⁵ (curta-metragem) denuncia as condições precárias de vida de famílias de catadores moradores nas ilhas de Porto Alegre. No cenário da disputa das sobras, estavam animais, pessoas, lixo oriundo de diversas procedências, muitas vezes chegando às comunidades pobres por desvios de rota combinados com motoristas que transportavam esses resíduos urbanos, como também de cargas de papel e papelão trazidas por moradores para a comunidade, depois de seus trânsitos para coleta pelo centro da cidade.

Com a mediação de agentes pastorais, animadores populares originários de partidos políticos e do trabalho de acadêmicos, de forma combinada ou não, foram edificados os galpões e agregadas tecnologias próprias à separação dos materiais recicláveis, de modo a obter melhorias de condições de trabalho dos catadores. Nesse ínterim, lembra Fischer (1996), foram se revelando, na dinâmica do trabalho na

²⁵ A autoria do curta Ilha das Flores é do cineasta gaúcho Jorge Furtado e foi filmado na Ilha das Flores em 1989.

reciclagem, modos diversos do fazer coletivo num galpão em que o lixo era processado, ou seja, foi identificada uma diversidade operacional demonstrada na configuração desses grupos, alguns formados por equipes familiares, outros por grupos de homens e mulheres, ou ainda de mulheres em predomínio.

Aliás, algo assinalado pelo autor é que as assessorias ou agentes de mediação educativa foram percebendo que a presença das mulheres no galpão de reciclagem era fundamental para o êxito organizativo do empreendimento, pois estando em maioria, as mulheres eliminavam o espontaneísmo da atividade da catação individual, do garimpo, ou de sua execução no próprio quintal, aderindo mais facilmente ao trabalho organizado, sistematizado e coletivo no galpão. Igualmente, eram reconhecidas as formas de elaboração e legitimação de lideranças e as formas variadas de execução de assessorias, sendo essas inseridas diretamente ou não na produção.

Martins (2003) registra, com base em documento produzido pela Federação das Associações de Recicladores do Rio Grande do Sul (FARRGS), que as ações coletivas em prol da organização de catadores no Rio Grande do Sul podem se classificar em três momentos emblemáticos: a primeira fase (1985 a 1995), com a organização desses trabalhadores em associações, a divulgação de sua função quanto à relevância social e ecológica procurando contrapor a estigmatização sofrida; a segunda fase (1995 a 2001), caracterizada pela articulação entre as associações constituídas legalmente, buscou-se o seu fortalecimento, a troca de informações e a dinamização de processos formativos. Aí está inscrita a fundação da FARRGS; e a terceira fase diz respeito à participação da FARRGS no Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), quando a Federação esteve presente no Congresso realizado em 2001.

Vale destacar que a metade da segunda fase da organização dos catadores em Porto Alegre e o seu correspondente rearranjo das políticas públicas para o lixo se desdobraram em uma década fundamental para a questão ecológica e para a disseminação da Educação Ambiental (EA) no Brasil, com o advento da Conferência ECO-92²⁶. Nessa conferência, de âmbito mundial, ficou preconizada uma compreensão de desenvolvimento sustentável e, no campo da Educação, a Agenda 21, documento

²⁶A Eco-92 consistiu na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento realizada na primeira quinzena de 1992, no de Janeiro. Seu objetivo era a promoção de meios para a realização do desenvolvimento socioeconômico associado à conservação natural, veiculado em seus documentos como desenvolvimento sustentável.

resultante que propõe uma educação para esse modelo de desenvolvimento, que pode ser resumida em dois processos pedagógicos, conforme Crespo (1998): conscientização das implicações das relações homem/natureza, meio ambiente/desenvolvimento, conexão local/global e, em um segundo momento, mudança de comportamento humano segundo a concepção de sustentabilidade.

Ainda, no âmbito da ECO-92, o Fórum Global das ONGs produziu um importante documento, que também serviu como referencial político para as práticas de EA: Tratado global para sociedades sustentáveis. Ali, a EA é apresentada a partir de dezesseis princípios orientadores, como ferramenta de mudança da ordem econômica global rumo a formas de sustentabilidade aliadas à justiça social e à harmonia planetária. O documento destaca a importância de contribuir na formação de valores humanos e na autonomia dos sujeitos frente à resolução das questões ambientais, tendo por base fundamental o respeito a todas as formas de vida. Preconiza uma visão sistêmica da crise e remete suas causas ao modelo de civilização dominante. A concepção expressa no documento é de que a crise ecológica está associada à ausência de valores básicos e de participação social nas decisões políticas que tocam tanto aos indivíduos quanto às comunidades. Nesse tratado, a Educação é preservada como direito universal e a EA é proposta em uma perspectiva crítica que, em suas modalidades possíveis, estimule a transformação social.

O propósito da EA, tanto na esfera individual quanto coletiva, segundo o documento, consiste na formação do cidadão com consciência local e planetária, ou seja, conhecedor de sua realidade imediata e da interdependência entre ela e a vida no planeta, respeitando a autogestão dos povos e a soberania de outras nações. Desse modo, são reafirmados a dimensão política da EA, seu enfoque interdisciplinar e sua vocação para a promoção de valores, respeito às culturas tradicionais e potencialização dos processos democráticos para maior participação popular, além da valorização das diferentes formas de conhecimento (Lousada, 2006).

A Associação Ecológica de Reciclagem Rubem Berta, como associação legalmente constituída, existe desde o início de 1993 e foi a quarta associação a ser criada em Porto Alegre. Está localizada na Estrada Antônio Severino, 1317, no Bairro Rubem Berta, Zona Norte de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, em situação limítrofe com o município de Alvorada. O bairro pode ser distinguido em duas partes: uma área

em que encontramos conjuntos habitacionais, infraestrutura com ruas pavimentadas, escola, posto médico e pontos comerciais; outra parte, destinada para o assentamento das famílias oriundas da Vila Tripa, onde está situado o galpão de reciclagem. É uma associação cooperativa, sem fins lucrativos, que objetiva defender os direitos sociais e econômicos de seus associados. Sua fundação está relacionada a uma ação do poder público municipal de Porto Alegre, fazendo parte de um projeto mais amplo de reassentamento urbano de populações pobres fora de áreas de risco onde haviam se alocado, combinando, nesse processo, o direito à moradia com iniciativas de geração de renda, fossem populares, fossem agenciadas pelo referido poder, ações pastorais ou de entidades de assessoria desses assentados. Vejamos a localização da A.R.E.R.B. na imagem²⁷ abaixo:



Dessa forma, a população que residia junto ao muro que separava a Avenida Sertório da área do Aeroporto Salgado Filho, e que catava lixo nas ruas da Capital e coletava resíduos e sobras de empresas da região foi transferida para esse local na zona norte da cidade, perto do denominado Conjunto Habitacional Rubem Berta. As

²⁷ Imagem obtida no endereço <http://maps.google.com.br/>, acessado em 18/09/2011.

benfeitorias levadas a efeito na região se constituíram de moradias – pequenas vivendas (casas geminadas) que poderiam ser adaptadas com futuras ampliações. O reassentamento urbano era dotado de total precariedade no campo dos serviços que deveriam ser prestados à população, com ausência de creches e escolas, ambas em processos de licitação para edificação, no momento do assentamento.

Uma das recicladoras se refere a esses tempos difíceis quando instada sobre o assunto:

A prefeitura trouxe, mas bah, viemo mau. Só tinha nós ali, no Galpão não tinha nada, o galpão, nem CESMAR tinha, nem a creche nem nada. Nada, nada, colégio, nada. Não tinha nada, daí viemos pra cá e era uma polêmica, nós tinha que ir lá no fim da linha do Rubem Berta. Pras crianças ir pro colégio tinha que ir lá na Wenceslau, foi uma luta pra conseguir. Aí, como eles ficavam tudo sozinho e eram tudo pequeno eu optei e saí. Daí largaram nós ali, chuva, os troço na lona.(...) Não tinha casa, só os terrenos. Não tinha água encanada, tinha mangueira, mas tinha que instala a água, luz a gente que comprar o poste antes de vir, pra depois vir. Rua já tinha porque era um loteamento que tavam nos removendo. Nós aqui e a rua do CESMAR, o resto nada tinha. (Miriam, entrevista em 04/06/2010, concedida ao pesquisador)

A recicladora Miriam, uma das mais antigas na Associação, caracteriza o processo de assentamento, a ausência do cuidado na implantação de novas áreas urbanas para essa população. Fazamos um exercício de imaginação e com ela compreendamos as circunstâncias da efetivação do direito básico à moradia. Contou-me que o traslado de pessoas e pertences para o bairro fora feito em caminhões, como ela disse oportunamente, “à moda bicho”. Ela, marido, filhos foram colocados lá num loteamento sem energia elétrica, sem transporte urbano, nem pavimentação adequada.

Como consta em sua fala, as ruas eram valões cavados pelas máquinas da Prefeitura. Nem ruas, nem casas, apenas terrenos ou recortes na terra onde estavam fincadas madeiras que, nos processos de apropriação do espaço por parte das gentes, estavam cobertas de lona preta. Casebres de chão batido, talvez não muito diferentes dos modos de morar nos espaços periféricos da cidade antes ocupados por eles, mas a disposição nova com absoluta precariedade falava silenciosamente a essa gente dos desafios a vencer e da sua condição de inclusão precária. Miriam aponta, igualmente, a reivindicação dos moradores quanto ao transporte para acesso aos demais espaços da

cidade, para as diferentes modalidades de trabalho, diga-se de passagem, já que nas proximidades não havia terminal da linha de ônibus. Na atualidade, este terminal localiza-se a poucas ruas do Centro Social Marista e, por conseguinte, da Associação.

O sociólogo José de Souza Martins (Martins, 2002), ao encarar a questão das desigualdades sociais como um problema mais sociológico do que econômico, gerado pelas formas de desenvolvimento anômalo (que produzem a pobreza como custo necessário à sua efetividade), fomentado pelo capitalismo, defende a tese de que a desigual distribuição de bens sociais, culturais e políticos produzidos pela nossa sociedade exclui uma extensa legião de pessoas dos processos de participação e provoca a inclusão ou integração em formas desumanas de sobrevivência e protagonismo social, como modos privilegiados desta e não como a concretização de direitos. Assim, problematiza a competência aliciadora e patológica desse modelo de desenvolvimento, que inclui os pobres em processos concretamente precários de acesso aos bens sociais, culturais e econômicos.

Entretanto, como aconteceu com outros galpões, o que marca simbolicamente a instituição da A.R.E.R.B. é o encontro da demanda por trabalho por parte dos novos moradores do bairro e a mediação educativa exercida pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEB), de matriz católica, conduzida especificamente pelos citados Ir. Joaquim e e Irmã Josefa. Aliás, Martins (2003) aborda a relação estreita entre o galpão da Ilha dos Marinheiros e esse, a partir da narrativa do religioso. Aponta o último como subsidiário do primeiro, em dado momento de seus tempos iniciais, quando fazia uso, inclusive, de nota fiscal da associação mais antiga.

Relativamente às comunidades eclesiais de base, considero oportuno esclarecer a respeito, de modo a que o leitor perceba essa instância das práticas educativas oriunda da combinação dos trabalhos com a cultura popular, originados nos anos 60, no Brasil, e a sua inspiração nas propostas da Igreja Católica Apostólica Romana a partir do Concílio Vaticano II²⁸, conclamado pelo Papa João XXIII no dia 25 de dezembro de 1961, através da bula papal "Humanae salutis". O Concílio foi inaugurado em 11 de outubro de 1962 e somente teve fim em dezembro de 1965, quando o Papa era Paulo VI. Apontava, entre as suas declarações, com destaque às novas diretrizes pastorais, o

²⁸ Os documentos produzidos nesse concílio estão disponíveis no site do Vaticano: http://www.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/index_po.html.

desejo da Igreja na renovação ou adaptação dos princípios católicos em relação ao mundo contemporâneo. À luz daquele do Concílio, a Conferência Geral do Episcopado Latino-americano em Medellín, em 1968, enfocou as necessidades da Igreja na América Latina e acabou por convocar os membros da Igreja a uma ruptura frente à indiferença ante as injustiças sociais e a pobreza. Em seus documentos, a Conferência ressalta a questão da superação das injustiças e, por consequência, a libertação dos pobres, como condição sem a qual a paz não seria possível. Boff (2001; 2007) lembra que o movimento da Teologia da Libertação tem de ser compreendido no âmbito dos movimentos de contestação que emergiram no mundo em meados dos anos 60 do século passado.

Tratava-se de uma ação coletiva crítica diante da ideologia reinante na família, na cultura e no Estado, como aparelhos a serviço do autoritarismo e da reprodução de uma sociedade desigual e autoritária. De modo sincrônico, os movimentos populares avançavam de forma organizada no cenário político da América Latina, com a presença de cristãos católicos que atuavam na base da Igreja, de tal sorte que eram levados à problematização do papel transformador dessa instituição ou do modo de ser cristão num mundo de miseráveis, bem como à identificação do subdesenvolvimento como o outro lado da moeda do desenvolvimento dos países ricos, tudo isso no fluxo do Concílio Vaticano II (1962-1965).

Reforça essa proposição de nova dinâmica social da Igreja, em aspectos doutrinários e de prática pastoral popular, a Conferência de Puebla de Los Angeles, realizada em 1979. Uma opção preferencial pelos pobres é afirmada e difundida como exigência para o enfrentamento da realidade gerada pelos descompassos econômicos na América Latina, cujas causas eram tributadas ao capitalismo. Para tanto, os membros da Igreja, sacerdotes ou leigos, deveriam estabelecer para si uma convivência digna com os pobres, para a construção da justiça social e da liberdade das classes populares e fortalecimento da comunidade cristã/católica em novas bases.

No que se refere ao surgimento das CEB e a sua configuração, Frei Betto (BETTO, 1985) registra que se caracterizavam como pequenos grupos formados em torno de uma paróquia ou capela católica por padres, bispos ou leigos que foram sendo constituídas nos anos 60. Aponta-se como seu marco fundador a que se instituiu em Nísia Floresta, Arquidiocese de Natal, ou ainda, em Volta Redonda, no Estado do Rio

de Janeiro. Em sua proposta religiosa e pastoral se localizaram preferencialmente nas periferias, em pequenos grupos. Contudo, na zona rural podiam se caracterizar por extenso coletivo de pessoas a se reunirem para atender às liturgias do seu culto. O elemento agregador da uma comunidade dessas era a fé, com seus ritos de celebração, e o anseio, por parte dos agentes de pastoral em atender às diretrizes das Conferências de Medellín e Puebla, na esteira do Concílio Vaticano II, como indicado anteriormente.

A denominação Comunidade Eclesial de Base se justifica por ser uma alternativa religiosa de organização comunitária das classes populares, na qual se integram trabalhadores, em especial, compreendidos como o povo de Deus, pobre e excluído.

Para Macedo (1986), o fundamento da instituição das CEB era a de se tornarem aglutinadoras das massas populares para a efetivação do projeto de criação de uma sociedade cristã, conforme os conceitos da Igreja Católica, segundo o pressuposto que a sociedade cristã guarda uma função social e educativa de alto relevo na razão direta de sua expansão pelo território brasileiro. O caráter participativo das CEB fez com que a elas fossem atribuídas, de modo otimista, o *status* de uma inovação política, capaz de propiciar às massas populares a assunção do poder na dinâmica social, composta por sujeitos ativos politicamente. As CEB apresentavam-se organicamente articuladas com a cultura do povo ou sendo expressão dessa, estabelecendo práticas modelares de comportamento prescrito às pessoas, tendo em vista a sua emancipação social.

Os agentes pastorais, padres, religiosos e leigos, formados, preferencialmente na própria comunidade ou introduzidos nessa, tinham como função social atender aos desafios da evangelização popular. Para tanto, muitos acorreram às comunidades para nelas viver e produzir, num processo de inserção social nas classes populares como expressão de sua atitude de radicalização pelos pobres. Essa inserção, na pedagogia própria das CEB, seria fundamental para que se evitassem posturas populistas e doutrinárias de dominação cultural do outro em sua prática educativa de caráter popular.

Os esclarecimentos acima visaram indicar que as matrizes de pensamento em torno das CEB estão presentes no ideário do trabalho pastoral que mobilizou múltiplos sujeitos na organização de catadores no Rio Grande do Sul, como no caso particular de Porto Alegre e da fundação e articulação inicial da A.R.E.R.B.

Fabíola, uma das recicladoras por mim entrevistada, integrante do coletivo de trabalho há mais tempo no grupo do bairro Rubem Berta, menciona o trabalho pastoral

de aglutinação das mulheres catadoras para a constituição da Associação, expressando-se nesses termos:

Daí a irmã chegou e mandou fazer esse galpão aqui, porque o Galpão era de madeira pra nós se defender, entendeu? A ir. Josefa. A irmã do outro irmão que tinha. (...) Aí ela mandou nós puxar lá pra perto, nós puxava com carrinho de mão... Daí ela chegou e disse: eu vou ver se nós conseguimos um galpão, uma reciclagem, um galpão pra todo mundo trabalhá. Foi quando foi feito esse galpão aí. Mas antes que começou fazer esse Galpão, nós ganhava por semana, vinte pila, não era muito dinheiro. Era nós que carregava papel. Eu cansei de carregar caminhão. E não tinha... a única coisa que tinha que é do nosso tempo ainda era aquele elevador... Sabe aquele elevador que tinha ali? Só tinha aquele elevador ali. Só aquele elevador ali caiu três veis no meu pé. Não, três vez aquele elevador e como eu era mais forte, mas gorda, não sei o que acharam de mim, botaram eu só em cima pra arrumar a carga do coisa. (...) Então as mulher ... eu acho que aquele tempo, nós as mulher dava mais conta que os homi. Trabalhava mais bem que os homi. No nosso tempo né e nós ganhava por semana. É só uma prensa só, só a prensa que trabalha o Virtuoso. Ó, aí era três, três grupo. Aí um começava enfardá quarta, outro quinta e outro sexta, pra todo mundo entregá junto sexta-feira, daí todo mundo recebia junto o dinheiro. Uns tiravam mais, outros tiravam menos, e era assim a coisa... Uns tiravam quarenta, outros trinta. E era assim e nós sobrevivia. (Fabíola, entrevista em 04/06/2010, concedida ao pesquisador)

A A.R.E.R.B. não fugiu à regra de organização a partir da ação de membros da Igreja Católica, engajados nos trabalhos de caráter emancipatório das classes populares. Irmã Josefa é lembrada como articuladora principal do grupo, junto com o Irmão Joaquim; mais tarde, a assessoria de Emílio, na época frei, e de outro irmão marista que em função do apoio dado anos seguidos a esse grupo de recicladores/recicladoras recebeu a homenagem de ter o seu nome atribuído ao centro cultural do galpão, Centro Cultural Ir. Romildo, onde funciona a biblioteca. Esse foi, por muitos anos, o espaço de escolarização e de outras atividades educativas na associação.

No início desse coletivo de trabalho associado, o trabalho assemelhava-se àquele do catador de rua, com a diferença de que a separação de resíduos sólidos não acontecia mais nos pátios das casas dos trabalhadores, nem tampouco nas ruas da Capital. O que era feito de forma errante, fortuita e espontânea passou a ser realizado, exigindo novas aprendizagens pelos/pelas recicladores/recicladoras e pelos mediadores educativos, de forma mais sistemática e coletiva. O resultado do produto que um dia foi de ganho

peçoal passou a ser partilhado, coletivo e regrado de modo menos imediatista. O ganho foi sendo instituído como distribuição semanal. A lógica cooperativista, orientada pelo ideário da educação popular de matriz cristã, foi sendo ensinada e vivida, reapropriada pelos/pelas recicladores/recicladoras, nesse espaço edificado pela parceria entre igreja, poder público e sociedade civil organizada.

Quanto ao cooperativismo, vale remeter às contribuições de Namorado (2009), nesse verbete incluso no *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Nele, o autor esclarece sobre a variedade de significações do termo cooperativismo, conforme o contexto de sua utilização, e indica que ao se falar em movimento cooperativo, está assinalando o conjunto de cooperativas cuja historicidade em que se situam denota um movimento social com um perfil identitário próprio, portador de um horizonte epistêmico e político específico. Cooperativismo também pode remeter ao setor cooperativo, delineando o conjunto de cooperativas mergulhadas numa doutrina cooperativa (outra referência possível do termo, no qual se inscreve minha colocação do parágrafo anterior), entendida como um conjunto de normatividades inscritas na identidade cooperativa. Cooperativa, propriamente dita, segundo o autor, com base nos textos da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), pode ser concebida como uma associação de indivíduos autônomos, unidos de forma voluntária em prol de suas demandas, sejam essas do âmbito econômico, cultural, social, mediante um empreendimento comum gerido democraticamente. Nesse sentido, a lógica cooperativa apresenta-se como alternativa ao capitalismo e oposta à dinâmica de lucratividade empresarial que predomina nas sociedades hodiernas.

Essa alternativa tem suas raízes no séc. XIX, na Europa, com um conjunto de organizações econômicas erigidas sob o eixo da cooperação de seus membros e, assim, as cooperativas encarnariam uma expressão atual de práticas modernas de cooperação, inscritas em suas raízes históricas no seio do movimento operário nascido em pleno século das luzes, o que lhes fornece, segundo o autor, um matiz específico. Dentre os valores cooperativos, de acordo com a ACI, estão: ajuda mútua, responsabilidade individual, democracia, igualdade, equidade e solidariedade, aos quais devem ser agregados princípios éticos, sob o risco de ao não atendê-los, ferir seu ideário fundamental, como honestidade, transparência, responsabilidade socioambiental e altruísmo.

Deve ser levado em consideração que, em tempos de sociedades complexas (Melucci, 2001), não podemos, como sói acontecer com outros movimentos sociais (como, por exemplo, no caso do ambientalismo), vislumbrar o movimento cooperativo como uma massa única, homogênea, mas como um amálgama dinâmico que apresenta a diversidade de práticas, com diferentes tendências e que surge, como se percebe, na economia social, em empreendimentos da economia solidária²⁹ e organizações sem fins lucrativos presentes no denominado terceiro setor. Nesse variado conjunto se inserem práticas cooperativas em que nem sempre seus sujeitos estão conscientes das implicações mais amplas de seu protagonismo.

Obviamente isso não se dá sem conflitos, encontros e desencontros, como até hoje no galpão. Outros aspectos oportunos sobre a nova dinâmica de trabalho aparecem na narrativa de Fabíola. O transporte de material no âmbito do galpão, identificado como um espaço de madeira, com carrinho-de-mão, era feito pelas mulheres mesmo, em oposição à divisão sexual do trabalho, presente na atualidade, que reza a definição de atividades específicas para mulheres e homens, organizados por grupos de trabalho, cuja lógica de separação, prensagem e transformação dos fardos era marcada pelo tempo do final da semana, para a venda e para o recebimento do dinheiro pago pelos compradores.

Segundo o relato de Miriam, uma das mais antigas das recicladoras no grupo, o galpão de madeira situava-se no local hoje destinado à aglomeração de cacos de vidro, a cozinha ficava atrás, no terreno, e não havia escritório da administração; as contas e reuniões eram feitas na capela erguida no terreno da associação, sempre sob os auspícios dos agentes da pastoral, notadamente o Ir. Emílio, segundo o registro oral

²⁹ O educador Gadotti (2009, p. 24) afirma que: “A economia solidária não se resume a um produto, a um objeto. Ela se constitui num sistema que vai muito além dos próprios empreendimentos solidários. Ela é sobretudo, a adoção de um conceito. A economia solidária respeita o meio ambiente, produz corretamente sem utilizar a mão de obra infantil, respeita a cultura local e luta pela cidadania e pela igualdade. A economia solidária implica no comércio justo, cooperação, segurança no trabalho, trabalho comunitário, equilíbrio de gênero e consumo sustentável (produzido sem o sofrimento de pessoas ou de animais). Além disso, a margem de lucro é discutida coletivamente entre produtor e o vendedor. O que cada um ganha é discutido coletivamente. A economia solidária envolve pessoas comprometidas com um mundo mais solidário, ético e sustentável.” Na mesma obra Gadotti afirma o caráter polissêmico da Economia Solidária no Brasil, com as suas diferentes práticas e concepções que giram em torno dos mesmos princípios.

dessa recicladora, nas assembleias do grupo. Contudo, não havia silos³⁰ e nem tonéis³¹ para a separação do material, os resíduos recicláveis eram separados em sacos pelas mulheres.

Fischer (2006), em artigo no qual se dedica à problematização da autonomia no trabalho dos/das recicladores/recicladoras, relata que nesse momento inicial de formação do galpão foram sendo criados, com o trabalho das assessorias, alguns espaços de discussão e de auto-organização, mediante a instalação, por exemplo, de assembleias gerais mensais para a definição de processos decisórios coletivos quanto à dinâmica do trabalho, à lógica associativa, como também às práticas administrativas que tratavam mais especificamente da organização do trabalho, do ajuste de pessoal às tecnologias possíveis que vinham sendo implantadas e, ainda, à gestão e partilha dos recursos financeiros.

Nesse processo de consolidação do trabalho coletivo, com jornada de trabalho fixada e constantes interações com as políticas públicas municipais, como no caso do Orçamento Participativo³², especialmente nas plenárias vinculadas à geração de renda e Coleta Seletiva, instituiu-se, para os/as recicladores/recicladoras da A.R.E.R.B., instâncias formativas no campo da cidadania, na dinâmica de relação com o poder público. Até o final dos anos 90, os trabalhadores inseridos no galpão vivenciaram uma série de transformações na materialidade do local de trabalho, com nova formatação da

³⁰ Espaço, hoje, cercado de arame, com divisórias, visando o depósito de material de mesma natureza em fase anterior à produção de fardos.

³¹ Os tonéis eram de ferro, cheguei a identificar alguns em precário estado pelo desgaste comum ao uso. Tratava-se de instrumento de trabalho, portanto, pesado para a prévia separação ou transporte de material, adquiridos depois dessa primeira fase.

³² STRECK (2001), após acompanhar durante dois anos o Orçamento Participativo no Rio Grande do Sul através da pesquisa, escreve um oportuno texto sobre a participação popular nessas assembleias e indica características do que convencionou chamar de Pedagogia da Participação, ou seja, uma prática educativa, nesse caso não-escolar, que fomenta a convivência e a consolidação da democracia a partir da cidadania ativa. O autor estabelece quatro aspectos fundamentais dessa Pedagogia da Participação: a. o direito de dizer a própria palavra (referindo-se à abertura para que as pessoas simples, do povo, se manifestem e apresentem suas querências como demanda popular); b. uma mística de participação (convivência solidária, manifesta nos debates (tensos ou não), no chimarrão partilhado, no entoar coletivo do Hino Riograndense como símbolo e inspiração e em caronas arranjadas); c. circulação de informações (referindo-se à presença permanente de informações para o embasamento dos debates e decisões sobre as demandas locais e os recursos disponíveis pelo Estado); d. amarração do cotidiano às utopias (estavam em primeiro plano, nas assembleias, demandas imediatas e a participação se define pelo anseio das pessoas pela obtenção de retorno para a concretude de suas vidas, nada obstante, isso se dê, como política pública, de forma articulada com um projeto de sociedade e modelo de gestão pública relacionado com esse horizonte utópico.

planta de produção com vistas à otimização do processo de entrada e saída da matéria-prima.

Fabíola esclarece um pouco mais a respeito da dinâmica do galpão, em seu início, bem como algumas de suas transformações que, de forma processual, estavam vinculadas ao objetivo de melhoria nas condições de trabalho dos/das recicladores/recicladoras. Descreve em seu relato:

Ma...mas quem construiu o Galpão foi a irmã que pediu, mas era só uma pecinha. Do tamanho disso aqui ó, era assim, isso aqui era. Daí o lixo, o caminhão era carregado lá dentro entendeu? E daí era tudo no chão, num tinha cesto. A gente catava no chão assim. Depois, daí um tempo ela mandou fazer um cesto. Lá no canto lá, dois... três cesto assim ó. Então a gente trabalhava com esses cesto que tem aqui, era três cesto só. Aí a gente trabalhava amontoados, era mais ou menos umas doze pessoas. Só não tinha tanta gente, era menos. Depois com o tempo, daí foi indo. Ó, o verde não era nada separado que nem é agora, era tudo misturado, o verde com o branco. Não tinha nada dessas frescura aí. Esse plástico branco com colorido era tudo misturado. Porque não tinha como a gente dividir, era só uma casinha pequenininha ali, era tudo misturado. E a gente vendia, eu acho que aquele tempo... E outra coisa, aquele tempo nós, o pessoal, se dava mais bem do que agora. Tinha mais união, nós comia no refeitório, tinha mais união. (Fabíola, entrevista em 04/06/2010, concedida ao pesquisador)

Analisando o relato acima, identificamos aspectos da antiga dinâmica de trabalho no galpão, tanto quanto parte das sociabilidades produzidas no ambiente de trabalho em comum. As mulheres separavam o material agachadas ou curvadas até que os três cestos foram produzidos com tecnologia mais apropriada à separação do material. Cesto é um repositório construído com malha de cerca e madeira no qual o lixo que chegava ao galpão era posto numa entrada acima a fim de ser triado abaixo, numa bancada. Esses cestos eram insuficientes, como diz Fabíola, e as mulheres trabalhavam amontoadas, embora o grupo de trabalhadoras fosse reduzido.

A dinâmica inicial de separação era de uma classificação simples, na qual as garrafas pet eram postas juntas, em um canto daquela pequena edificação de madeira. Talvez a classificação simples também denotasse o momento do processo em que se encontravam as assessorias e a formação dos/das recicladores/recicladoras *no trabalho para o trabalho*, ou ainda, as expectativas do mercado de compra desses materiais e os

parcos esclarecimentos a respeito dos agentes envolvidos no ciclo de produção e venda desses resíduos recicláveis, além dos limites do espaço físico explicitados na fala de Fabíola, saudosa do aspecto agregador que vinculava mais o grupo de trabalho, segundo a sua opinião, naqueles tempos.

Somente em 2002 foram colocadas as mesas, na função de esteiras fixas, para a separação do material e disposição desse, conforme à natureza, em bambonas. As bambonas são tonéis de plástico nos quais as mulheres, na triagem, depositam o material classificado para ser carregado pelos homens, atualmente, e encaminhado ou para o rejeito – contêiner onde se deposita o que é descartado ou que não serve para ser reciclado – ou para os silos, a fim de ser agregado com os demais resíduos sólidos da mesma natureza e, posteriormente, ser vendido pela Associação. Essas mesas foram instaladas a partir da assessoria coordenada pelo Prof. Nilton Fischer, com o objetivo de conduzir a um processo de maior eficiência no trabalho, levando em conta o número de pessoas que poderiam ser agregadas à atividade, podendo incidir em maior produtividade na separação dos materiais e, por consequência, incremento da renda do coletivo de trabalho que se estabelece pela venda da produção. Essas mesas foram desativadas em 2010, por opção das recicladoras, visando facilitar o trânsito na produção, ao que parece, e as trabalhadoras passaram a separar o material diretamente da bancada própria dos cestos.

Verifiquei no galpão que as mesas tinham um aspecto importante para o coletivo de trabalho. Ao mesmo tempo em que o posicionamento em paralelo entre as mesas, e de forma perpendicular aos cestos, permitia um ordenamento da produção (baixar o cesto, abri-lo, separar e depositar no tonel adequado), uma otimização do trabalho de separação por causa da presença de maior número de recicladoras nessa etapa do processo produtivo, formavam-se grupos de trabalho por afinidade e necessidade de esvaziamento dos cestos. Os grupos, para atenderem demandas específicas da rotina de trabalho no galpão, eram anteriormente definidos pela liderança, conforme os relatos das entrevistadas ao narrarem o trabalho de Zilma e Mariana que, reconhecidas estatutariamente e moralmente pelo grupo, possuíam “voz de comando”. Assim, quanto à nova organização das mesas, o grupo ensaiava uma relativa autonomia definindo que recicladoras trabalhavam juntas ou não, sem predeterminação da direção no paradigma relação patrão/empregado, herança de experiências de trabalhos anteriores que, não

raramente, obsta a realização desse elemento do ideário da economia solidária: a auto-organização.

Outro aspecto relevante na história da A.R.E.R.B. é a questão das lideranças. As lideranças de marca mais profunda na trajetória desse coletivo de trabalho são aquelas exercidas com um acento carismático e, por isso, agregador do grupo. Elas foram se efetivando num processo de esvaziamento gradual da assessoria dos agentes de pastoral, como fruto delas, o que leva a crer que daí advenha uma herança presente na atuação católica e de caráter assistencialista marcante em vários momentos. Esse modelo de liderança funciona como um catalisador das vontades individuais na direção dos objetivos do grupo, em formas de mediação educativa não-formal, no acompanhamento da rotina de trabalho, laborando com o grupo, em momentos de conflitos apaziguados aos gritos ou em falas apelativas do ponto de vista emocional e, ainda, em reuniões informais nas quais discursos de matriz nitidamente autoritária ou negadora de divergências se efetivavam.

Não poucas vezes a liderança legitimou-se na assistência do outro em suas necessidades, em posicionamentos cuja dádiva se configurava quase em dívida para quem a recebia, uma dívida de gratidão a ser paga com silêncio, respeito, ou em amizade que cobra fidelidade. Entretanto, Freire (2001, p. 16) escreve que em oposição ao diálogo, transformador dos sujeitos de um processo educativo, o assistencialismo “deforma” e “domestica” o ser humano. Ao gerar dependência, o assistencialismo depõe contra a possibilidade de assunção da própria história do sujeito que é coisificado. Este é, simbolicamente, colocado na posição de mero objeto da educação, ainda que essa se diga popular e democrática ou pretensamente libertadora. Em sua antialogicidade, o assistencialismo impede ao sujeito o empoderamento – parte do ideário clássico da Educação Popular – porque é castrador de seus ensaios de autonomização na busca da concretização de melhores condições de vida ou, inclusive, de protagonismo social, seja em seu coletivo de trabalho ou em outras formas de participação.

Todavia, a figura de uma das lideranças históricas é uma referência nas aprendizagens dos saberes do trabalho no Galpão, e esse modelo de liderança é reverenciado nas falas saudosas das mulheres que entrevistei. Zilma foi uma liderança, por exemplo, que assumiu um papel de conselheira, animadora popular, ordenadora da convivência entre os trabalhadores, protagonista principal na busca de direitos sociais,

representante e articuladora do grupo na FARRGS, além de coordenadora do grupo após um período de voluntariado no trabalho da pastoral coordenado pela Irmã Josefa. Como educadora popular, ensinou muitos homens e mulheres a trabalharem na separação de materiais recicláveis.

(...) a Zilma é lá uma pessoa que tem muito entendimento, a Zilma tem a *compostura*, mas a Zilma tem muito entendimento assim. Ela sabe como resolve, como fazê, ela dá opinião dela. Que nem muitas vezes eu chegava desesperada com os problemas lá em casa por causa da menina, mas a Zilma “não *vamos* senta, *vamos* conversar, tem que te uma maneira, é assim”, então isso aí a gente ajuda muito a gente. Eu posso dizer, assim ó, que eu aprendi muito aqui dentro com a Zilma, aprendi muito com a Zilma”. (Mariana, entrevista em 17/07/1999, concedida ao Prof. Nilton e equipe)

Miriam traça as características de Zilma, como liderança com ausência sentida, cujos laços foram marcantes, apesar dos conflitos:

Eu sinto falta da Zilma como coordenadora. A rigidez dela, eu briguei com ela, saí daqui quando eu briguei com ela, ela me botou na rua, eu fiquei dois anos fora, depois voltei, mas eu sinto falta da direção dela. Ela era muito, muito..., ela era rígida quando precisar ser ela era rígida, mas também tinha o lado bom dela. Sabe, briguei com ela tudo, mas as qualidades dela não posso tirar né. Era uma pessoa bem rigorosa, ela cobrava horário, ela cobrava limpeza de galpão, ela cobrava tudo, sabe, assim, tudo muito bem cobrado, no pouco que ela cobrava. Se quer assim quer, se não quer rua, sabe, ela era muito rigorosa. A gente precisava, acontecia alguma coisa com a gente, sabia que a gente tava trabalhando, assim, tu tava meia triste ela te chamava no escritório. Se tu começava a brigar muito na produção ela te chamava no escritório. Vamos conversar, tu tá com algum problema. Ela não ficava de tititi, tititi. Comigo nunca aconteceu isso, mas eu via com as outras. Vem aqui Miriam, vamos conversar, que que tá acontecendo contigo? Sabe, ela era muito legal. A Fátima, quando eu entrei aqui ela já tava. A Fabíola também, quando teve um problema, ela não tinha documento, daí a Zilma correu, fez todos os documentos dela, ela tem o documento que a Zilma fez, sabe, eu sinto falta disso aí, mais, falar menos é demais. (Miriam, entrevista em 04/06/2010, concedida ao pesquisador)

Como é possível constatar na narrativa acima, a liderança comunitária exercida por Zilma não se prendia somente à organização do trabalho no galpão e ao posicionamento de conscientização política e reivindicação assumida na tradição da

Educação Popular. Ao contrário, a ação educativa de Zilma era marcada pelos traços da solidariedade, herdeira dos princípios de ação pastoral cristã. Exigia disciplina no trabalho, desafio inerente ao bom andamento do trabalho cooperativo e cumprimento das tarefas da rotina do trabalho. Ao mesmo tempo, procurava ser a pessoa que exercia o papel de escuta do outro, mediando a solução de conflitos, fofocas e que se dispunha a ajudar os associados na aquisição de documentos, essencial para quem vive em condições materiais precárias e para a inserção nos benefícios oriundos de políticas sociais diversas. Mariana reporta-se à metodologia educativa de Zilma, uma marca na pedagogia do trabalho no galpão, dizendo: “A Zilma ia um pouco pro meu lado, me ensinava”. Outra trabalhadora, Elena, recorda “era muito batalhadora por isso. Ela ia atrás das coisas pra nós. Ela..., sabe..., esse projetos... como se diz, ela ia busca os projetos pra gente.” (Elena, entrevista em 01/11/2010, concedida ao pesquisador)

No entanto, Zilma veio a falecer. Dedicaram-lhe uma homenagem atribuindo seu nome a uma rua próxima e também colocaram seu nome num banco no galpão. Com a ausência da liderança carismática, na maioria das vezes, o pobre se sente órfão, o que equivale a estar sem direção, sem condução, e passa a perder o acesso a certos serviços básicos destinados aos cidadãos por desconhecimento dos caminhos de sua conquista, antes feita por outrem. Considero que isso é perceptível quando, diante da morte ou do desaparecimento de determinada liderança pela aquisição de outro emprego, um projeto ou uma rotina de trabalho, ou um serviço qualquer, cessa, sem solução de continuidade ou assunção do grupo pela ausência da preparação de novas lideranças ou multiplicadores de determinada ação.

Por duas vezes, em momentos distintos de crise de legitimidade da liderança do galpão, assisti ex-assessores se posicionarem no sentido de assumirem a gestão da associação, ignorando a disposição estatutária em favor da causa que advogavam e em flagrante contradição com as proposições da Educação Popular. Levar o outro a assumir-se como sujeito da própria história e a construir a sua autonomia na vivência de sua história foram propósitos por vezes desconsiderados. Afinal, não existe auto-organização em empreendimentos solidários sem autonomia. Na primeira ocasião, o ex-assessor que atuava com os/as recicladores/recicladoras foi demitido do projeto; no segundo caso, protagonizei o diálogo de uma equipe de trabalho com os/as recicladores/recicladoras para desmobilizar o disparate que vinha se instalando: um não-

associado dirigindo o galpão, como líder legitimado em caronas, distribuição de frutas, roupas e outros favores ao grupo de trabalho dos/das recicladores/recicladoras. Ambos os casos foram deflagrados pelo conflito, em especial com o grupo reduzido de homens trabalhadores da reciclagem que evidenciaram as lideranças em paralelo no cotidiano do trabalho da reciclagem no Rubem Berta.

Para se firmarem, as lideranças de não-recicladores/recicladoras assumiram posturas de discussão verbal ou de desautorização dos discursos e atitudes dos representantes do gênero masculino no grupo. Desse modo, reforça-se a leitura das mulheres trabalhadoras na condição de objeto das escolhas na organização do trabalho feminino, o encaminhamento delas à condição de subalternidade numa sociedade marcada por bases machistas.

Nesse contexto, também apareceu uma relativa servidão por dívida³³, de tal modo naturalizada que foi disfarçada na quietude que pode resultar em variadas e desumanas manifestações de favores e obediência, nas quais a “pessoa [que] tá de rabo preso faz o que os outros querem, que a outra pessoa tá com o rabo dela preso”, como informa Miriam (entrevista em 04/06/2010, concedida ao pesquisador) e revelam outros relatos que recebi, assim como outros pesquisadores e educadores observaram no trabalho sistemático de campo. Essa prática inviabilizou, diversas vezes, mudanças nas formas de participação dos recicladores/recicladoras ou nas dinâmicas de trabalho do galpão, sendo problematizada e vindo a obter a resposta do silenciamento e dos constrangimentos.

A estrutura inicial de madeira da A.R.E.R.B. foi substituída por uma edificação de material como tijolos, cimento, portões de ferro e com maior espaço para receber a matéria bruta (sacos de lixo da coleta seletiva municipal), outras matérias primas e para processar e estocar esse material para a última etapa da venda. Além disso, o local possui um exíguo espaço para escritório, onde são feitas as negociações com os compradores, as reuniões da diretoria e ainda serve como lugar para o estoque de alguma matéria prima mais cara, como é o caso do alumínio (das latinhas de bebida,

³³ Para o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCMR) (2008) a servidão por dívida poderia ser enquadrada numa das modalidades do trabalho escravo na atualidade, envolvendo a criação de dívidas artificiais, fraudes, violência física e simbólica, fraudes, frustração de direitos trabalhistas e retenção de documentos e cerceamento de liberdades, impedindo ao trabalhador o desligamento do serviço e, diria eu, em bases empíricas, que desfaça o vínculo moral com o seu credor. É crime previsto no Código Penal Brasileiro.

objeto de fácil apropriação caso fiquem no lado de fora ou numa parte mais vulnerável da unidade de reciclagem). O galpão também possui dois pequenos banheiros, que atendem precariamente as necessidades do grupo. Uma cozinha, em condições precárias, denominada por refeitório, próximo ao escritório, em frente aos silos é utilizada de forma mais individual pelos associados, para aquecer comida ou cozinhar.

Em meados de 2011 o grupo encontrava-se formado por um contingente flutuante de 30 adultos, mas já chegou a ter até 60 trabalhadores em períodos mais férteis da Coleta Seletiva em Porto Alegre. A diminuição da renda e do ganho mensal está associada à diminuição da quantidade e qualidade da matéria prima (lixo seco, urbano, doméstico) e ao aumento das Unidades de Reciclagem na cidade. Por outro lado, o aumento da renda, em alguns períodos, relaciona-se com a ampliação das demandas do mercado industrial, que aproveita os resíduos como matéria prima e o valor definido pelos atravessadores do material reciclável em Porto Alegre, como também pela capacidade de negociação de preço entre a diretoria da associação e os eventuais compradores (potencializada pela qualidade do produto e pela sua escassez diante de elevada demanda).

Ainda influencia a renda dos/das recicladores/recicladoras, de maneira crucial, a qualidade do material que chega, trazido pelos serviços urbanos da coleta seletiva. Como o material que tem chegado à unidade de reciclagem apresenta qualidade inferior ao que se espera do lixo seco recolhido pela empresa a serviço da municipalidade, sendo encontrado, no que chega ao cesto do galpão, animais mortos, seringas, e material reciclável contaminado por resíduos orgânicos, instala-se a suspeita nos trabalhadores da reciclagem ou de que a coleta seletiva não tem tido a adesão esperada dos moradores de Porto Alegre, ou de que o material reciclável venha sendo destinado de maneira privilegiada a outras unidades, obedecendo algum sorteio ignorado por esse pesquisador ou, ainda, devido a algum desvio irregular do lixo da coleta seletiva por parte de terceiros envolvidos no recolhimento do material na cidade. Além disso, a iniciativa privada começou a afetar esse mercado por meio da contratação de serviços de proprietários de pequenos caminhões, veículos utilitários e mesmo carroças, que coletam o material antes da passagem dos caminhões da Prefeitura. A média de 60 toneladas dia, do final dos anos 90, agora está num processo de diminuição dessa

quantidade devido à antecipação da coleta por parte desses intermediários³⁴ ou de catadores não cooperativados.

A formação sociocultural do grupo da A.R.E.R.B. é diversa em relação ao grupo do período de fundação desse coletivo de trabalho. Não se trata mais de pessoas oriundas do trabalho na rua como carrinheiros, catadores ou papeleiros, mas de uma população cuja maioria migrou da economia formal em função do desemprego e de donas de casa que visam auxiliar na renda doméstica ou prover a família. No que tange à escolarização formal, predomina o ensino fundamental incompleto. Apenas metade das pessoas do grupo cursou quatro anos do ensino fundamental e quase um terço do grupo está ainda na condição de analfabeto. Não há atenção qualquer aos direitos trabalhistas como INSS, FGTS, férias e 13º salário. A jornada de trabalho semanal chega a 40 horas.

Atualmente, existem 15 Unidades de Reciclagem em Porto Alegre³⁵ e esse tipo de empreendimento surge como um novo ator social no âmbito da Reciclagem. São associações formadas por trabalhadores desempregados ou ex-catadores; estratégia para a geração de renda e sobrevivência através do agenciamento do DMLU, atendendo, em condição de apoio financeiro mínimo, o serviço público de limpeza urbana. Na capital gaúcha também há um enorme número de catadores que circulam na cidade individualmente, abastecendo-se dos lixos previamente classificados e destinados aos caminhões da coleta seletiva do município (chegam antes do caminhão em cada região da cidade e com isso diminui a quantidade destinada às Unidades de Reciclagem).

3.2 A DINÂMICA DO TRABALHO NA ASSOCIAÇÃO DE RECICLAGEM ECOLÓGICA RUBEM BERTA

A partir da primeira versão do estatuto social da A.R.E.R.B., elaborado principalmente pelas assessorias³⁶, percebe-se que a Associação é constituída como

³⁴ Para maiores informações, ver matéria publicada no jornal do SIMPRO/RS disponível em: <http://www.sinpro-rs.org.br/extraclasse/abr08/especial.asp>

³⁵ Dados obtidos no site do DMLU (http://www2.portoalegre.rs.gov.br/dmlu/default.php?p_secao=113, acessado em 08/08/2011).

³⁶ No cotidiano de convivência com recicladores/recicladoras as falas e os gestos apontaram que para a elaboração contou-se com a assistência de um advogado, naquele momento ligado aos movimentos populares. Outras mudanças no estatuto surgiram como resultantes da necessidade de adequação à legislação vigente, exigidas pelo DMLU ou manifestas pela assessoria de pesquisadores ligados à

pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, e figura em seus objetivos promover a unidade entre os associados para a defesa dos seus direitos sociais e econômicos, sem distinção de raça, credo, cor ou partido político. Para tanto, o artigo segundo de seu Estatuto preconiza que a Associação deverá prestar assessoria aos seus associados no sentido da qualificação técnica, celebração de contratos e prestação de serviços, desenvolvimento do espírito comunitário, como também no que se refere à sua representatividade ante as entidades públicas e as instituições de classe, no caso, a FARRGS.

A associação é assim compreendida na fala de uma das recicladoras:

Associação porque... porque nós somos diversas pessoas trabalhando ali, e não somos empregados, nós somos os associados ali de dentro, né... Olha... uma Associação é o seguinte... eu... quer dizer, no meu pensar, né... é o seguinte ó... é o lugar que onde trabalha diversas pessoas... nós não temos patrão... o patrão somos nós, porque nós trabalhamos todos juntos ali... mas, nós... nós somos os associados da... do Galpão... da Reciclagem ali, né... que aquilo ali não é uma firma, né... aquilo ali não é uma firma... aquilo ali é uma Associação... e tudo... tudo... eu acho assim... que como é uma Associação nós temos que participar de tudo ali dentro... e muitas vezes, muita coisa a gente não participa... (Elenice, entrevista em 14/02/2002, concedida ao Prof. Nilton e equipe)

Relativamente ao processo histórico vivido pelos integrantes da Associação, mais estáveis e que aí estão inseridos há mais tempo, diz respeito ao processo educativo vivido por eles. Experimentaram situações de conflito, mutação e tiveram que se adequar às mudanças no modo de trabalhar, antes fortuito, espontâneo, sem horário fixo, com regras impostas pela dinâmica das ruas da cidade. O catador tem um *ethos* próprio, um modo de operar na sociedade, quase invisível, sozinho ou em grupo familiar. É comum vermos catadores nas ruas com seus carrinhos abarrotados de material e, junto deles, filhos menores alocados dentro do carrinho que vai sendo puxado de parada em parada, estacionado ante o lixo em sacos a ser explorado e separado. Na rua, o trajeto e o ritmo do trabalho é definido pelo catador. Ele constitui parcerias com trabalhadores do

universidade, como no caso de transformações recentes no Código Civil Brasileiro. Em geral, as alterações estatutárias não surgiram por demanda dos membros do coletivo de trabalho para modificar o seu *modus operandi* ou refletir outro modelo de gestão, até porque a escolaridade é baixa e a presença marcante do analfabetismo entre os sujeitos amarra-os à ausência da participação norteada por documentos escritos.

comércio que separam papelão para que o recolha; moradores separam garrafas pet, doam roupas, eletrodomésticos e comida, aguardam a passagem desses trabalhadores. Se quiser ingerir álcool, não há restrição; se optar por não trabalhar em determinado dia, pode fazê-lo. Enfim, o catador, em sua condição de pobreza e trabalho precário, ainda assim é senhor de sua rotina na andarilhagem pela busca das sobras, nos caminhos da urbe.

Contudo, quando se insere no trabalho associado em galpões de reciclagem, o ex-catador vivencia um conflito inicial: as contradições de seu jeito autônomo de trabalhar, sem vínculos com a rotina ou sem normas grupais que são próprias ao trabalho associado. Essa contradição só pode ser superada na adequação do sujeito às regras do coletivo de trabalho – nem sempre admitidas facilmente, passíveis de contestação na palavra ou no gesto de descaso para com a norma –, ou, se for o caso, na mudança delas. Verifiquei que, em nome da sobrevivência, o catador tende a fazer esse ajuste, uma mutação em seu estilo de vida e trabalho, que não é uma conversão total aos valores do trabalho solidário do reciclador associado, pois a vida na margem não lhe apresenta um cardápio muito variado de escolhas para a trajetória profissional. Nesse sentido, a adequação consiste numa transformação no seu modo de navegação num fragmento do seu contexto social já dilacerado, na repetição das operações comuns do trabalho cotidiano no galpão, no sentido de adesão às normas e estrutura do trabalho em grupo.

A lógica de trabalho no galpão é marcada pela sua estrutura física e definida pela cultura organizacional instaurada há muito pelo grupo de recicladores/recicladoras e assessorias, em função da dinâmica do trânsito do lixo na Associação. Pode ser resumida assim: recepção do material, triagem e classificação, estocagem, enfardamento e venda. Quando se chega lá, na Estrada Antônio Severino, vê-se um extenso terreno cercado por moirões e arames que estão, em sua parte lateral em frente à creche do Centro Social Marista, sendo paulatinamente derrubados pela erosão causada por uma valeta através da qual a água corre de modo fluente em dias chuvosos.

Na entrada vislumbramos três edificações. O Centro Cultural Ir. Romildo, a capela da Igreja Católica, ao fundo, e o galpão de reciclagem. À direita há um recanto para o chimarrão erguido por doação de voluntários, um espaço fechado acima com telhas e aberto aos lados, cuja base é de concreto. Logo à direita do portão, quase em

frente, há um jardim com bancos que guardam uma pedra posta em homenagem ao Prof. Nilton Fischer, tudo doado por voluntários. Nos bancos se lê os nomes de Nilton e outros, homenagens póstumas feitas aos/às recicladores/recicladoras como um modo de manifestar o desejo de que continuassem com eles/elas, assessorando-os, partilhando de suas conquistas e lágrimas, como faziam antes de se despedirem dessa vida.

À esquerda, após um pergolado com adesão tímida de trepadeiras, temos o Centro Cultural Ir. Romildo, hoje uma biblioteca em desuso. O Centro, uma casa de madeira de três cômodos, incluindo o banheiro, sem vidros, nas janelas fechadas somente pelas venezianas, foi utilizado para o projeto de escolarização que ocorreu há alguns anos, sob a coordenação do Prof. Nilton Fischer, com a atuação de educadores voluntários, bolsistas e pesquisadores. Ali eram realizadas oficinas educativas, reuniões e outras atividades, e está mais para um depósito de livros guardados do que propriamente para uma biblioteca, com uma mesa redonda no cômodo central, algumas cadeiras estofadas doadas, das poucas que sobraram, sendo levadas para uso em diferentes espaços do galpão e até deixadas ao relento; e à direita de quem entra há algumas classes escolares, outras estão na rua ou no próprio prédio da unidade, servindo de mesa para lanches ou de suporte para objetos.

Surpreendentemente, apesar da recuperação do local em 2007 e tentativa de instituição de uma Sala Verde, o espaço não foi ainda apropriado pelos/pelas recicladores/recicladoras, à margem do letramento ou da cultura escrita em bom número. Apenas o entorno da Sala Verde foi apropriado pelos/pelas recicladores/recicladoras. Já encontrei em frente, debaixo do alpendre próximo à entrada, classes postas para o lanche no horário destinado ao café e caixa em que se deitam cães; numa faxina com os/as recicladores/recicladoras encontrei um filhote de cão morto, dentro de uma caixa com outros materiais.

Diferenciando espaço e lugar, Certeau (1998) define lugar como ordem que estabelece a distribuição entre elementos que coexistem, cada qual em sua localização própria institui posições e uma estabilidade. Assim, o lugar é definido como uma configuração instantânea de posições. O espaço, por sua vez, existe quando se consideram vetores de direção, medidas de velocidade e tempo. O espaço se configura no efeito das operações de sua orientação, fazendo-o funcionar em unidades de “programas conflituais ou de proximidades contratuais” (CERTEAU, 1998, p. 202),

podendo ser ambíguo, contraditório e reconstruído no tempo através do seu uso. O espaço é, enfim, um lugar antropológicamente praticado; e lugar é o espaço físico, geométrico.

Penso que o galpão de reciclagem vai sendo, aos poucos, como lugar com seus cômodos, local específico para separar lixo, transportar e guardar, transformado em espaço dos/das recicladores/recicladoras que se apropriam desse e lhe atribuem sentidos através dos usos, que superam a lógica do quase automatismo da rotina da produção. Nesses espaços vividos, os/as recicladores/recicladoras fazem-se sujeitos de seus trânsitos e apropriações no galpão, vivem suas autonomias individuais, deliberando como ser e com quem ser, significando os espaços para além da prescrição de educadores, agentes de pastoral, assessorias ou poder público. Portanto, acredito que o Centro Cultural será uma biblioteca quando os/as recicladores/recicladoras, mediante variados usos do ler, encontrem sentido nessa prática e façam daquele lugar um espaço de leitura.

Ao lado do Centro Cultural, ao abrigo de uma árvore que faz sombra refrescante nos dias ensolarados e quentes, encontramos mais desses móveis e alguns objetos dos/das recicladores/recicladoras, até mesmo resíduos de materiais por eles/elas encontrados na produção, ou por eles/elas utilizados e ali descartados. Passando o Centro Cultural, seguindo em frente, temos a capela, uma das primeiras edificações no terreno do galpão, palco de ritos religiosos, celebrações ecumênicas, de reuniões e assembleias. Só há missa ali sob a solicitação do grupo de trabalho. Sua origem na comunidade eclesial de base não garante a assistência espiritual sistemática da igreja em nossos dias.

Por designação de um novo padre, a capela passou a ter um pequeno muro que separa seu terreno do restante do galpão, apartando o lixo que transborda às vezes no pátio, quando os servidores terceirizados do DMLU ainda descarregavam o material a ser separado no chão do pátio do galpão, fazendo morros de lixo que, ao sofrerem os efeitos de intempéries climáticas como ventos e chuvas, se espalhavam no terreno, além de afetar a qualidade do papel ou do papelão, chegando até o espaço outrora destinado à horta comunitária, desativada por técnicos da municipalidade que literalmente passaram uma patrula sobre o local com a promessa de retornarem para o rearranjo da horta, sem efetivarem tal retorno.

Na demarcação produzida pela murada, frente à capela, fica evidente o atual distanciamento da igreja com o trabalho comunitário outrora realizado com os/as recicladores/recicladoras. O campo simbólico, naquela pequena unidade religiosa, está dissociado do profano cotidiano dos trabalhadores da reciclagem e do seu lixo, na verdade antes pertencente à cidade. A dissociação desses dois mundos não aparece como diversificação das matrizes religiosas dos/das recicladores/recicladoras (umbanda, pentecostalismo, espiritismo, catolicismo e opções sincréticas e ocasionais), mas se apresenta na celebração religiosa, por exemplo, quando o padre chama as pessoas ao ritual da “comunhão com Cristo”, no qual a unidade dos crentes se revigoraria, mas, somente as pessoas que se confessam regularmente poderiam participar, como verbalizou o religioso. Isso indica uma interdição pontual que denota a ignorância a respeito do cotidiano do reciclador, ao menos do fato de que os/as recicladores/recicladoras não freqüentam confessionários quando, no galpão, nem sacerdotes encontram para o amparo em suas lutas materiais, quanto mais, para a orientação espiritual. Lembro a ocasião em que, no ápice da celebração religiosa, o sacerdote chamou o grupo sob aquela condição. Todos estavam consternados, era uma missa em homenagem ao Prof. Nilton, e somente alguns visitantes comungaram com o padre. Fiquei a pensar no peso simbólico dessa interdição. Realmente, as desigualdades se multiplicaram e invadiram os arraiais do sagrado na tradição cristã, nesse retalho do contexto cotidiano dos/das recicladores/recicladoras moradores/moradoras da periferia desse “porto não muito alegre”.

Voltemos à dinâmica de trabalho no galpão, que segue o trânsito do lixo desde a recepção de sua entrega pelos caminhões da empresa a serviço do DMLU até o seu destino final que pode ser o do contêiner do rejeito, que consiste no descarte para a Estação de Transbordo Lomba do Pinheiro, em Porto Alegre, ou a venda, cujos ganhos são coletivos e, dependendo da natureza do material, podem tornar-se objeto do garimpo e matéria prima para a venda e ganhos individuais de modo consentido. O trânsito do lixo no galpão de reciclagem define a dinâmica do trabalho dos/das recicladores/recicladoras do Rubem Berta que, efetivamente, separam, classificam, agregam e vendem o material reciclável, como se pode compreender a partir do fluxograma que esboço a seguir:



Na etapa da recepção, o material chega carregado pelos caminhões da coleta seletiva da Capital, sendo despejado pelos funcionários da empresa, cujos serviços são contratados pela Prefeitura, nos cestos através de uma abertura na parede lateral do Galpão que se tem acesso pelo pátio onde o caminhão estaciona, quase em frente ao Centro Cultural Ir. Romildo, anterior à Capela, como já me referi. Conta-nos a esse respeito Jurema:

chega os caminhões, sempre tem duas guria na rua, né... e, às vezes, elas não dão vencimento assim rápido pra colocá tudo pra cima... aquele lixo é tudo colocado no cesto... não... não fica ali um dia, dois dia, sabe... é momentos que eles ficam ali... assim como eles tão ali, já não tão mais, já tão no cesto. (Jurema, entrevista em 01/10/2005)

Há alguns anos, esse procedimento era diferente e pude assisti-lo várias vezes. Os caminhões a serviço do DMLU chegavam no galpão, o portão era aberto por algum reciclador definido para essa atividade na semana ou no período em que fosse “dando certo”. O caminhão era estacionado ao lado do galpão, e o lixo era jogado ao chão, mesmo que estivesse chovendo. O caminhão com a caçamba esvaziada se retirava e duas ou três pessoas eram destacadas pela diretoria para lançaram do pátio o material ao cesto através das aberturas ao alto da parede, correndo os riscos de acidentes, naturalizados pelo grupo porque o trabalho demanda ritmo, agilidade, e não poucas

vezes assistiu-se recicladores/recicladoras tendo pequenos cortes nas mãos ou ferimentos causados por objetos pontiagudos, inclusive seringas. Outras vezes, algo mais pesado caía dos sacos lançados tombando sobre os trabalhadores situados no pátio, nessa prática de arremesso do lixo.

Em 2008, tentamos através do Projeto Reciclando Vida mudar, sem sucesso, essa prática, adquirindo uma esteira com um processo que contou com uma metodologia de diálogo intenso com a diretoria, objetivando a mediação dessa aquisição para fazer valer o desejo dos/das recicladores/recicladoras. Depois de alguns meses, em que o cabo dessa esteira foi furtado, a esteira caiu em desuso. O grupo dela não se apropriou como imaginávamos. Percebi que autonomia, em termos de processos educativos, não é o imaginado por nós educadores. Prevalece a regulação dos sujeitos definida por eles mesmos, para os fins que escolhem, independentemente de nossa idealização prescritiva, ainda que bem intencionada, como era o caso narrado.

Dentro do cesto, os sacos com o lixo – em que estão misturados lixo seco e orgânico – são acomodados por alguns/algumas recicladores/recicladoras que entram no cesto procurando espalhar igualmente o material recebido que será destinado à bancada, na parte inferior do cesto, onde estão as recicladoras que fazem a triagem. Elena (entrevista concedida ao pesquisador em 01/11/2010) lembra que o lixo, apesar da coleta seletiva, chega “todo misturado. Tem até merda de cachorro. Jornal limpo, às vezes, no meio do lixo da cozinha. Tem gente que separa. É raro tu pegar a sacolinha que tá tudo limpinho, separadinho. É raro tu pegar.” Fato que as recicladoras veem como negativo para a produção, para o seu bem estar, nada obstante, desconsiderando os aspectos educativos da separação do lixo, resignam-se como se lhes coubesse exclusivamente esse trabalho de separação do lixo. Uma coleta seletiva adequada, no imaginário de alguns/algumas recicladores/recicladoras, por mais contraditório que possa parecer, representaria a negação do seu trabalho e, por que não dizer, de sua função social, ainda que as condições de trabalho sendo insalubres se tornassem menos desumanas.

(...) tá, mas se vier tudo separadinho, agora que não vem a gente fica parado porque não tem material, se vier tudo separadinho, tudo mastigadinho, como que a gente iria trabalhar. Já é tudo ligeirinho, agora terminar o material que tinha pra gente separar. A gente não, a

gente nem pode, claro, a gente reclama porque vem bicho morto, vem fralda, vem papel higiênico, vem tudo, mas, é o serviço da gente né. Tem que se virar. (...) vem alumínio também, vem garrafa, lata, só que no meio disso aí vem muita coisa que não é de aproveitamento. Vem madeira, vem hospitalar, vem terra, vem azulejo, vem um monte de coisa que não é pra reciclar, mas, se não é assim a gente também não tem serviço, se vem tudo reciclado né, aí também nós não temos serviço para trabalhar. (Miriam, entrevista em 04/06/2010, concedida ao pesquisador)

Na etapa de triagem, encontramos as mulheres organizadas em grupos por afinidade e laços consanguíneos. Seus procedimentos consistem em rasgar os sacos de lixo, abrindo-os para a separação do material reciclável conforme a natureza (pet, papel branco, plásticos etc.), de modo a classificá-lo, sendo que muito lixo orgânico ainda aparece naquilo que é encaminhado pela Prefeitura. Algumas recicladoras usam luvas de borracha, mas ficam expostas ao pó e a outros elementos que possam entrar em contato com seus corpos pelas vias respiratórias e odores, alguns nauseantes. Parte desse material, às vezes, é consumido pelas pessoas, como no caso de sobras de cosméticos, perfumes, remédios, roupas e, até mesmo, alimentos como geleias, margarina etc. Esse trabalho é essencialmente feminino, nunca vi na A.R.E.R.B. homens trabalhando nessa etapa da dinâmica do galpão

Os papéis do masculino e do feminino são visivelmente distintos, ainda que essa separação sexual do trabalho seja silenciosa, não verbalizada. Ela é posta de forma que aquilo que demanda força física é destinado, e assim fica subentendido, para os homens (minorias no galpão), e o que exige atenção, cuidado (como no caso da separação do material, decoração do galpão para festividades ou celebrações e limpeza das dependências), sem muita força, é destinado às mulheres. Obviamente, essa determinação tácita entre o grupo de recicladores/recicladoras às vezes é contradita, seja por necessidade ou medição de força ou poder entre lideranças do grupo. Acompanhei, dentro do galpão, e ajudei poucas vezes, as mulheres arrastando pesadas bolsas repletas de papel branco, separados por um grupo selecionado pela diretoria a fim de evitar o desvio do material, pois tendo alto valor o papel branco advindo das universidades e

outras instituições é colocado em sala trancada junto com alumínio. É tanto rotineiro quanto histórico o desvio de carga e as estratégias de sua interdição.³⁷

Noutros momentos, em flagrante tentativa da direção (quando sob o comando das mulheres) de desautorizar os homens que procuravam, por algum motivo ou conflito, impor a sua importância na etapa de prensa do material, as recicladoras assumiam o trabalho nas prensas. Importa, enfim, que fique evidenciado que no dinamismo das relações de trabalho no galpão, a divisão sexual dos papéis é bem definida, muito embora seja alvo de contestação, superada por uns tempos e depois retomada, retratando nesse recorte menor da sociedade a questão de gênero e sua reprodução, poucas vezes problematizada pelos homens e mulheres do grupo.

Aliás, as mulheres seguem, como noutros postos de trabalho, cumprindo jornada dupla entre o galpão e suas casas, como contou Nara:

E, aí, vô pra casa, chego em casa, até às nove eu não paro. Daí, até aprontar a janta, arruma aqui, arruma ali. Aí, quando eu tô fazendo janta, eu tô limpando a casa, aí eu já deixo tudo em ordem pra no outro dia. Que, aí, de dia o guri nem pára dentro de casa. Aí, depois...
(Nara, entrevista em 19/08/2004, concedida ao Prof. Nilton e equipe)

Alguns estudos recentes, como de Martins (2006), Hirata e Kergoat (2007) e Rolim, Melo e Duque-Arazola (2010) tratam dessa questão de gênero no trabalho, focando o primeiro e o terceiro na atividade da reciclagem, e ressaltam que a ordem de gênero no trabalho não somente reproduz as desigualdades existentes entre homens e mulheres na sociedade, mas define e delega papéis diversificados que fazem a manutenção e reconfiguração dessa desigualdade. Fica evidenciado que as diferentes concepções sobre as atividades pertinentes aos trabalhadores e às trabalhadoras se relacionam aos modos distintos como homens e mulheres são socializados no mundo do trabalho e à relativa importância atribuída ao crescimento profissional, conforme o gênero. As mulheres tendem a permanecer mais tempo na reciclagem que os homens, o que indica menor mobilidade para o sexo feminino no mundo do trabalho, e elas foram

³⁷ Em relato informal, numa oportunidade, uma recicladora contou-me que, no passado, Ir. Romildo guardava papel branco em seu poder e doava ao grupo o recurso adquirido de sua venda objetivando que os valores revertissem à A.R.E.R.B. e não fosse apropriado indevidamente.

alvo mais intenso da ação educativa e pastoral por sua reconhecida propensão à acolhida ao trabalho comunitário, apresentando-se os homens mais individualistas, talvez porque na educação doméstica as mulheres são socializadas para o cuidado dos outros, em termos de disponibilização e descarte de anseios pessoais, aspecto característico da sociedade machista na qual vivemos. Esses estudos apontam para a identificação da subordinação, exploração e desvalorização do trabalho feminino em relação ao trabalho masculino.

Logo que sofre a triagem o material é classificado, ou seja, separado conforme a sua natureza na bancada do cesto e posto em bambonas (essa etapa eu chamo de classificação no fluxograma) em que ficam os mesmos materiais. Há uma bambona para papel branco (que acaba vindo contaminado pela umidade ou por lixo orgânico) e misto, outra para pet, tetrapak, lata, vidros, garrafas. Observemos como Elena descreve a operação da triagem e classificação:

A gente puxa o material, abre a sacolinha, o saco preto que tá e separa plástico com plástico, a... plástico branco com plástico branco, saco de lixo com saco de lixo, sacolinha com sacolinha, sacolinha branca né. Lata com lata, Parmalat com Parmalat, misto com misto, jornal com jornal. Tem os tonel lá atrás que a gente vai separando e tem a sacaria onde a gente dependura os plásticos. Qualquer plástico, menos aquele de salgadinho que tem um laminado por dentro, vai pro aterro. Não tem como vender porque contamina os material que ficar lá dentro. (Elena, entrevista em 01/11/2010, concedida ao pesquisador)

A separação do lixo segue as diretrizes do mercado do lixo, considerando o que tem valor de venda como material reaproveitável, capaz de tornar-se matéria prima novamente. O reciclador, efetivamente classificador do material, utiliza o saber apreendido no trabalho e as estratégias possíveis para a separação e o devido encaminhamento desse material. O material identificado como não aproveitável e a ser descartado é posto numa bambona específica e levado por um homem até o rejeito, contêiner cujo conteúdo é encaminhado para o aterro sanitário pelo caminhão da empresa que presta esse serviço para a Prefeitura.

O trabalho é repetitivo, as mulheres ficam em pé, e as suas mãos ágeis, algumas com anéis, adornadas com pintura e pulseiras, movimentam-se num ambiente de

diálogos, gritos e troca de ideias. Duas ou três mulheres separam no mesmo cesto³⁸ e lançam às bambonas o material separado. As mais experientes nem olham para as bambonas. Pode se diferenciar uma novata de uma trabalhadora veterana no galpão por esse detalhe. Algumas vezes, um rádio fica tocando e é melhor ouvido quando as prensas e seu ruído incomodativo param. As conversas seguem o curso dos interesses (família, contas a pagar, mortes, violências no bairro, novidades na vizinhança, aquisições feitas, fofocas etc.) e dos afetos. A produção é observada ou vivida pela coordenação do galpão que pode se dividir entre o escritório e a triagem. Aqui os pequenos grupos de trabalho são definidos por afinidades e laços de consaguinidade (mãe e filha ou nora juntas) e são alterados por eventos como faltas, brigas ou redefinição proposta pela diretoria por motivos variados, em razão da demanda de gente para outras tarefas.

Separado, conforme a sua natureza, o material é posto em bambonas que são levadas por alguns dos recicladores do sexo masculino para estocagem em silos, no caso daquilo que é reciclável, para depois serem transformados em fardos. O rejeito é posto num contêiner que, quando cheio, é recolhido pela Prefeitura e destinado ao aterro sanitário por essa administrado. Papel branco e lata de alumínio ficam trancados numa sala em frente ao escritório, como medida de segurança e controle. Há, ao lado de tonéis ou bambonas, pequeno corredor improvisado em que os/as recicladores/recicladoras têm de driblar material e cães, os silos em que são estocados os demais materiais como papelão, plástico, garrafa pet etc. Como ao seu modo explica Fabíola:

Vai pro silos. Depois o cara que tá atrás, o Honório, tem que ir carregando, ali tem o jornal, tem o litro tem tudo dividido, tem tudo o seu lugar. Nós botemo separado ali, se ele errar o problema é dele. Já tá separado o lixo, se ele atirar lá, o problema é dele. Pra tu vê como a gente tá tão acostumado que a gente não precisa nem virar pra trás pra atirar. Já sabe onde vai atirar. Não precisa nem olhar pra atirar, a gente já tá acostumado. Atira a lata aqui, atira a lata lá. A gente já tá acostumado. (Fabíola, entrevista em 04/06/2010, concedida ao pesquisador)

³⁸ Com as mesas a triagem comportava mais trabalhadoras que nos levaria crer que a produção e, conseqüentemente, os ganhos aumentariam, mas recordemos que na partilha, quanto maior o número de trabalhadores, maior a divisão de ganhos. Desconfio que a abolição das mesas e a retomada de um método anterior, triagem sem as mesas, tenha a ver com a redução de pessoal coincida com a redução da qualidade e do volume do material que chega à A.R.E.R.B.

Esse transporte do material classificado em bambonas é sempre feito por homens, um ou dois, que o derrubam nos silos correspondentes. Os silos, de certo modo, dividem o galpão, separando o ambiente da triagem em relação ao ambiente em que estão as prensas e o posterior espaço em que ficam os fardos prensados para a venda. O transportador da bambona coloca-a nas costas ou para cima, apoiando-a em sua cabeça ou usando as duas mãos. Quando são dois homens, se revezam na entrada e saída pelo corredor improvisado. É comum vermos um levar o material do rejeito para a rua, derrubando-o no contêiner, e outro conduzindo para os silos o que há de ser aproveitado. Na entrada do prédio do galpão, está o rejeito, recepcionando quem chega, dizendo simbolicamente que lá está o refugio nosso de cada dia.

Nem todos os homens realizam esse transporte, alguns se apropriaram de tal forma das prensas que ali é o seu “pedaço”, somente sendo substituídos por outros e por algumas mulheres, conforme o desejo da diretoria, quando “os de sempre” faltam. Estes não realizam outras tarefas que não consertos em fios, acomodação de fardos e alguma limpeza no pátio quando solicitados, mas raramente acorrem a essas outras atividades, permanecendo ali, junto à prensa, sob a evidente liderança de um dos recicladores que empresta dinheiro a juros.

Recordo que por alguns meses algo chocava a todos que visitavam o galpão: um painel de mulheres nuas decorado com páginas de revistas masculinas frente à prensa, aos olhos do trabalhador da prensa e de todos que ali transitassem: alunos do Centro Social Marista que se encontra perto do galpão, religiosos, acadêmicos, compradores e recicladoras. Além disso, havia faixas e símbolos do Sport Club Internacional e gravuras de deboche para com o seu clube rival e uma linha demarcada no chão em torno dessa prensa, a prensa do Virtuoso.

O que chamava a atenção nessa demarcação de território é que o painel repleto de sensuais modelos contrastava com o cenário do galpão e, de certo modo, constituía-se num acinte àquelas trabalhadoras que de corpos marcados pelas lutas da vida e pela alimentação inadequada, além de cansadas pelo trabalho diário com o lixo, nada obstante a sua resistência silenciosa, algumas com cabelos pintados, unhas feitas, anéis ou colares, eram obrigadas a suportar certas comparações ou sarcasmos. Em algumas reuniões fui agente de problematização disso na coordenação do galpão, argumentando a importância das relações públicas da Associação, a necessidade de manter parcerias

com igrejas, com o centro espírita que doava roupas e mantimentos, com escolas, universidades, DMLU e outros grupos de empreendimentos solidários. Um dia, sem maior conversa sobre isso, o painel desapareceu.

As faltas das mulheres rotineiramente são justificadas com consultas médicas, atendimento a demandas familiares (reunião em escola, conselho tutelar, mortes) enquanto alguns homens se ausentam do local de trabalho para atender algum “bico”. O “bico” é outro trabalho informal, de caráter temporário, que o sujeito assume procurando não perder a oportunidade de melhorar a própria renda, sem perder a vaga no galpão ou o valor da partilha correspondente aos seus dias trabalhados. Essa prática conta com certa condescendência do grupo, que não discute o assunto de maneira formal nas assembleias, mas aborda o tema nas conversas informais, em variados momentos.

Na triagem, a rota do material reciclável pode ser alterada em relação ao percurso que imaginaríamos como o seu natural na estocagem em silos, conforme o fluxograma antes apresentado. Ocorre, entretanto, o garimpo ou a catação em proveito próprio, legitimada pelo grupo como necessária, e, portanto, tolerada como possibilidade, mesmo diante de um ganho menor do coletivo, a despeito do que apregoa a economia solidária. Nesse momento, retomo e-mail que escrevi para nosso grupo de trabalho, no qual procurei, numa conversa com os/as recicladores/recicladoras após o café, problematizar a questão e o modo como essa prática afeta os ganhos coletivos:

[Uma recicladora] falou do baixo ganho, lembrei das dívidas e dei um toque a respeito do garimpo... Gerou desconforto. Afirmou ser esse o único jeito de um pila a mais para pão e leite. Lembrei que elas tiram o que chegaria à partilha, dei exemplos tentando argumentar diferente, pedindo para pensarem no assunto, de forma bem leve, a título de sugestão. Todos ganhariam mais. Mas a partilha, ao que parece, ainda é abstrata demais, não tendo sentido contribuir com ganhos coletivos para aquilo que de fato participam apenas no esforço braçal – para pensar (...).³⁹

Considerando que a catação em proveito próprio se apresenta como um fazer legitimado no galpão, sendo aceito em volume pequeno, é comum vermos na mesa, na hora da triagem, no pátio, no jogar fardos no cesto ou em trânsitos constantes, sob os

³⁹ E-mail escrito por mim em 21/02/09 ao grupo de trabalho do Projeto Reciclando Vida.

nossos olhos, que o garimpo se impõe frente à triagem coletiva. O material é sorrateiramente encaminhado pelo indivíduo como ele bem entende, sendo levado para a venda pessoal, com comprador certo, especialmente no caso do *torner* e do *rolon*, latinha, sacola plástica e até papel branco – levando em conta que todos sabem que esse último é acumulado em sala fechada, junto com latinhas de alumínio, para venda em fardos pela Associação, e é considerado um item de valor substancial para a venda. Miriam conta como funciona essa catação para ganho individual, narrando a aceitação da diretoria e do grupo de trabalho, em que são acordados os limites dessa prática justificada pela sua finalidade de ampliar a renda do reciclador:

Sim, tranquilo, não tem problema. Mesma coisa com o alumínio, o alumínio a gente recicla né, a gente tem que botar aqui. Mas assim, tu sabe que aqui a gente ganha pouco né Vinícius, a gente ganha pouco, o dinheiro que tu qué não dá pra um mês, não dá pra uma semana. Então todo mundo leva uma sacolinha de latinha, por exemplo, embora. Então a pessoa tem pra comprar um pão, pra comprar um leite, pra comprar um cigarro, assim. Não é pra levar todo, entendeu, tem que sair pra produção. Mas levar uma sacolinha de bisnaga de desodorante como aquela ali, pasta de dente, alumínio, tem quem compre. (...) leva, mas leva uma sacolinha dessa, por metade, por dia, o resto é pra produção. Tem gente que não leva, tem gente que leva. A Tânia leva também, aquilo é prum cigarro, prum leite, prum pão, uma coisa, mas nada de excesso, entendeu, de tirar toda a produção, sempre tem uns arreado! (Miriam, 04/06/2010, entrevista concedida ao pesquisador)

No garimpo, o reciclador que faz a triagem assume o *ethos* do catador de rua, recolhendo para si o material que pode acrescer algo ao seu ganho individual, seja para ajudar na renda familiar, seja para comprar um cigarro, tomar uma cerveja. Há o garimpo por necessidade e há o garimpo da cultura da malandragem, daquele que procura tirar vantagem, anonimamente, em relação aos demais, de fazer algum dinheiro extra a despeito dos interesses e necessidades coletivas, seja no desvio de carga, seja na apropriação individual de doações, materiais, alimentos ou roupas.

Essa cultura da malandragem, que infiro a partir das vivências no galpão, sugere, de algum modo, o que DaMatta nomeia como uma forma de navegação social tipicamente brasileira, na qual o sujeito se especializa na arte de sobreviver nas situações mais difíceis. Afirma o antropólogo:

A malandragem, assim, não é simplesmente uma singularidade inconseqüente de todos nós, brasileiros. Ou uma revelação de cinismo e gosto pelo grosseiro e pelo desonesto. É muito mais que isso. De fato, trata-se mesmo de um modo — jeito ou estilo — profundamente original e brasileiro de viver, e às vezes sobreviver, num sistema em que a casa nem sempre fala com a rua e as leis formais da vida pública nada têm a ver com as boas regras da moralidade costumeira que governam a nossa honra, o respeito e, sobretudo, a lealdade que devemos aos amigos, aos parentes e aos compadres. Num mundo tão profundamente dividido, a malandragem e o “jeitinho” promovem uma esperança de tudo juntar numa totalidade harmoniosa e concreta. Essa é a sua importância, esse é o seu aceno. Aí está a sua razão de existir como valor social. (DAMATTA, 1984, p. 89)

Há algum tempo venho procurando compreender (Lousada, 2008) essa questão presente e legitimada no Galpão de reciclagem do bairro Rubem Berta. Apoiado nas anotações que fiz a partir da obra de Freire (2003), chamei esse jeito dos sujeitos em lidarem com as situações adversas das tramas de suas existências de *manha*. As manhas podem ser identificadas como um jeitinho ou uma fala dúbia, na contradição entre o que é dito, acordado como regra coletiva, e o que é realizado, a transgressão levada a efeito no descumprimento de acordos com terceiros e dos sujeitos entre si, pelos motivos mais variados, apresentados nos mais criativos argumentos de uma “sociológica” própria.

Em geral, o grupo tem suspeitas claras dos autores de desvios de materiais, como no caso da entrega de uma máquina de cortar grama para um traficante, com o qual o ex-presidente da Associação tinha pendências financeiras. Contudo, há no coletivo, nessas circunstâncias, uma cultura do silêncio, embora na *radio-corredor*⁴⁰ tudo seja aclarado ou amplificado. Não posso deixar de destacar que a cultura do mutismo não somente advém do silenciamento que é historicamente imposto à mulher pobre, negra e oprimida, mas também das relações mais próximas. Nessas, combinam-se uma leitura de si como menos gente, um reflexo re-elaborado na materialidade da vida no limite do estigma produzido pela sociedade do descarte e do consumo, na quietude forçada pela dívida com o outro, construída na dádiva de um espasmo de solidariedade ou no débito contraído. Quando os vales - pequenos adiantamentos fornecidos pelo escritório ou

⁴⁰ Expressão utilizada por algumas recicladoras para descrever as conversas que normalmente denominamos por fofoca, intriga, ou ainda, as falas que denunciam “nos bastidores” o que nas assembléias comprometeria o indivíduo ou o grupo de pertença.

diretoria, oriundos da venda de pequenos materiais como vidro, garrafa de uísque e isopor – se esgotam, algumas pessoas recorrem ao empréstimo informal.

Além do garimpo e da triagem no cesto, a transgressão ocorre também em relação à triagem do papel branco ou do papelão, noutra espaço do galpão – passando o escritório e atrás das prensas, onde ficam os fardos. Esses materiais não vão para o cesto, de modo a evitar uma mistura que possa ocorrer e prejudicar seu valor de venda. Esses são materiais advindos da Pontifícia Universidade Católica, do Centro Social Marista e de outras parcerias esporádicas. Normalmente, são convocadas à triagem paralela algumas poucas recicladoras determinadas pela diretoria. Houve épocas em que presenciei essa triagem sendo executada por duas recicladoras do âmbito da diretoria, mais algumas outras, entre elas a filha da presidente.

O processo é simples, as pessoas se agacham ou sentam próximas aos montes, para a separação do papelão, do papel branco que necessita, em certos casos, ser destrinchado do espiral porque se tratam de monografias, teses, trabalhos acadêmicos, em geral já avaliados, como era possível ver. Auxiliei nessa triagem várias vezes, aproveitando o momento para conversar com a coordenadora do galpão assuntos pertinentes à dinâmica da associação, à minha pesquisa e à assessoria do projeto, no qual eu estava inserido. Nesse montante, eram encontrados livros que passavam por um desmantelamento feito pelas mãos já adestradas das recicladoras e transformados rapidamente em matéria-prima, papel branco ou misto, enquanto as folhas eram morosa ou abruptamente destacadas do suporte livro. Salvo exceções, era possível resgatar algum livro para o nosso uso, doado pelos/pelas recicladores/recicladoras, ou para a biblioteca do Centro Cultural, reduzindo-se, ainda que em pequena monta, os ganhos do coletivo de trabalho.

O material estocado nos silos, com o tempo, é levado à prensa – algumas vezes pode ir direto à prensa pela necessidade do produto por parte de compradores ou por causa de seu valor, como ocorre seguidamente com o papelão – passa pela prensa para, logo após, ser transformando em fardo e, depois, vendido para os compradores (atravessadores para indústrias de reciclagem) do galpão. Os atravessadores podem ser fixos ou circulantes, sendo que, atualmente, a coordenação tem procurado novos compradores, tendo por critério o preço mais favorável à Associação.

A prensa consiste em um maquinário de operação não muito complexa, que demanda atenção para que se evitem acidentes. São postas ali as garrafas pet, ou caixinhas de leite, plásticos e outros. O material é posto nela por um ou dois recicladores, sendo coberta por uma chapa de aço. Nesta, é posta uma corrente com cadeado para que o material não escape do processo de prensa e, logo após, seja posto em fardos, amarrados com arames na prensa mesmo. O barulho que a prensa emite é exaustivo e dá um ritmo de fábrica ao galpão. Segue uma sequência rítmica, parando somente quando o seu operador faz uma pausa para o café ou atende outra atividade. Os recicladores que trabalham na prensa não usam equipamento de proteção nos ouvidos para desempenharem essa tarefa; algumas vezes os vemos usando luvas, outras vezes não.

Prensados os materiais, temos fardos de garrafas plásticas (pet), papelão, outros plásticos etc. Lembra Fabíola que “a lata é impressada, o litrão é impressado, o jornal é impressado, o papelão é impressado. Quase tudo que tá ali agora é impressado. O leite, a caixa de leite é prensada.” (Fabíola, entrevista em 04/06/2010, concedida ao pesquisador) Assim, depois dessa fase, o fardo de materiais é retirado da prensa e empurrado por dois recicladores, ou mais, para o local onde ficam abrigados os fardos prontos, noutro ambiente do galpão cuja abertura dá acesso a uma parte do pátio que, por sua vez, é um local onde costumam ser depositados cacos de vidro, ferros, tudo ao lado do “recanto do chimarrão”. Os fardos saem do galpão quando os compradores vêm buscá-los com o seu caminhão, em certos casos junto de seus empregados. Os preços são negociados com o comprador, e a pesagem tem sido feita no destino do material, depósito do comprador, que avisa por telefone o peso da carga recebida e faz o depósito correspondente, conforme o acordado com a coordenação do galpão.

Mas cada coisa (...) tem um comprador. Mas é claro, tem o comprador do misto, tem o comprador do jornal, tem o comprador do branco, o comprador aí da frente, tem o comprador da latinha, o veio compra o branco e tem o cara que compra só o misto, Téo o cara que compra só garrafa, tem o cara que compra só o papelão. Cada um tem um comprador, não é tudo, tudo o mesmo comprador, entendeu? Não é tudo a mesma coisa, tu entendeu? Vem o cara que diz: eu quero comprar isso. Quanto que tu paga por isso? Ela vai te dar um preço, ela aceita se ela quiser. (Fabíola entrevista em 04/06/2010, concedida ao pesquisador)

Esse comprador é, de fato, o atravessador do mercado da reciclagem que vende e transporta o material às indústrias que se servem do lixo triado pelos recicladores/recicladoras. Percebo que sabemos pouco sobre os sujeitos dessas e doutras transações. Quiçá na área da Economia Solidária e do cooperativismo possam conhecer mais esses sujeitos, pois que determinando as regras do jogo da comercialização do material reciclável, as relações que estabelecem com as associações podem ser identificadas, em alguns casos, como o *calcanhar de Aquiles* para o trabalho em rede nesse setor dos empreendimentos solidários. Todavia, para vendas pequenas, há uma tabela combinada, seja para a venda de garrafas, seja para vidros e latas, cujo preço e acerto de contas é feito na hora.

De acordo com estudo feito por Carrion (2008), quase tudo do que é produzido pelas unidades de triagem conveniadas com o DMLU, em Porto Alegre, com exceção do ferro que abastece a Siderúrgica Gerdau, é vendido para atravessadores que revendem o produto comprado das associações às indústrias com preços bem superiores. Não obstante, as associações lançam mão de estratégias para não se tornarem vítimas do aviltamento daqueles: consultam outras associações e compradores para definição de preços mais justos, estocam material para aguardar sua valorização pelo volume da venda ou pela escassez no mercado. Entretanto, como afirma Carrion (2008), a dependência em relação ao atravessador é quase absoluta porque o produto é buscado nos galpões por este, tendo em vista que as associações, via de regra, não dispõem de veículos para entrega direta à indústria, e é comum a prática de adiantamento de recursos do comprador para a manutenção de equipamentos fundamentais à produção e, em alguns casos, há o empréstimo de equipamentos. Desse modo, o produto e a Associação ficam previamente agenciados pelo atravessador, sem possibilidades de usufruir de ganhos oriundos da concorrência entre esse e outros compradores.

Uma vez por mês é feito o cálculo da partilha dos ganhos conforme os recursos advindos das vendas do período anterior e as horas trabalhadas pelos/pelas recicladores/recicladoras que, na normalidade das atividades, trabalham oito horas diárias. Até 2009, enquanto eu acompanhava semanalmente as atividades do galpão, um assessor fazia planilhas na diretoria, ajudando na configuração da partilha e na sistematização das informações referentes aos valores de entrada e saída e quanto do

saldo caberia a cada reciclador. Invariavelmente há protestos de alguns com o baixo salário, principalmente daqueles que muito se ausentaram do trabalho, percebendo o custo de sua ausência e nem sempre aceitando, num primeiro momento, o salário a ser recebido. Os/as recicladores/recicladoras têm conta poupança no Banco do Brasil e, fora a prática de distribuição de vales, ao longo do mês, retiram seu dinheiro no banco.

O vale é um adiantamento de dinheiro concedido em pequenos valores e conforme a necessidade, não existindo normas administrativas que definam a sua política de distribuição, determinada pela habilidade do reciclador em argumentar em defesa de sua demanda na coordenação do galpão, em particular, e pela condescendência desta. Não é fruto de uma decisão coletiva. Acompanhando o cotidiano do galpão de reciclagem, verifiquei que alguns/algumas recicladores/recicladoras consumiam antecipadamente, de forma costumeira ou esporádica, seu salário em vales, tendo por causa carências materiais no plano do imediato para a manutenção da alimentação da família ou para medicação de seus membros ou própria. O interessante da prática dos vales é que ela se contrapõe à lógica de empréstimo que produz dívidas, cujo mecanismo de cobrança com juros, aplicado por um dos associados, e as obrigações morais outorgadas ao devedor distorcem a lógica cooperativa que devia imperar numa associação nascida nos propósitos da Economia Solidária, como já descrevi.

Para o recebimento, todos são liberados em um turno, vão para o centro da cidade, retiram todo o dinheiro da conta, mesmo que não venham a gastar tudo que ganham naquela semana, e guardam o dinheiro que sobra das contas pagas em casa. As complexas operações bancárias e a abstração do dinheiro depositado e sob a guarda do banco não são inteligíveis aos/às recicladores/recicladoras, sobretudo aos não-alfabetizados, gerando desconforto e dúvida. Os ganhos são mínimos se pensarmos nas despesas que essa gente tem, sobretudo as mulheres, que praticamente sustentam as suas casas em cujos pátios moram filhos com cônjuges e netos, em clima de partilha e ajuda mútua como mecanismo de sobrevivência e de manutenção da configuração familiar na periferia urbana. Os maridos das mulheres que com eles vivem são em sua maioria trabalhadores móveis, experimentando o desemprego e a disponibilidade compulsória para o precário mercado de trabalho que os seleciona para trabalhos temporários, os “bicos”.

3. 3 PEDAGOGIA DO GALPÃO: PARTILHA DE SABERES E ASPECTOS EDUCATIVOS DO TRABALHO ASSOCIADO

Penso que há, no galpão de reciclagem, uma dinâmica pedagógica nos espaços em que se dá o trabalho com o lixo e nas sociabilidades que esse espaço enseja. Quando falo ou escrevo sobre isso, relembro Freire (2007), que descreve suas aprendizagens nas visitas sistemáticas feitas às escolas da rede pública do município de São Paulo, na ocasião em que era secretário de educação do governo do Partido dos Trabalhadores, na gestão de Luiza Erundina. Espantado com os dilemas do descaso com a coisa pública e ante o desafio de fazer com que os educandos valorizassem a escola, ele aponta para uma indiscutível “pedagogicidade” na materialidade do espaço.

Apreendo essa “pedagogicidade”, evidentemente noutro contexto, no qual a instalação precária (seja pelo desgaste do transcurso do tempo ou pela condição material pobre a que são levados a trabalhar, num flagrante descaso do poder público com esses trabalhadores) e seus espaços, apropriados pelos/pelas recicladores/recicladoras para o trabalho coletivo entre sobras, bancadas, silos e maquinários, educam os sujeitos no próprio fluxo do labor associado, desde a sua iniciação até ao longo dos dias em que atendem as específicas tarefas rotineiras da manipulação do material reciclável.

Percebe-se isso nas vestimentas utilizadas por homens e mulheres. Para trabalhar no lixo ninguém coloca a sua melhor roupa, mas a mais surrada, podendo ser vestida novamente no curso de vários dias. Alguns usam “macacão” de oficina ou de trabalhador de posto de combustível, doado entre roupas que chegam ao galpão. Esse dado é confirmado quando vamos fazer uma fotografia e alguns se opõem dizendo que se soubessem teriam se arrumado, que estão com roupas ou visual de trabalho. Certos recicladores, homens e mulheres, vão e voltam para as suas casas com as mesmas roupas que trabalharam o dia todo; outros não, arrumam-se antes de retornarem para as suas moradias.

Os sujeitos devidamente socializados no trabalho sabem o que têm pra fazer, dar conta da produção, “baixar o cesto” atendendo o que o trabalho lhes exige, sem precisarem de muitas ordens dos membros da coordenação do galpão, a não ser no caso em que um associado seja displicente com as suas tarefas, seja na produção ou noutras etapas, inclusive na limpeza, que, aliás, não obedece escala fixa de serviço. Por causa

das possibilidades de renda no garimpo, essas outras tarefas, não pertinentes de forma direta à separação e classificação do material reciclável, são evitadas por boa parte dos/das recicladores/recicladoras quando possível. No fechamento do mês pode haver uma demanda por aceleração da produção para alcançar determinada carga para a venda, estabelecida pelo valor pecuniário a ser arrecadado ou pelo comprador/atravessador.

A categoria trabalho pode ser compreendida numa perspectiva crítica, que reconhece o fenômeno de sua reestruturação na lógica incorrigível da globalização do capital e do processo de descarte nada compassivo imposto ao trabalhador (a ele cabe, clinicamente, a pecha da desqualificação apontada como causa do desemprego das gentes no excesso de vagas ofertadas no mercado de trabalho em diferentes contextos). Desse modo, o trabalho vai se constituindo para os mais pobres, como menciona Santos (2008, p.63), como “o lugar de uma descoberta cotidiana e de um combate cotidiano, mas também uma ponte entre a necessidade e o entendimento”. Embasado numa leitura marxiana (Oliveira, 2010), sou inclinado a reconhecer no trabalho o seu sentido ontológico para a existência humana, com relevante caráter social e formador de sociabilidades, diferenciando-a pelo significado que lhe é atribuído, diferentemente do que ocorre com os outros seres vivos da teia da vida, sem ignorar seus aspectos alienantes na conjuntura mundial atual.

Enfim, compreendo que ação humana do trabalho, que transforma as coisas em mercadoria, transformando o seu transformador, pode, em sua pedagogicidade, ser desumanizante, recalando a vocação humana de ser mais, ou, inversamente, pode facultar aos sujeitos trabalhadores, em determinadas circunstâncias, processos emancipatórios e de aprendizado da solidariedade, não somente como manha estratégica para a sobrevivência num sistema aviltante de sua humanidade, mas como uma nova cultura das relações sociais e dos sentidos da existência humana para a felicidade e partilha das coisas do mundo.

Em seu *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, Marx (2004) observa o trabalho como mecanismo gerador de nossa humanidade, na relação transformadora da natureza, distinguido-nos dos animais. Não descuida de abordar o trabalho como mecanismo de subordinação do trabalhador à lógica do capital, macerando o ser humano na alienação

que sofre ao ser alijado da mercadoria produzida e na ausência de si mesmo como referência quando na produção faz-se ser para o outro, sem autonomia.

Nas circunstâncias particulares do galpão de reciclagem o trabalho difere daquele exercido na catação individual porque se trata de uma dinâmica operacional e de relações sociais de forma associada, embora traga alguns elementos da ação individual através da prática do garimpo. O trabalho associado produz saberes partilhados, e aquele que sabe ensina a quem não sabe. Miriam descreve como se dá a pedagogia do galpão, processo educativo em que o reciclador mais experiente vai, aos poucos, socializando o novato quanto aos aspectos operacionais da separação do material reciclável, a partir da própria experiência de aprendente. Vejamos:

A eu fui né, cheia de medo, de não saber... era o galpão era lá atrás, não tinha isso aqui, era aquele de madeira, de pau-a-pique que tinha lá. A Zilma ia um pouco pro meu lado, me ensinava, e eu fui pegando e as gurias foram me ensinando, foi onde eu aprendi e hoje, graças a Deus, eu sei os principal, o necessário para trabalhar. (...) Que nem a Mariza, tu fica quinze dias no cesto e depois tu vai para os outros lugares, entendeu? Daí fui pro cesto, depois fui pro corredor, antigamente não tinha silos, os pet era largado tudo junto, o verde e o branco, daí tinha que ter uma pessoa ali pra separar e botar nos bags. (...) Tira a sacaria, tirando as coisas, varrendo, vai tirando a sacaria, botando nos lugar, separando, sabe? (Miriam, entrevista em 04/06/2010, concedida ao pesquisador)

Vencida a ansiedade inicial das primeiras aprendizagens no trabalho de recicladora, Miriam foi aprendendo com Zilma, numa prática que até hoje se reproduz no galpão: ensinar o novato é colocar-se ao lado dele para ensinar fazendo, exemplificando e esclarecendo as eventuais dúvidas; é uma pedagogia da prática da separação do material reciclável. Nesse processo de inserção, que também pode determinar a continuação do sujeito ou não no galpão, outros associados se responsabilizam em ensinar e em observar o desempenho do novo colega. Depois de aprendido o que fazer em determinada etapa, o novato estagia noutras etapas do processo produtivo, de modo sequenciado para aprender os saberes pertinentes a todas as tarefas que cercam o labor no galpão de reciclagem.

Fica evidente que o roteiro de aprendizagem dessa atividade profissional segue a lógica do trânsito do lixo no galpão:

O primeiro lugar que a pessoa vai é para o cesto, que é para aprender a lidar com o material, a conhecer o material para poder reciclar né. Aí, geralmente tu coloca a pessoa no meio já trabalham na... daí fica mais fácil de ensinar a pessoa e a pessoa tem mais facilidade de aprender. (...) Primeira etapa que fica é o cesto, né, depois via para o corredor, as garrafas e a última etapa é a prensa. (Giovana, entrevista em 01/11/2010, concedida ao pesquisador)

Adiante, Giovana ainda fala a respeito desse processo de ensino e aprendizagem que se instala para iniciar alguém no trabalho do galpão, no qual fica evidente, na exposição de como se dá esse processo, que é o reciclador que acaba por ensinar algum colega, ao qual não basta a apropriação de saberes da prática da triagem do lixo, mas é preciso aprender a ensinar, aprender como deve se dar esse processo e o modo de acompanhá-lo para que a aprendizagem de fato se dê e o sujeito se incorpore ao coletivo de trabalho; e, por fim, considerando que essa tarefa não é franqueada a todos e exige certa especificidade, demanda daquele que quer ensinar gostar de gente ou estabelecer laços de afeto. Observemos como ela descreve o processo a que foi submetida e o laço de afeto que estabeleceu com aquela que a ensinou.

(...) Lembro. Era a Terezinha, uma morena que tinha aqui, me dou com ela até hoje, ela trabalhava aí e a Sônia. Hoje eu não vejo mais a Silvia porque ela se mudou da vila, ela não mora mais aí, mas foi as que mais me deram força aí dentro. (...) Aprende a separar, daí depois tu vais pros lugares. Pro pet daí tu vai separando o pet, ia pra prensa. A prensa foi a última etapa que eu fui, porque tu tem que controlar muito, cuidar os braços porque a prensa... Porque na época aqui tu não tinha homem né Vinícius, eram só as mulheres. Latão não era que nem agora, que é plástico né, era tudo de lata, jornal, misto, essas coisas, a gente tinha que socar, tinha que subir em cima, socá daí vinha o tonel direto pra prensa e a gente dali mesmo tirava, com as mão mesmo. Não tinha, era diferente, não tinha aquelas mesas que tem ali agora, que o Virtuoso bota o tonel ali pra cima né, daí tem que ter força pra erguer né. (Giovana, entrevista em 01/11/2010, concedida ao pesquisador)

O relato acima confirma o que disse antes, a pedagogia do galpão obedece o caminho percorrido pelo lixo nesse espaço. É essa a lógica produtiva da Associação como unidade de triagem. No período ao qual Giovana se reporta, na ausência de homens, as mulheres aprendiam a utilizar a prensa e nela trabalhavam numa dinâmica em que, na inexistência dos silos, elas mesmas forcejavam derrubando o material separado dos tonéis de ferro existentes diretamente nas prensas. Na compreensão de

Miriam basta a pessoa ter “uma boa cabeça” que não apresentará dificuldade de aprender a trabalhar, pois “sem querer tu vai pegando aquilo ali, tu vai vendo, percebendo, notando qual é um material qual é o outro e não tem dificuldade. Quando tu tem vontade e tu tem necessidade né, agora quando tu não tem vontade e nem necessidade não pega.” (Giovana, entrevista em 01/11/2010, concedida ao pesquisador) Entretanto, a necessidade é um elemento a mais a mobilizar o sujeito à aprendizagem.

Fabíola também descreve essa pedagogia como uma prática educativa, de partilha de saberes do trabalho, em que o reciclador mais experiente acolhe o novato em determinado período de tempo e demonstra, enquanto separa, como se realiza esse procedimento. Crê, em sua simplicidade, que uma semana seja suficiente para a apreensão dos saberes pertinentes ao processo de triagem de material reciclável, caso contrário, entende que o sujeito que está sendo socializado no trabalho não tem vontade em aprender o que lhe é ensinado.

Ué, a gente ensinava que nem agora. Tu não sabe trabaiaá, tu trabalha uma semana do meu lado. Que nem agora, tu vai uma semana do meu lado, aí eu te ensino: bota aqui, lá, lá. Se dentro de uma semana tu não aprende, tu não aprende mais. É assim. Que a pessoa não tá interessada em aprender. Tá, dentro de uma semana te ensino, tu entra segunda-feira, eu te ensino a semana toda e tu não aprendeu? É porque tu não quer aprender mesmo! Aí eu perco o meu tempo te ensinando: aqui, aqui, lá, lá e tu não aprendeu? Encosta no mais experiente. Quem ensinou a Pretinha a trabalhar aqui, fui eu. Quem ensinou a filha da Rita a trabalhar aqui foi eu. Eu ensinei elas, elas se enconstaram em mim né. Daí quando entra uma guria nova eu é que ensinei, ora.. Porque tu tem que ter paciência, não adianta tu fica gritando. Ó é aqui, tu bota essa coisa aqui, aqui. Noutro dia a gente vê, não ensinou quase nada e a pessoa já aprende. A filha da Rita foi rápido, a Janice aprendeu bem ligeiro. A minha filha não tinha o que aprender, já trabalhava desde pequena, já trabalhava. (Fabíola, entrevista em 04/06/2010, concedida ao pesquisador)

Sendo uma das mulheres que trabalha há muito tempo na associação, Fabíola já ensinou muita gente. Lembra a ponto de citar, orgulhosamente, alguns de seus aprendizes, e sublinha um saber indispensável para ensinar a outrem: a paciência. Paciência, nesse contexto de educação informal, pode ser compreendida como uma virtude que demanda do sujeito, cujas circunstâncias e escolha pessoal o levam a ser mediador da aprendizagem do outro no trabalho, um respeito cotidiano aos tempos

internos, que definem o ritmo dos tempos de apropriação de saberes por parte do educando, em um horizonte de limite que não perturbe em demasia o ritmo de produção do galpão.

Melucci (2005) indica que há diferentes tempos contidos na trajetória dos sujeitos ao longo de suas existências. Para o autor, há os ritmos interiores, sociais e do cosmos. Para mim, essa é uma importante referência para que pensemos a respeito do que consiste esse respeito ao tempo interno do outro nos processos educativos, em especial na pedagogia do galpão de reciclagem ou noutro contexto em que os trabalhadores cooperados, na condição da pobreza, organizam estratégias de ensino e aprendizagem informais, tendo por objetivo a manutenção do trabalho associado que garante a sua sobrevivência e do coletivo de associados.

Segundo Mellucci (2005), o tempo social moderno é estabelecido como linear, contínuo e único, ou seja, pode ser mensurado, previsto e fracionado em partes que podem ser comparadas entre si, nas quais o passado é referência para medição do futuro. Contudo, o ritmo interno dita um tempo próprio em termos de aprendizagem, porque é movido por afetos e emoções viventes em nós, como corpos conscientes, habita nossas subjetividades, instaura tempos múltiplos, descontínuos, reversíveis e coexistentes, que se entrelaçam e se sobrepõem. O ritmo interno carrega um tempo que pode ser multidirecional; relaciona vários eventos simultaneamente, e pode, em algumas circunstâncias, parecer à percepção subjetiva como imóvel, que não passa. O tempo interno pode ser cíclico, como no caso da narrativa mítica e seu tensionamento com o tempo social, que tende a ser amortizado pela cultura que oferta alguns meios de manifestação dos tempos interiores, segundo o autor, como acontece no jogo, na arte, no mito, na relação com o sagrado e na atividade do imaginário.

Creio, no entanto, que a convivência cotidiana necessária para o trabalho associado institui canais de manifestação dos tempos internos de uns sujeitos aos outros, assim como a vida no abismo social instaura a partilha no âmbito da carência de recursos. No diálogo, no conflito e no saber ouvir, o ritmo interno é explicitado e se coloca no processo de aprendizagem do trabalho, mediado pela escuta e paciência de quem ensina, em articulação com o tempo social da atividade. Paciência deve ser lida como elemento fundamental da ação daquele que ensina. Segundo Gadotti, consiste em:

(...) optar por caminhar e fazer juntos, respeitar o momento histórico que o outro está vivendo. Respeitar e desrespeitar ao mesmo tempo, porque não é para convencê-lo a ficar onde está; o educador vai tentar fazer com que ele caminhe.” (GADOTTI, 1995, p. 33)

Saber ensinar, transmitir e reelaborar saberes do trabalho associado, no caso do galpão de reciclagem, é uma das exigências da experiência, que pede que o novato “encoste” em um reciclador há mais tempo presente no galpão e este, por sua vez, deve acolhê-lo e orientá-lo, considerando que o processo comunicativo entre ambos se instaura ao longo do tempo, em que se firma, sobretudo, a confiança no outro, sem o que não há processo educativo. Aliás, como expressa Brandão:

Tornamos possível a nossa vida cotidiana, assim como a nossa educação e todas as outras trocas de bens, de serviços e de sentidos e saberes com outras pessoas, com os grupos humanos e com as várias instituições sociais porque vivemos a partilha de culturas fundadas em princípios de mútua e recíproca confiança. (BRANDÃO, 2005b, p. 128)

Na confiança frente ao outro, o diálogo, no sentido freireano, pode se estabelecer. O diálogo é um ato criativo entre sujeitos que se solidarizam entre si, numa troca simbólica, afetiva, estribada numa fé na vocação humana de ser de possibilidades e na humildade – consequência inteligente da consciência de nosso inacabamento (Lousada, 2006). Não há como ser sujeito de diálogo, em qualquer processo educativo, desconsiderando que estamos todos – educador e educandos – num processo de construção em que temos muito a aprender do universo do outro. No ostracismo ninguém pode vir a ser companheiro de diálogo, de pronúncia de mundo, sintetizada em uma coerente relação entre ação e reflexão, ou seja, corporificada numa *práxis*, sem a qual, já diria Freire (TORRES, 1979), não há palavra verdadeira. O diálogo exige parceria solidária.

Na pedagogia do galpão, processada nas aprendizagens do trabalho para o atendimento dos procedimentos operacionais necessários, os saberes referentes ao ato de ensinar o outro, como aqueles pertinentes ao fazer do reciclador, próprios da dinâmica do trabalho na reciclagem, nascem no cotidiano do trabalho associado. Fischer e Tiriba (2009) ajudam a compreender esses saberes nomeados de “saberes do trabalho associado” quando desenvolvem esse verbete no Dicionário Internacional da Outra

Economia. Esclarecem que essa expressão tem uso para que designemos aqueles saberes produzidos pelos trabalhadores nos processos de trabalho em que se reconhece a apropriação coletiva dos meios de produção, a distribuição justa dos frutos do trabalho e a gestão democrática quanto à utilização dos excedentes e os rumos da produção. O termo diz respeito ao conjunto de habilidades, informações e conhecimentos que se originam no trabalho cotidiano, estabelecidos na realização das ações específicas do trabalho. São saberes construídos no percurso das experiências do trabalho coletivo de forma associada e autogestionada, em lógica diversa da empresa capitalista, com outras referências no campo da gestão financeira e de pessoas, como também nos valores perseguidos nas sociabilidades que o trabalho e a convivência fomentam. Afirmam as autoras que:

A palavra saber é utilizada como sinônimo de conhecimento, envolvendo os aspectos materiais, intelectuais e subjetivos presentes na atividade do trabalho e sendo entendido como resultante dos processos prático-teóricos de transformação e compreensão da realidade humano-social. O conceito relaciona-se às idéias de *práxis*, saber popular, saberes da experiência, conhecimento tácito, trabalho como princípio educativo, produção de saberes em situação de trabalho, produção e legitimação de saberes do/no trabalho. (FISCHER & TIRIBA, 2009, p. 293)

Esse saber da experiência (Freire, 2007), feito nas circunstâncias materiais em que o sujeito se movimenta e trabalha, consiste numa forma de saber popular tecido no campo da prática do reciclador, como no caso em estudo. O saber popular, categoria de saber ressaltada na tradição da Educação Popular, é o saber do homem simples, trata-se de um conhecimento elaborado na experiência existencial cotidiana da vida comunitária em que o sujeito está inserido, elaborado processualmente no circuito dialógico “homens/mulheres-mundo” (Lousada, 2008).

Esses saberes produzidos no trabalho da reciclagem – como pontualmente considerou Adams (2006), em análise a respeito de outro grupo de recicladores/recicladoras – se mesclam com os saberes vividos em anteriores experiências de trabalho, presentes na trajetória dos sujeitos antes de seu ingresso no galpão de reciclagem. Portanto, os saberes vividos e apreendidos noutros momentos e circunstâncias tendem a ser mesclados com novos saberes e são mobilizados no

processo de produção. O que ocorre, à revelia de estatutos e controle da coordenação de um grupo solidário de trabalhadores, é que no exercício da produção coletiva, da gestão participativa e democrática de uma associação como a A.R.E.R.B., que pressupõe, com contradições inerentes à economia solidária no contexto da pobreza numa sociedade capitalista, que as relações de trabalho guardam um potencial pedagógico com vistas ao fortalecimento do que pode ser chamado de cultura do trabalho solidário. Desse modo, ao produzir, cotidianamente, e em trabalho coletivo, outra natureza para o lixo triado, que é a de material passível de ser reciclado, o indivíduo também se transforma, na medida em que constrói saberes e incorpora o *habitus* pertinente à sua profissão.

Porque tudo faz hábito né (...)? Tudo faz hábito, porque se tu pego um hábito de janta de noite e não lava a tua *loça*, tu pego aquele hábito já, não é que tu não possa lava, é porque tu deixo ali. Eu avalio as coisa assim. Assim é o trabalho se tu pego um hábito de reciclar duas sacolinha, mas uma daquela duas tu bota fora, tu vai fazê o teu trabalho todo. Que nem eu converso muito com as gurias, eu digo “gurias aqui não existe isso patrão, não existe presidente, existe um grupo que trabalha, mas tem que te alguém pra comanda”, né? Tudo quanto é lugar tem que te. Mas que eu digo pra elas tudo aquilo se elas por um plástico fora é prejuízo pra nós, todo grupo. Porque o momento que eu coloco alguma coisa fora, to colocando todo o grupo a perde. Então acho que vai das consciência como eu digo pra elas: nós que continha esses hábito tem que trabalha mais, tem que aproveita mais o material, quanto menos rejeito sai melhor pra nós vai se. (Mariana, entrevista 17/09/2011, concedida ao Prof. Nilton e equipe)

Nesse hábito que desenvolve um *habitus* seguem os/as recicladores/recicladoras, conduzindo suas aprendizagens e ensinamentos na partilha de saberes cuja construção é provocada pela cotidiana atividade com o lixo. Entenda-se a expressão *habitus* como um sistema simbólico de disposições duráveis e transferíveis que, integrando todas as experiências passadas, pertinentes à trajetória do sujeito, opera como uma matriz que predomina nas suas percepções, análises, escolhas e comportamentos do sujeito (Bordieu, 1983). O *habitus* institui modos de vida, de apropriação subjetiva que podem se estender à corporeidade que se manifesta como “síntese da encarnação da cultura que constitui os seres humanos historicamente situados.” (CARVALHO & STEIL, 2009, p.85).

Outros saberes figuram nas aprendizagens dos/das recicladores/recicladoras no trabalho da reciclagem, nessa pedagogia do galpão que nasce em sua dinâmica de trabalho. São saberes produzidos sobre classificação de materiais, seus valores no mercado, outros pertinentes às atividades do escritório, como troco, fazer nota fiscal, atender ao telefone, negociar com compradores – no caso da coordenação da associação – receber pagamentos, calcular a partilha dos recursos, controlar presenças, faltas, folgas, vales, o caixa, enfim, tudo o que diz respeito à gestão administrativa e financeira do galpão. Nos processos educativos do trabalho, há outros aprendizados, como recorda uma das entrevistadas:

Disciplina no trabalho, porque eu estava acostumada a trabalhar sozinha, ia lá na casa, limpa e vinha embora. Aqui não, aqui é em grupo, todos quem se seguir, seria o certo, todos tem que seguir, tem horário, fazê aquilo, tem aquela disciplina, fazê horário, tem aquele conjunto, sabe, tá todo mundo unido, mal e bem, entre aspas, a gente se une, isso aí eu aprendi muito. Bah, bem diferente trabalha em grupo do que trabalhar sozinha. O grupo tu tens que entender os colegas e as colegas tem que te entender. Tu tem que... muitas coisas tu tem vontade de falar e tu não vai falar pra não ofender um colega, tu entendeu? Bom, eu não tenho muita trava na minha língua, mas... tento fazer isso né Vinícius, não é tudo que eu penso que eu digo. Isso que eu melhorei muito, logo que eu cheguei aqui, bah! Eu aprendi muita coisa. (Miriam, entrevista em 04/06/2011, concedida ao pesquisador)

Observemos que Miriam faz uma análise comparativa entre a sua experiência de trabalho de limpeza em casas, realizado de forma individual, e aquele que é desenvolvido de forma associada no galpão de reciclagem. Ela reconhece que há uma especificidade nesse trabalho coletivo que o distingue do serviço de faxina, levando em conta a mútua colaboração entre os sujeitos no primeiro, com as suas contradições comuns nascidas nas escolhas destes em torno da adoção ou não dos princípios da economia solidária, com avanços e retrocessos, e na disciplina exigida, presente na observância de horários e no limite dado à palavra, em relação à atividade que desenvolvera como autônoma na área de serviços gerais em “casas de família”. Infiro, a partir dessa fala, que os/as recicladores/recicladoras se educam no trabalho coletivo e nele são provocados/provocadas à mudança de alguns hábitos que conflitam com as

demandas coletivas e, conseqüentemente, com seus rendimentos finais do grupo de trabalho.

3.4 SOCIABILIDADES NOS MOMENTOS DE NÃO-TRABALHO

Retomo aqui reflexões elaboradas há algum tempo sobre as relações de sociabilidade dos/das recicladores/recicladoras, especialmente nos momentos de não-trabalho e em lugares adjacentes ao espaço da produção no galpão (Lousada, 2009). Gostaria ainda de tecer breve consideração sobre o momento do café, intervalo das atividades no galpão. Esse hábito se reveste de um caráter ritualístico e simbólico. Tem o seu horário religiosamente obedecido por todas e todos, jamais interrompido em caso de chegada de autoridades, descarga de material ou presença de visitas. Algumas mulheres preparam pães, bolinhos, polenta com salsicha e partilham esses alimentos entre si. Outros juntam trocados para comprar pão, manteiga, linguiça etc. Enfim, todos formam livremente grupos, seguindo o critério de afinidades entre leituras de mundo, gostos, crenças e humores – muita coisa é regida pelo estado de humor no galpão. Esses grupos se localizam em diferentes áreas conforme o bem-querer, fenômeno que se reflete até na disposição da ordem de pessoas nas mesas de triagem.

Tive aprendizagens bem significativas nesse espaço de convivência para a minha inserção e legitimidade junto ao grupo. Quando observava e participava do café, momento em que me ofereciam algo, mesmo que eu não tivesse trazido nada, percebia que aí se desenrolavam diálogos sobre os cuidados com os filhos, a luta para ampliar a casa e atender melhor a família, novidades da comunidade, trocas simbólicas sobre crenças religiosas, partilha de receitas de chás, vivências no posto médico, entre outros temas que surgem. Assim também as críticas à coordenação do galpão que, se são silenciadas nas reuniões coletivas, são comumente verbalizadas nos bastidores da conversa informal das refeições.

Fica evidente que o que conecta as pessoas no seu trabalho e nas intervenções educativas propostas no galpão, até então, é o elemento afetivo, a confiança nascida por meio do diálogo entre os pares, numa relação de mútuo respeito e proximidade.

Eu creio que é por causa assim, aonde trabalham. Por exemplo, eu trabalho do lado da Ana, eu tomo café com a Ana. A Neila, a Antônia, a Graziela que é filha dela já tomam café junto, entendeu? Elas trabalham uma do lado da outra, entendeu, são mãe e filha. Vão trabalhar no cesto, geralmente é assim, as vezes morar perto, pois tu vê, a Ana moramos de frente uma pra outra. Ali tem mais, então a gente toma café junto. Entendeu? (Miriam, entrevista em 04/06/2010, concedida ao pesquisador)

A convivência pode produzir o diálogo. Para Freire (2006, p. 120), enquanto relação democrática, “o diálogo é a possibilidade de que disponho de, abrindo-me ao pensar dos outros, não fenecer no isolamento.” Assim, a busca pelo outro denota a formação de uma parceria, de uma rede de relação que livra aquele que procura o outro, na ação dialógica, da desumanização. Nessa perspectiva, não se deixa de ressaltar o diálogo intersubjetivo como uma relação horizontal entre A e B, que faz frente ao esgotamento do antidiálogo e à desertificação afetiva edificada na lógica social que ora o reforça. E como ressalta Freire (1982, p.39): “quando os dois pólos do diálogo se ligam assim, com amor, com esperança, com fé no próximo, se fazem críticos na procura de algo e se produz uma relação de empatia entre ambos”.

Nas sociabilidades entre os/as recicladores/recicladoras encontramos indícios de um jeito de ser aberto à diferença do outro, admitido a partir de uma escuta sensível e, não raramente, apaixonada – no sentido de emocionalmente implicada com o outro –, numa relação de trocas simbólicas, dinâmica, contraditória e complementar entre os sujeitos. Observei algumas tentativas das pessoas aí presentes de evitarem a classificação de seus pares, de modo a admitirem as outredades daqueles com os quais interagem. Outras vezes, quando convinha ou lhes parecia necessário, o grupo lançou mão da estigmatização, para desautorizar algum associado ou a sua palavra, sobretudo quando o sujeito ensaiava uma forma possível de empoderamento e crítica ao colegiado de coordenação do galpão e punha em dúvida o *status* da liderança masculina, ausente no concreto do trabalho cotidiano e daqueles que nela se aconchegam - ora recolhendo proteção pessoal, ora efetivando a manutenção da sobrevivência ou do poder conferido aos que pertencem de alguma forma ao colegiado de direção. Assim, o diálogo e o respeito constituem-se como experiências relacionais de aprendizado constante, entre possibilidades e impossibilidades de sua realização em qualquer contexto, do mesmo modo que no galpão.

Os trabalhadores da A.R.E.R.B. carregam, através de suas memórias e saberes, trajetórias marcadas pelos movimentos de saída do interior do Rio Grande do Sul, deparando-se com a pobreza ocasionada pela escassez de trabalho e renda. Experimentaram uma espécie de êxodo, que se manifesta numa desterritorialização que tentam superar mediante o enraizamento na periferia da cidade. Entenda-se a periferia como um espaço urbano que se constitui em resultado concreto da especulação imobiliária e da distribuição de renda, com as suas ruas estreitas, presença minguada de praças e espaços planejados de lazer, escassez de equipamentos públicos para prestação dos serviços essenciais etc. Em geral, contém terrenos apequenados e ajuntados, ocupados, nesse caso, por casas inicialmente planejadas dos projetos populares de assentamento urbano, reapropriados pelos sujeitos moradores que recriam seus espaços simbólica e concretamente, instituindo, via de regra, jeitos de morar e viver próprios.

No caso do bairro Rubem Berta e, em especial, dos/das recicladores/recicladoras, suas casas no entorno do Galpão são de reduzido espaço físico e combinam a presença de cachorros e plantas, em condições de higiene próprias das áreas mais pobres da cidade, variando conforme usos e costumes de seus moradores. Muitas vezes, nesses espaços da periferia confundem-se materialidades próprias à vida no campo com o modo de vida urbano que, da sua parte, tenta edificar, mesmo que de forma precária, a presença da modernidade próxima às classes populares, com a sua aspepsia visual, homogeneização dos espaços na concretização da cultura industrial.

Diferentemente do que diz Martins (2008, p. 50), embora haja a presença do que ele nomeia de sujeira, as plantas medicinais são presença marcante em algumas residências do bairro Rubem Berta, seja como adorno, proteção espiritual – como as plantas conhecidas por Espada de São Jorge e a Arruda –, ou ainda como medicação substitutiva aos remédios alopáticos – deixados de lado por escassez de recursos pecuniários e, também, devido à tradicional crença em torno do potencial curativo dessas ervas. Aliás, esse saber é bem presente nos diálogos entre as associadas, se levarmos em conta as suas falas, em momentos informais, sobre os usos que fazem dessas ervas ou plantas, aprendidos com os mais velhos em suas famílias ou decorrentes das inserções religiosas que tiveram.

O enraizamento na periferia, combinado a uma inserção na rotina de trabalho do galpão, produz uma forma de pertencimento do sujeito como elemento produtivo da

comunidade, como potencial consumidor de bens culturais e materiais – no limite do possível. Entretanto, esse pertencimento é matizado por uma afirmação de transitoriedade da condição de associado, no caso daqueles e daquelas que estão vinculados à associação. Não é raro identificar nas falas de alguns o fato de estarem trabalhando na reciclagem (efetivamente triagem) temporariamente, até “arrumarem” coisa melhor ou voltarem a conviver com familiares noutra localidade. O interessante é que o imaginário e o discurso da crença na transitoriedade da condição de associado parece mesmo renovar e atualizar o sujeito frente a sua condição de indivíduo condenado à rotina e à mesmice do repertório laboral.

Entre as sociabilidades que quebram a rotina da produção realizam-se festas organizadas pelas assessorias em parceria com os associados, em datas religiosas ou consideradas especiais, como dia das mães. Também são realizados encontros ecumênicos ou com ritos religiosos católicos não-sistemáticos por ocasião de finados ou homenagens póstumas. São momentos de emoção, silêncio e confraternização entre associados, assessorias e outros visitantes. Em geral, pessoas da relação dos homenageados, amigos e parentes. Nesses ritos, a relação com o sagrado é atualizada no choro, na prece, na partilha do pão, quando organizado sem o agenciamento de uma igreja específica.

3. 5. TRABALHADORES/TRABALHADORAS DA RECICLAGEM: MIGRAÇÃO, INICIAÇÃO E O CAMPO AMBIENTAL

Os/as recicladores/recicladoras, na condição de trabalhadores/trabalhadoras despossuídos/despossuídas, são frutos locais da pobreza estrutural produzida no mundo globalizado. São indivíduos partícipes dos contingentes de excluídos que se delineiam como sobras humanas, postas à margem ou incluídas precariamente nos processos de divisão social do trabalho e do consumo em escala global. A respeito da pobreza tomo por empréstimo as reflexões de Santos (2008b). Para o autor, a pobreza, na metade do século XX, nos países subdesenvolvidos, assume formas variadas da dívida social e culmina em pobreza estrutural.

Assim, a pobreza, antes de tornar-se estrutural tem a sua fase intersticial, circunscrita a certas épocas e contextos em que se evidencia um descompasso entre

condições ambientais e sociais. Sua expressão na marginalidade, na doença civilizatória, como consequência direta do processo econômico da divisão do trabalho em escala global, gera indivíduos que são classificados pelo seu potencial de consumo. A pobreza estrutural é um resultado calculado na lógica do capitalismo, que produz uma escassez do trabalho e expansão calamitosa do desemprego, na qual os sujeitos saem “de uma pobreza para entrar em outra. Deixa-se de ser pobre em um lugar para ser pobre em outro.” (SANTOS, 2008b, p.35).

É uma pobreza gerada com a anuência e o interesse político e institucional. Nas trajetórias das recicladoras há um trânsito que reproduz como processo essas pobreza. Quando vivendo no interior, as condições não são favoráveis para a conquista de um posto de trabalho mais bem remunerado; na situação de migrantes, no novo contexto, vivem na periferia, em moradias estabelecidas em invasões ou em conjuntos habitacionais populares edificados pelos projetos de habitação do poder público, pensados sobre e para os pobres. A convivência com trabalhadores da reciclagem faz ver que a expectativa do reciclador, até certa faixa etária da vida, é achar “uma coisa melhor”, um “emprego de carteira assinada”, na ilusão da estabilidade que, no seu imaginário, é ofertada pelo documento trabalhista que sintetiza uma autoimagem do trabalhador no seu vínculo empregatício, identidade de pertença que a função desempenhada numa “firma” pode acarretar e na possibilidade de melhorar a renda para consumo e manutenção menos sufocada da existência.

Tornar-se reciclador ou recicladora não é uma questão simples de opção, embora não deixe de ser objeto de escolha no limite para uma ocupação no abismo social, condicionada pelas circunstâncias materiais em que se movem, pela sobrevivência mediante a comercialização do resto do lixo que a sociedade produz. Assim, ser reciclador ou recicladora é uma ocupação profissional no cenário da precarização do trabalho, instituído no horizonte como um quase destino não projetado (ao que me consta ninguém sonha em ser reciclador) pelos sujeitos, no qual desembocam suas trajetórias individuais movidas pela busca de uma vida em melhores condições sociais, na crença de que o trabalho na cidade pode ser a porta para atingir seus projetos de melhoria de vida. Depois da migração a que se entregam deixando, como nas narrativas de algumas das recicladoras, o trabalho da agricultura familiar no interior do Rio

Grande do Sul, veem-se diante de limites substantivos para a obtenção de trabalho e renda.

Essa vivência na agricultura familiar no interior do Rio Grande do Sul é um traço comum, assim como a migração para a Capital, que são narradas pelas recicladoras, como Mariana, Nara, Lúcia, Miriam, Elenice, Fabíola, Janaína (que veio com a família logo que nasceu). O mesmo fato não se deu com Clara, Jurema, Giovana e Elena, que são originárias da própria periferia da região metropolitana de Porto Alegre. Desse modo, a maioria das recicladoras que integram a pesquisa é de trabalhadoras do campo, desde crianças inseridas na cultura do trabalho, que migraram para a região urbana em busca de melhores condições de vida, cuja causa principal é o anseio por emprego, depois por moradia, assistência médica, escolarização, como relataram nas entrevistas. Os sobrantes do campo existem por causa dos processos de mecanização e automatização de boa parte das tarefas da zona rural ou pelo endividamento que leva alguns camponeses à venda de suas pequenas propriedades. Eles são pobres do campo que saem dessa pobreza rural para a urbana.

Elenice assim descreve a dinâmica de trabalho na roça, quando residia no interior do Estado:

O meu pai tinha muita terra lá fora, ele tinha umas quantas hectares de terra, e, e a gente vivia, meu pai, a família da gente vivia da, como é que eu posso te dizer, das plantações. Como é que eu digo? Assim, meu pai só vivia da lavoura, da plantação que era feijão, era arroz, era milho, era trigo, essas coisas tudo, né? E era dali que tirava o sustento da família, né. Eu ajudava, com sete anos eu já ia pra roça junto com meu pai. Semana ficava uma, e na outra – nós era três meninas, né –, então, comparação: essa semana era minha, né, de eu ir pra roça, na outra semana eu ficava em casa e aquela que tava com a minha mãe ia pra lá. Depois aquela vinha ficava com a minha mãe, a outra ia trabalhar também. Sempre ficava uma com a minha. Todo mundo [trabalhava]. Nós éramos seis irmãos, e só ficava uma com a minha mãe para levar a comida lá pro meu pai, minhas irmãs. (Elenice, entrevista em 14/02/2005, concedida ao Prof. Nilton e equipe)

Essa recicladora fala-nos da cultura do trabalho coletivo no âmbito da agricultura familiar, da alternância de tarefas e um pouco do lugar da mulher no trabalho rural. Quando adentra, em sua narrativa, como veremos abaixo, nas causas que a levaram e aos membros de sua família a deixarem o campo, ela se refere à roça como

vida e trabalho limitante para os homens e que pode ser enquadrado como não-trabalho, evidenciado no modo como menciona o motivo da migração de seus irmãos para a cidade, aliado à possibilidade de escolarização como indicativo de algo melhor:

Aí, depois meus irmãos também começaram a vim para trabalhar, porque lá era só roça, eles não queriam mais... até o meu irmão veio de lá, um deles... começou a trabalhar e estudar aqui na escola da Agronomia. (Elenice, entrevista em 14/02/2005, concedida ao Prof. Nilton e equipe)

A narrativa de Elenice também é emblemática quanto aos desafios da vida no campo ante a carência de condições básicas de transporte coletivo, sendo feito esse por carroça e cavalo, além da inexistência de atendimento hospitalar. Traça um cenário de simplicidade extrema, cujos limites lhe parecem o nexos causal de sua retirada do campo. Nesse quadro de pobreza, a comida era farta, e questionada se a fome teria sido um dos motivos de sua migração, ela responde não e manifesta como causa as transformações nos processos de trabalho no campo mediante a mecanização:

Não, comida a gente tinha. Claro que a gente tinha, mas era tudo era da roça, tudo é a gente que plantava, a gente que colhia, tudo assim. Naquela época não existia essas máquina que existe hoje em dia, hoje em dia tá tudo muito adiantado. Então, lá tu [comia] feijão quando colhia o feijão, agora é tudo por máquina, né. Era tudo por, como é que posso te dizer? O pessoal botava aquela lona, assim ó, no sol e ali era tudo com aqueles, não sei, não me lembro como é que é o nome daqueles coisa que, que aquilo ali ó, debulhava todo o feijão. Hoje em dia não, hoje em dia tudo abaixo de máquina, tudo moderno, né, era difícil, bah... muito difícil... por isso que ninguém mais quer saber do campo, né... quase ninguém... tu pode ver que tá vindo muita gente, né... (Elenice, entrevista em 14/02/2002, concedida ao Prof. Nilton e equipe)

A questão da migração do trabalhador do campo em busca de trabalho na cidade (MARTINS, 2008) remete à compreensão de que é uma característica própria da sociedade orientada política e economicamente pelo capitalismo, por força das leis do mercado postas acima das questões sociais, o desenraizamento do sujeito com o consequente rompimento de sua identidade configurada nas relações sociais tradicionais e de trabalho anteriores, que a crise, ilusoriamente individual, que dele se acerca o obriga a abandonar. Nesse fenômeno de contraditório de exclusão e inclusão, na

condição de produtores e consumidores, na lógica do capitalismo, há um evidente reducionismo de tudo à condição de mercadoria.

O sujeito desenraizado, trabalhador rural de antes e agora expulso da terra, vê-se na condição de dono somente de sua força de trabalho e potencial vendedor dessa força na direção de sua reintegração, por vezes degradante, na sociedade, através da busca desesperada por trabalho. Quando encontra trabalho, mergulhado em sua condição precária de existência, entrega-se a formas aviltantes de ocupação, nos extremos da sociedade regida pelas normas do capital, na qual é responsável por si mesmo, sem comprometimento ou encargo de quem compra a sua força de trabalho.

Quando debandam para a cidade, acompanhando maridos na procura de trabalho, carregando alguns filhos, essas mulheres procuram a ocupação possível para pessoas de baixa escolarização e sem referências profissionais. Trabalham em casas de família, sujeitando-se a atividades de serviços gerais na limpeza, na cozinha e no cuidado com as roupas de seus patrões. Não raramente tornam-se cuidadoras de seus filhos e animais. Experimentam a situação artificial do quase-emprego, na ausência de significado contratual da relação patrão-empregado, como se fossem da família; participam de reuniões familiares como convidadas, em algumas ocasiões “ajudam” servindo visitas e limpando as louças e peças das casas após as festividades da família empregadora. Como babás ou “tatás”, apelido que caracteriza nebulosamente a atividade profissional, acompanham o crescimento dos filhos alheios, enquanto atendem aos mais variados serviços solicitados nas residências.

Casa de família né? Eu trabalhei muitos anos, trabalhei três anos lá na vinte e quatro de outubro na casa do doutor Rui. Trabalhei três anos lá. Cozinhava, passava roupa, deixava tudo pronto, a janta. Não cheguei assina minha carteira, porque na época eu não tinha ela pronta, porque eu vim pra Porto Alegre eu só tinha identidade e a certidão de casamento. Aí quando eu, me encaminharam pra mim fazer a minha carteira, já trabalhava a quase três anos lá e foi quando eu fiquei grávida da pequena. Daí eu me afastei, com sete mês eu me afastei do trabalho. Aí como ela nasceu com problemas de saúde né? (Mariana, entrevista em 17/09/1999, concedida ao Prof. Nilton e equipe)

O trabalho em “casas de família” traz como suposta recompensa, além da remuneração, a dádiva de pequenos presentes, ainda que usados, que fazem parte do

repertório dos usos familiares, como roupas, utensílios, eletrodomésticos fora de linha, na sua maioria, pequenos bens utilizados pelos seus antigos donos que transferem como uma recompensa a mais às suas empregadas. Entendo que a cultura do descarte dos ricos institui sua outra face, a reciclagem que cabe aos pobres realizarem, aproveitando as sobras que acolhem como dádivas capazes de fortalecer seus vínculos com seus patrões, como uma gratidão sem-fim, que estabelece uma lógica de trabalho quase como dedicação exclusiva, com ou sem a carteira de trabalho registrada.

Limpeza... faxina... aí, depois, trabalhei no banco da..., na Oro Grei, no Centro... Com uma guria, fazendo faxina na casa dela, mas aí eu tava aqui. Já trabalhava aqui, quando tinha o que fazer eu ia fazer, né... Aí, depois peguei uma criança pra cuidar, aí larguei a faxina, me arrependi até o dia de hoje. Pelo menos era um dinherinho que sempre [dava] cada fim de semana eu tinha pra pegar. Mas, fazer o que? (Nara, entrevista em 19/08/2004, concedida ao Prof. Nilton e equipe)

A trajetória migrante de Fabíola é mais dramática. Negra e adotada, fugiu de uma cidade do planalto do Rio Grande do Sul para Porto Alegre, depois de uma infância e adolescência de humilhação e maus tratos de sua família adotiva. Com a família adotiva sentiu na carne a violência simbólica do racismo, a violência física de seu corpo e a condição de subalternidade a que era submetida, alimentando-se, segundo sua emotiva narrativa, das sobras de “seus irmãos brancos”. Ela disse ter sido encontrada numa sacola de lixo, quando bebê, em cerca próxima à residência dessa família que a adotara, o que a leva a imaginar o trabalho da reciclagem como um destino pessoal⁴¹.

Quando eu vim de Passo Fundo pra cá eu vim dentro de um guarda-roupa. Porque eu morei, porque essa família que me criou não são meu pai e nem mãe, eles me pegaram numa cerca dependurada que a minha mãe ganhou me botou fora na cerca, assim numa sacola. Daí essa mulher, parece uma coisa que me deu vida. Assim, ela me criou. Só que essa família era uma família branca, assim que nem tu, alemão, e era só eu de nega. Então os filhos diziam assim pra mim, bem assim: ti já vai dá comida pra essa macaca! Essa aí, isso aquilo outro. Eu comia o resto deles, o que eles não comiam eu comia o resto da comida. Eu fui muito maltratada por essa família. Aí uma família ia se

⁴¹ “Não sei por que era o meu destino, porque a minha mãe me largou numa cerca ali, me jogou fora, não sei, eu tenho esse destino desde criança de trabalhar, de gostar, de reciclar lixo. Não sei.” (Fabíola, entrevista 04/06/2010, concedida ao pesquisador)

mudar pra cá pra Porto Alegre e aquela família era muito boa pra mim, eu digo: eu vou mi embora com vocês tia. Mas nós não podemos te levar Fátima... Eu vou embora com vocês, eu vou. Eu vim dentro de um guarda-roupa pra cá. Chegaram aqui em Porto Alegre e me viram dentro do guarda-roupa, mas eles não podiam ficar comigo, daí eles me internaram no Jobim. No Ana Jobim que é um internato que agora diz FEBEM, agora eles tratam de FEBEM. Perto do Beira-Rio, ali perto do Inter. Eu fui criada ali, terminei de me criar ali. Eu não aprendi lê porque eu não quis aprender a ler. Porque as tias dali me deram muito estudo, só que eu era muito malandra. Eu não quis aprender a ler, mas eles me deram estudo ali. (Fabíola, entrevista em 04/06/2010, concedida ao pesquisador)

Na FEBEM⁴², Fabíola ameahou vivências de violência e tentativa de abuso sexual das internas mais velhas em relação às mais jovens, como no caso dela. Depois dessa passagem pela instituição de menores, decidiu por ir para as ruas de Porto Alegre, onde viveu as condições a que historicamente estão expostas as jovens prostitutas. Assim ela descreve aquele seu período de vida:

Eu fui morando na rua, eu fui mulher de quadra, mulher de viração. Me virei na Voluntário ali, tive gigolô, fui mulher de gigolô. Eu passei muito trabalho, o gigolô me dava pau pra eu conseguir dinheiro. Sabe o que é gigolô né? Foi quando eu conheci esse... esse pai dos meus filho, daí eu fui morar com ele, daí eu tive outra família e daí tamo aqui, mãe de nove filho. Daí eu tive outra vida né, coisa, apesar de que ele era bêbado, mais... Aturava um pouco da cachaçada, mas ele não dava em mim, só incomodava muito por causa da cachaça, cachaça e bar. Quando eu comecei a trabalhar na noite eu tinha 14 anos, quando eu parei de trabalhar assim nessa vida aí eu tinha uns 17 anos. Fui conhecer essa criatura foi na rua mesmo. Aí foi quando eu parei. Nós fomo morar na casa da mãe dele. Naquelas casinhas que tinha atrás do Inter ali, na vila chamada Cai-Cai, foi ali que eu morei, morei na Cai-Cai. Uns 17 anos eu vivi com ele ali. (Fabíola, entrevista em 04/06/2010, concedida ao pesquisador)

Fabíola, como ela mesma relata, foi explorada por um agenciador com o qual conviveu até conhecer o pai de seus filhos, dentre os quais dois são recicladores na atualidade e um teve uma breve passagem anterior pela reciclagem, dando início a outra ocupação que lhe introduziria nesse setor produtivo, justamente quando foi morar na vila Cai-Cai, nas proximidades da Avenida Beira-Rio. Portadora de uma carteirinha de

⁴² Antiga Fundação Estadual do Bem-estar do Menor, atual Fundação de Atendimento Sócio-educativo do Rio Grande do Sul.

catadora conta que, grávida de seu filho mais velho, trabalhava com o marido catando papel e “puxando” o que recolhiam pelas ruas do centro da cidade em um carrinho improvisado. Entretanto, antes disso, fora internada no Hospital Psiquiátrico São Pedro por causa das drogas que consumia. Lá ficou hospitalizada até desenvolver uma estratégia de fingir tomar os calmantes que lhe eram ministrados pelos enfermeiros até poder retomar a lucidez e ganhar alta. Depois disso, residiu e trabalhou na Av. Sertório, e, quando os moradores foram transferidos, veio com um grupo que recebeu o convite da Irmã Josefa para trabalhar no galpão de reciclagem, que seria organizado onde é a atual sede da A.R.E.R.B. Nessa ocasião, o marido prestava serviços na prefeitura, e ela seguia “puxando carrinho”. Nesse ínterim, passou a trabalhar como recicladora no galpão de reciclagem, sendo uma de suas pioneiras.

Todas as mulheres que fazem parte do grupo pesquisado, migrantes do interior ou filhas da periferia da Capital, tiveram uma passagem, em dado momento de suas vidas, pelos serviços de limpeza, trabalho destinado numa sociedade desigual às classes subalternas. Ocuparam a função de faxineiras, para completar a renda pessoal e da família, todos os dias da semana ou apenas nos fins de semana, caso estivessem ocupadas com outro trabalho. Para algumas, o trabalho na reciclagem significou uma espécie de ascensão social, reconfiguração identitária que leva a entender o fato de ser recicladora como um dos momentos mais seguros de suas vidas, com “dinheiro certo”, como uma instância em que cada uma, em sua navegação no abismo social, pode ancorar-se e estabelecer vínculos de pertença e sentido de sua trajetória. Igualmente, as narrativas informam o trânsito por empresas, nomeadas com certa solenidade no modo de falar, realizando o trabalho nomeado por serviços gerais ou de limpeza em geral, como parte das vivências anteriores ao galpão.

As trabalhadoras, em busca de ocupação no galpão, relatam que muitas vezes se aproximam por ouvir falar desse espaço, normalmente por intermédio de alguém que está inserido no coletivo de trabalho ou tem laços de convivência com os seus membros. Contudo, existem as exceções à regra. Existe um caderno aos cuidados dos membros da diretoria em que consta uma lista de nomes de candidatos ao trabalho no galpão, registrados ao longo dos anos. Assim que surgem vagas, os nomes listados são chamados, não em ordem de espera seguida diligentemente. O grupo prefere chamar as pessoas listadas que já são conhecidas. Sobre esse costume, narra Mariana:

Aí um dia uma mulher ali perto de casa disse pra mim que aqui nessa reciclagem tinha duas vaga. Queriam duas mulher pra trabalha. Aí eu voltei o que exigia. Aí eu já tinha o CIC e tudo. Aí cheguei aqui conheci a Zilma. Eu fui direto conversa com a Zilma. A Zilma disse pra mim: “ó tem duas vaga, mas aqui existe uma experiência. Tu pega amanhã dentro duma semana se o teu trabalho não for bom, tu não fica no trabalho”. Aí tá eu comecei a trabalhar. Aí trabalhei a semana e quando foi na sexta-feira fizeram reunião da diretoria deles ali. Das que tinha entrado junto comigo e aí eu ouvi o assunto que aqui três não ia fica e ela já tem quatro comigo. Fiquei pensando será que é eu né? Naquela dúvida. Aí quando foi no final da tarde, elas chamaram por nome as pessoa né? Aí chamaram as três. As gurias saíram. Aí elas me chamaram e aí elas disseram pra mim: “olha Mariana tu passou no teste. Teu trabalho é muito bom e tu vai continua com nós”. Aí ali eu fiquei trabalhando né? (Mariana, entrevista em 17/09/1999, concedida ao Prof. Nilton e equipe)

A pessoa chamada, caso seja mulher, passa por aquele processo que nomeei de pedagogia do galpão. A recicladora mais antiga tutela o trabalhador em iniciação na aprendizagem do modo de separar o lixo até as demais funções. No caso de aprendiz homem, as aprendizagens se situam entre a prensa, a fabricação de fardos e o carregamento desses, assim como das bambonas antes dessa etapa, seja para os silos ou para o rejeito.

Há outras situações ainda. Para Elena, o processo de iniciação combinou a socialização das tarefas do galpão com a orientação de sua mãe, recicladora há mais tempo, com certa familiarização por causa de visitas anteriores que fazia à Associação, acompanhando a mãe. Antes de ser recicladora vivia de uma pensão do pai e dos ganhos com faxinas. Diz ela, a respeito de sua iniciação:

A Zilma chegava a tá com os olhos visgado na gente. Eu e a Leopoldina pegamos junto, uma do lado da outra e a gente não sabia quase os material e ela colocou a gente bem na janela do escritório, porque ali tinha aquela janela basculante, mas..., ali ela ficava, ficava cuidando pra ver se nós tava trabalhando. Mas trabalhamos, ligeirinho nós baixamos por causa de que eu já tinha prática. Não, ela nunca..., desse questionamento eu nunca tive da Zilma porque quando a mãe vinha trabalhar ali eu vinha ali as vezes pro lado da mãe e cuidava o material, só a Leopoldina que não sabia. Fui aprendendo com a mãe, a mãe que em ensinou. Hi... essa história é longa. A mãe me ensinou, depois a mãe... Trocou a diretoria que a falecida Zilma faleceu né, o Nonato ficou né e a mãe loqueou e foi embora daqui né e, por fim, como eu chorei as tristezas pro Nonato, a mãe pegou aqui de novo. A

mãe arrumou serviço pra mim e eu arrumei pra mãe depois. (Risos) Ah, uma mão lava a outra e as duas lavam... Comecei no cesto, nem foi no cesto foi lá atrás. Lá atrás, antigamente tinha lixo. Aí tinha que limpar lá atrás, tipo assim não tinha cesto, largava no chão. Tinha muito lixo que daí eles começaram a largar lá atrás. Daí eles pegaram as diaristas pra.... Eu entrei como diarista aqui. (Elena, entrevista em 01/11/2010, concedida ao pesquisador)

O processo de iniciação no trabalho do galpão apresentou-se para Elena como trabalho temporário, na condição de diarista, e logo foi efetivada, atribuindo seu êxito aos saberes anteriores ao da inserção no coletivo de trabalho, reafirmando as visitas sistemáticas que fazia à associação. De forma semelhante, Elenice já estava inserida no setor informal da reciclagem, noutro bairro de Porto Alegre, quando se integrou à atividade no galpão da Rubem Berta. Conta:

O meu filho tinha uma reciclagem na Tuca, lá no Campo da Tuca, e eu tava sempre junto lá com ele, ele pedia pra mim ajudar ele, entende? Eu fiquei até uma vez cuidando três meses pra ele lá. Então, eu já entendia tudo isso aí, isso aí eu já sabia tudo! Eu separava o material tudo lá pra ele, enfiava tudo lá pra ele, quando os caminhões vinham buscar [o material] ajudava ele. Então, eu já tinha noção. Isso aí não precisou me ensinar, entende?... Não precisou, como eu já tinha, só aí comecei no cesto ali, né? Aí, depois eu fui lá pro branco, no branco eu fiquei um monte de tempo lá no branco. (Elenice, entrevista em 14/02/2002, concedida ao Prof. Nilton e equipe)

Elenice já conhecia a dinâmica de um galpão de reciclagem a partir das vivências no empreendimento de seu filho, tanto nos procedimentos de separação quanto na produção de fardos. Entretanto, como é de praxe na “pedagogia do galpão” da A.R.E.R.B., ela foi inserida nas atividades do cesto para depois participar da separação do papel branco; certamente depois de ganhar a confiança da coordenação, tendo em vista o valor desse material para a venda.

Como vemos, tornar-se reciclador ou recicladora constitui uma aprendizagem processual que o sujeito desenvolve por meio da ação educativa informal que o trabalho da reciclagem oferece, tendo por mediadores outros/outras recicladores/recicladoras que são multiplicadores dos saberes acumulados no trabalho. Através deste, reconfiguram cotidianamente a sua ação no mundo, atualizam a sua identidade.

O trabalho na reciclagem, na constituição da identidade do reciclador, não opera do mesmo modo como a militância em determinado movimento social, ao menos no grupo que observei. A adesão a um movimento social tem o desejo por instituinte e a escolha como definição. A adesão a um coletivo de trabalhadores da reciclagem, por outro lado, alheio ou não ao movimento nacional da categoria, ganha sentido nas possibilidades de garantia da sobrevivência, ainda que no limite possa, segundo certas condições do grupo e diálogo ou participação dos sujeitos num contexto mais amplo (fóruns de economia solidária, fórum lixo e cidadania, pastorais, grupos de *práxis* facilitados por acadêmicos e atividades nas escolas do bairro), vir a se tornar militância, por exemplo, no campo do ambiental, com facetas visíveis no direito social ao trabalho e à geração de renda, até que os princípios solidários do movimento social, como no caso da economia solidária, ganhem a adoção também subjetiva dos sujeitos, internalizando o *ethos* definido pela sua ação coletiva e ideário formulado, devendo ser esse ratificado pela prática.

A identidade de um sujeito não é pura. Nesses tempos de sociedades complexas ocorre o contrário, a identidade é radicalmente difusa, múltipla, dependente da gama variável de pertencimentos possíveis, continuados ou eventuais, que o ator social pode empreender ao longo de sua trajetória pessoal, atualizando-os ou descartando-os. A identidade é uma experiência transitiva, híbrida, resultante da complementaridade dos múltiplos encontros conectivos e criativos entre o sujeito, os seus pares e os movimentos pelos quais transita, em diferentes espaços, mas também em diferentes tempos. Constantemente recriamos a nossa identidade pessoal e coletiva. Como escreveu oportunamente Brandão (2005, p. 112-113), a identidade é “uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpretados nos sistemas culturais que nos rodeiam.”

O sentimento de pertença dos/das recicladores/recicladoras ao galpão, que estabelece o vínculo entre os membros do grupo para além das conjecturas acadêmicas ou pastorais sobre esses sujeitos, nasce das ações coletivas originárias da busca cotidiana pela sobrevivência material, que demanda ações imediatas geradoras de resultados financeiros, ainda que mínimos, para custeio da alimentação e moradia dos indivíduos e seu agrupamento familiar. O imediatismo do “ganha-pão” é o que reúne as gentes num grupo de trabalho associado no setor da reciclagem, não a militância, por

exemplo, por uma causa ambiental. Esses sujeitos podem ser, posteriormente, inseridos em um movimento que procure protagonizar a sua luta, mas esse não é o motivo de sua atividade profissional na reciclagem.

Não podemos, portanto, designar os/as recicladores/recicladoras do galpão como ambientalistas, tampouco como sujeitos ecológicos, porque não portam o *habitus* desses atores coletivos, embora possamos considerá-los como novos atores sociais na árvore múltipla de movimentos e grupos que atuam nas fronteiras do campo ambiental. Os/as recicladores/recicladoras, em sua condição de inclusão precária no mundo do trabalho, situam-se num setor cuja produção depende das sobras da sociedade de descarte, que coroa seu paradigma consumista com a cultura do supérfluo de duração e valor efêmeros e de descarte imediato. Paradoxalmente e como horizonte hipotético, em alguma medida o discurso ambientalista pode até significar o desaparecimento futuro dos/das recicladores/recicladoras de lixo produzido em grande escala.

Talvez, em alguns momentos, quando orientam crianças e outros sujeitos em visita ao galpão, explicando os benefícios recorrentes da reciclagem para o ambiente ou em palestras em escolas, empresas ou em certas atividades no galpão, eles atribuam ao seu fazer um sentido mais próximo do campo ambiental, na perspectiva que se refere aos cuidados com o ambiente por meio do aproveitamento do material reciclável. Contudo, os/as recicladores/recicladoras não incorporam na totalidade as atitudes embebidas de significado ecológico na vida doméstica, tampouco no galpão. Pelo que pude observar, os/as recicladores/recicladoras não separam o lixo que produzem em suas casas, salvo as ocasiões em que consomem latas de alumínio ou rolon de desodorante, que costumam vender de forma particular, como descrevi anteriormente em relação ao garimpo. No galpão, detritos espalhados pelo chão do pátio não são novidade, desde aquilo que cai dos caminhões e escapa à alguma sacola de limpeza até a bagana de cigarros e sobras outras produzidas pelos/pelas recicladores/recicladoras.

Aliás, quando questionada sobre ecologia, em razão do nome da associação, uma das recicladoras afirmou ter visto isso na escola, mas não lembrava mais do que se tratava. Podemos, então, inferir que são saberes ainda não instaurados pelos associados do galpão, que apareceram na prática da horta, por exemplo, de modo operacional, sem apropriação discursiva. Quanto ao entendimento do sentido ambiental da coleta seletiva municipal e suas incidências sobre a qualidade de seu trabalho, algumas recicladoras

não percebem a contribuição da concretização dessa política pública na dinâmica de seu trabalho e nos ganhos coletivos finais.

Mas se vier tudo separadinho? Agora que não vem a gente fica parado porque não tem material, se vier tudo separadinho, tudo mastigadinho, como que a gente iria trabalhar?. Já é tudo ligeirinho, agora terminaram o material que tinha pra gente separar. A gente não, a gente nem pode, claro, a gente reclama porque vem bicho morto, vem fralda, vem papel higiênico, vem tudo, mas, é o serviço da gente né. Tem que se virar...(Elena, entrevista 01/11/2010, concedida ao pesquisador)

Enfim, a observação em campo, evidenciou que o reciclador na A.R.E.R.B. não é propriamente o sujeito ideal do campo ambiental⁴³, como ideologicamente alguns pesquisadores procuram situá-lo, porque a sua ação no trabalho e fora dele não o coloca na condição de um sujeito ecológico, como está definido nos estudos de Carvalho (2004), ou seja, portador de um jeito de viver e ser assentado em um amplo ideário ecológico, que articula o sonho de vivência dos valores ecológicos com a utopia de uma sociedade plenamente orientada por esses valores. Na pesquisa sobre a trajetória de vida de militantes das múltiplas correntes do ambientalismo, a autora identificou que o sujeito pode ser visto como um herói, vanguarda de um movimento histórico, herdeiro de tradições políticas de esquerda, mas protagonista de um novo paradigma político-existencial; em sua versão *new age* é visto como alternativo, integral, equilibrado, harmônico, planetário, holista; e também em sua versão ortodoxa, na qual é suposta a adesão a um conjunto de crenças básicas, uma espécie de cartilha, ou ortodoxia epistemológica e política da crise ambiental e dos caminhos para enfrentá-la (CARVALHO, 2001).

O reciclador, ao contrário, tem o seu trabalho e identidade levemente matizados pelo campo ambiental, seja em seus sentidos, seja nos discursos e políticas públicas, pois a sua adesão ao ambiental é determinada pelo imediatismo da sobrevivência, não pela apropriação do ideário ecológico.

⁴³ Para retomar o sentido de campo ambiental vide o item 1.2, intitulado “Racionalidade insustentável: a degradação ambiental e a pobreza” presente no primeiro capítulo dessa tese.

Trabalhar entre as sobras para viver em uma lógica social que os situa como sobrantes não os transforma em militantes da ecologia. Nomeá-los dessa forma seria cinismo ou idealização irresponsável. A título de analogia, eu me atravessaria a dizer que o reciclador está para o campo ambiental como o anti-herói está para a literatura, ele é o antissujeito ecológico. Os/as recicladores/recicladoras são pessoas comuns que vivem nos extremos da periferia da realidade social ocupando parcela significativa de seu cotidiano entre as nossas sobras, reutilizando-as, para o fim particular de manutenção precária da sobrevivência na pobreza, em seu “protagonismo oculto e mutilado” (MARTINS, 2008b, p. 11).

De outra parte, ninguém se torna reciclador em prol de finalidades altruísticas de salvamento do planeta, mas por causa da necessidade material, ainda que, sendo afetados pelos significados do campo ambiental circulantes na sociedade em diversos segmentos e, em especial, na rede em que se inscrevem os galpões de reciclagem (poder público, igrejas, universidades, núcleos especializados em assessorias etc.) os sujeitos podem, em sua *práxis*, se apropriar e partilhar o saber ambiental em certas circunstâncias.

4 RECICLANDO VIDA: A EDUCAÇÃO POPULAR AMBIENTAL NO GALPÃO

Este foi um aprendizado longo, que implicou uma caminhada, nem toda vez fácil, quase sempre sofrida, até que me convencesse de que, ainda quando minha tese, minha proposta fossem certas e em torno delas eu não tivesse dúvida, era imperioso primeiro, saber se elas coincidiam com a leitura de mundo dos grupos ou da classe social a quem falava; segundo, se impunha a mim estar mais ou menos a par, familiarizado, com sua leitura de mundo, pois que, somente a partir do saber nela contido ou nela implícito me seria possível discutir a minha leitura de mundo, que igualmente guarda e se finda num outro tipo de saber. (FREIRE, 2006, p. 24)

Neste capítulo proponho-me a pensar a prática educativa do Projeto Reciclando Vida na Associação de Reciclagem Ecológica Rubem Berta a partir da minha função de coordenação pedagógica (2007 a 2008) do projeto e de minha atuação como pesquisador (2007 a 2009) participante do cotidiano do galpão de reciclagem e da ação extensionista do referido projeto, coordenado pelo Prof. Dr. Nilton Fischer, que como já indiquei, era então meu orientador de doutorado. Procuo desenvolver uma reflexão em que se combinam os eixos temáticos da ação pedagógica desse projeto, explicitados em documento referência, aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), o relatório final do qual participei da redação e algumas de minhas anotações de campo partilhadas, à época, com o grupo de educadores do projeto via e-mail no grupo g4hklein criado no Yahoo, existente desde os processos de escolarização na A.R.E.B, conduzidos pelo Prof. Nilton e pela professora Jaqueline Mool, projeto anterior ao Reciclando Vida e vinculado à Faculdade de Educação da UFRGS. Desse modo, analisarei a prática educativa empreendida, fazendo convergir meditações sobre Educação Ambiental e também Educação Popular no contexto da execução do projeto naquela Associação.

4.1 NOTAS SOBRE A ESCOLARIZAÇÃO, PENSAR CERTO E VOLUNTARIADO

Processos educativos que envolviam a inserção dos/das recicladores/recicladoras da A.R.E.B. em iniciativas de escolarização, realizadas com a participação de alunos de

graduação e pós-graduação, voluntários ou bolsistas e professores universitários da FACED/UFRGS, ocorreram no galpão a partir de 1999 (FEITOSA, 2005), sob a orientação do Prof. Nilton Fischer. Esse professor iniciou suas atividades de educação popular com recicladores/recicladoras em 1993, na formação daquela Associação. Tempo em que “a proposta dialógica de Paulo Freire se mostrava adequada aos projetos políticos de inspiração ‘participativa’ da Administração Popular, que cumpria o mandato do Partido dos Trabalhadores (PT) na prefeitura da cidade. O partido visava a ‘formação’ de quadros políticos nos mais diversos segmentos da população da capital do Estado do Rio Grande do Sul.” (FISCHER, 2009, p.27). No entanto, a origem das iniciativas de escolarização no galpão remonta à ação do Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos, que fora política pública de educação no município de Porto Alegre.

Mais tarde, a escolarização de recicladores/recicladoras se consolidou mediante uma demanda levada a efeito pela coordenação do galpão de reciclagem, favorecendo a instituição do Projeto Escola de Verão, inicialmente coordenado pela Prof^a Jaqueline Moll, da FACED/UFRGS, contando com a participação e orientação do Prof. Nilton. Os acadêmicos lecionavam aos recicladores/educandos os conteúdos do currículo do ensino fundamental a fim de prepará-los para os exames supletivos da rede escolar, durante o expediente de trabalho na Associação, em alguns horários acordados entre equipe gestora do projeto e a diretoria do galpão. Nem todos os/as recicladores/recicladoras participavam dessa ação, os analfabetos e aqueles que não quisessem dar continuidade aos seus estudos continuavam na produção. Esse projeto teve fim nos momentos iniciais do Projeto Reciclando Vida, pelos idos de 2005, sendo de alguma forma uma experiência precursora.

No âmbito do eixo Educação do projeto, a continuidade das atividades de escolarização eram previstas com o objetivo de elevação da escolaridade formal dos trabalhadores da reciclagem, ao lado de oficinas educativas relacionadas diretamente ao trabalho ou não, como no caso da oficina de artesanato que tomei conhecimento a partir de algumas peças produzidas pelas recicladoras. Para os educadores, a escolarização que ocorria no Centro Cultural Ir. Romildo⁴⁴ era fundamental, em nome do

⁴⁴ O Centro Cultural, quanto à sua materialidade, era uma “casa de vigia” de madeira adaptada, com classes escolares para as atividades de escolarização dos recicladores/recicladoras.

compromisso com a democratização do acesso à educação escolar e a certificação dos estudos, estabelecendo para os/as recicladores/recicladoras um horizonte de qualidade de vida que pressupõe tal certificação como indispensável. A escolarização, ao lado da leitura dos/das recicladores/recicladoras sobre a dinâmica de seu trabalho, favoreceria sua qualificação no próprio trabalho, visando o aproveitamento mais substantivo de outras oficinas conduzidas com o intuito de favorecer a educação continuada do grupo. Igualmente, provocaria, como ocorreu em variados momentos na lógica dos tempos dos educandos, uma leitura crítica da própria realidade, numa perspectiva metodológica que pressupunha o respeito aos saberes populares dos educandos sem que a ação educativa reverenciasse apenas esses saberes.

Um pouco do espírito da metodologia desse projeto pode ser percebido num e-mail enviado pela coordenadora pedagógica do projeto de escolarização a uma das educadoras. A mensagem aponta os limites de sua prática pedagógica no galpão junto dos/das recicladores/recicladoras, ao que parece, focada no conteúdo:

Gostaria que tivesses claro que o nosso objetivo com os alunos é encaminhá-los, prepará-los para que futuramente eles venham prestar exames para o Supletivo, mas acima de tudo queremos que eles estejam se desenvolvendo, que consigam sistematizar os saberes da vida e do mundo do trabalho, no qual já estão inseridos, com os conteúdos que são necessários para a continuidade de uma vida escolar. Não se preocupe tanto em cumprir "à risca" os conteúdos da SEC, lembre-se que eles devem ser norteadores para as nossas atividades, mas o importante mesmo é que aqueles que forem trabalhados sejam realmente "apreendidos", no sentido "mostrado" por Paulo Freire, ou seja, a apreensão é aquela que traz um significado ao aprendido, permitindo uma transformação de seu conteúdo e uma modificação do meio através da devolução criativa desse objeto do conhecimento transformado. (Marcela, mensagem de junho de 2004, lista g4hklein.)

A proposta do projeto estava fortemente imbuída do pensamento de Paulo Freire, especialmente considerando tratar-se de projeto filiado ao ideário da Educação Popular. Seus propósitos voltavam-se à escuta e valorização dos saberes dos/das recicladores/recicladoras, da compreensão do seu cotidiano como ponto de partida para o ensino dos conteúdos necessários à aprovação nas avaliações para a certificação no sistema formal de ensino. Como afirma Freire, na obra *Pedagogia da Autonomia*:

Por isso mesmo pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente à escola, o dever de não só respeitar os saberes dos educandos, sobretudo os das classes populares, chegar a ela saberes socialmente construídos na prática comunitária – mas também, como há mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos. (FREIRE, 2007, p. 30)

Para esse educador, o *pensar certo*, a reflexão pertinente sobre a própria prática educativa que estabelece uma coerente orientação concernente à mesma prática, pressupõe esse diálogo entre saberes produzidos nas sociabilidades variadas dos grupos sociais populares que se propõem à problematização dos saberes dos educandos de forma relacionada aos conteúdos curriculares formais, permitindo, penso eu, ensaios reflexivos e partilhados de investigação quanto ao sentido e processo de constituição dos saberes produzidos nas vivências comunitárias quando articulados com os saberes escolares.

A partir da experiência de problematização dos próprios saberes, provocada pelo educador nos encontros da prática educativa, o reciclador pode ser sensibilizado a indagar a razão de ser de seus saberes e transformar a sua realidade mais imediata, a começar pelo ambiente de trabalho no qual se encontra inscrito, e outros aspectos das circunstâncias em que vive e o condicionam a viver como está vivendo.

Uso a expressão condicionamento e não determinação porque na perspectiva que adoto, a partir de minha experiência como educador popular/pesquisador ou nas atividades de educador no Ensino Superior ou Técnico, apoiado em meu processo formativo e existencial, compreendo com Freire (2000) que somos condicionados pelas situações materiais em que nos movemos, mas não somos determinados por elas, sem o que não haveria horizontes de esperança aos processos educativos, escolares ou não, e, nem tampouco aposta na educabilidade dos sujeitos e nas mudanças que a sua participação em práticas educativas alternativas podem provocar.

Por maior que seja a ação condicionante das estruturas econômicas e sociais em que nos movemos, não somos passivos diante delas. Somos seres de apropriação da realidade, adaptativos, mas também criativos por sermos criadores dos modos através dos quais conduzimos a nossa história, que não corre à revelia de nossas escolhas, embora a concretude da existência estabeleça parâmetros de limites e possibilidades.

Na medida em que aceitamos que a economia ou a tecnologia ou a ciência, pouco importa, exerce sobre nós um poder irrecorrível não temos outro caminho senão renunciar à nossa capacidade de pensar, de conjecturar, de comparar, de escolher, de decidir, de projetar, de sonhar. (...) Esgota-se a eticidade de nossa presença no mundo. (FREIRE, 2007, p. 55)

Desse modo, a identificação de nosso condicionamento às estruturas sociais e às matrizes culturais em que vivemos não prescinde do entendimento de valorar a realidade e fazer escolhas. Daí que somos historicamente condicionados, mas jamais determinados, porque não estamos submissos irremediavelmente a um destino imposto pelas estruturas socioeconômicas.

Até o momento ocupei-me dessa reflexão sobre condicionamento para poder referir-me a um aspecto importante a ser considerado na prática educativa com recicladores/recicladoras: o quanto seus tempos são limitados pela necessidade do ganho. Esse fato se evidencia na relação direta que é estabelecida entre o resultado pecuniário das vendas e a quantidade de material reciclável triado no galpão. Esse aspecto repercutiu sobremaneira no desenvolvimento do projeto de escolarização, pois o sujeito ausente da produção, para estudar, pesava ao coletivo de trabalho, implicava uma diminuição da capacidade de produção do grupo e, portanto, de obtenção de renda ao final de um mês ou de uma semana. Nesse sentido, alguns membros do grupo passaram a criticar esse projeto, manifestando que o projeto de escolarização era percebido como algo que vinha, paulatinamente, onerando o coletivo. As críticas foram expressas de diferentes formas. Algumas se manifestaram através de deboches; outras em conversas informais, às margens das assembleias, e outras ainda com o sentido evidenciado quando, em horários de aula, a coordenação do galpão vinha e escalava alguns participantes do projeto para atividades concernentes à produção no horário das aulas, ou essas eram canceladas. Os educadores eram avisados algumas vezes e outras não. Chegou-se a um momento em que, por demanda da coordenação do galpão e diante da pressão de alguns/algumas recicladores/recicladoras, seja pelo problema exposto quanto à produção, seja por um outro motivo menos evidente, que consistia no vislumbre de que o grupo de recicladores/recicladoras participante da iniciativa de

escolarização poderia vir a problematizar as relações de poder na associação, o projeto se viu ameaçado.

As aulas se constituíam num espaço de escuta de queixas de algumas recicladoras, cujos argumentos eram propostos à reflexão pelos educadores. Nesses encontros, também eram reveladas algumas minúcias do cotidiano do galpão, passíveis de serem percebidas pela equipe de educadores na convivência que esse projeto fomentava. Os homens não participavam da escolarização e foram seus maiores críticos, em especial mediante brincadeiras e deboches. Martins (2008b) sugere uma pista para compreendermos a prática do deboche. O autor afirma que o deboche é o nosso modo de fazer a crítica, numa sociedade em trânsito do tradicional persistente ao moderno tardio.

Em junho de 2004 as aulas foram suspensas para limpeza de pátio, considerando a possibilidade jamais concretizada de colocação de asfalto no entorno do galpão, embora os contratos com a municipalidade. Na ocasião, houve a promessa de reposição das aulas, e os educadores foram avisados pelo coordenador do projeto. Nesse período, foi instaurada, na lista de e-mail dos educadores, uma discussão em torno das ausências dos alunos às aulas ou a suspensão dessas, sem aviso anterior aos educadores, por falta de quórum. Ficou manifesto o quanto isso gerava desconforto entre esses e uma desconfiança quanto ao apoio da coordenação da associação. Indagada quanto ao fato, a recicladora à frente na coordenação informou que os ruídos de comunicação e os desencontros entre alunos e professores ocorriam pelo fato de não ter em mãos os telefones dos educadores, de modo a poder avisá-los previamente sobre essas ocorrências. Acrescentou o entendimento de que caberia aos educadores o aviso sobre as suas ausências, e não o contrário.

Na época, a solução encontrada pela equipe do projeto foi a de expor, no galpão e no Centro Ir. Romildo, os horários e telefones dos educadores e instituir estrategicamente um contato mais direto entre associados/educandos, sem dependência em relação à coordenação do galpão, no que tange aos avisos quanto a esse tipo de ocorrência. Noutras ocasiões, alguns educandos se ausentavam das aulas para irem ao banco retirar o seu pagamento, dias de folga e outras demandas pessoais.

Embora o projeto de escolarização não tenha tido solução de continuidade, cumpre registrar que algumas recicladoras, que no momento da pesquisa não estavam

mais no galpão, tiveram relativo avanço em suas escolaridades a partir da participação nesse projeto. Entretanto, não existem dados precisos sobre isso.

A transitoriedade da condição de reciclador refletiu-se também no cotidiano do processo de escolarização. O processo educativo desencadeado com um grupo de recicladores/recicladoras em determinada disciplina acabava por ser interrompido pelo fato dos alunos se efetivarem noutro posto de trabalho. O reciclador é um trabalhador cuja identidade está atravessada pela transitoriedade, que resulta das exigências de um mercado de trabalho algoz para aqueles que vivem nas margens da sociedade, obrigando-os a uma trajetória profissional sujeita a interrupções e recomeços, na espera constante de condições de trabalho um tanto menos precárias. Por isso, o sujeito vive em constante disponibilidade, em trânsito, sem fixar-se duradouramente ao galpão, senão pelo vínculo da luta pela sobrevivência partilhada diariamente, enquanto ali está.

Nos registros das trocas de mensagens virtuais (mensagens de junho de 2004, lista g4hklein), verificamos que também havia o hábito de educadores de se ausentarem das atividades do galpão para atender outras tarefas, mesmo aquelas de âmbito profissional que colidiam com a programação do projeto do galpão. Podemos atribuir esse fato, em especial, à condição de voluntário ou bolsista de alguns educadores do projeto. Tal condição se caracteriza pela busca de experiências educativas para fins curriculares e para a transitoriedade funcional, tendo em vista outras oportunidades de trabalho.

Os educadores vinculados ao projeto de escolarização do galpão participavam, sob a coordenação do Prof. Nilton, do *grupo das quartas* na Faculdade de Educação/UFRGS. Era um fórum no qual ocorriam reflexões sobre as atividades em torno da educação no galpão, estudos a partir de leituras dirigidas, problematizações sobre impasses que surgiam, bem como um momento em que eram definidos coletivamente os encaminhamentos necessários à superação dos conflitos que estivessem obstando, no galpão, o desenvolvimento do projeto.

O caráter de voluntariedade ou da condição de bolsista apresentou-se como uma fragilidade do projeto quando também assumi a coordenação pedagógica do Reciclando Vida. Educadores que são acadêmicos bolsistas ou voluntários vivendo seus momentos de graduação e pós-graduação experimentam uma transitoriedade no trânsito por esses tipos e níveis de escolarização, em busca de solidificação de suas experiências

profissionais. Essa condição produzia intermitências em suas ações pedagógicas no galpão. Menos militantes políticos ou religiosos, como se fizeram massivamente os quadros de Educação Popular no passado em nosso país, em sua maioria, os educadores voluntários e bolsistas eram jovens cujo sentido de presença educativa no galpão de reciclagem estava mais para as possibilidades solidárias na convivência e ação pedagógica do que na utopia da conscientização e transformação do mundo.

Esse tipo de atuação se inscreve num contexto de sociedade complexa em que as ações coletivas, levadas a efeito por sujeitos que fazem convergir suas práticas sociais numa identidade coletiva, assumem uma não-linearidade, sendo dotadas de costuras e descontinuidades e expressas em “micro-redes” mobilizadas em torno de algum conflito ou desejo instituinte, que pode ser a solidariedade, cuja força está na flexibilidade. A fragilidade está na dificuldade evidente em manter objetivos de longo prazo (Melucci, 2001).

O voluntariado, na atualidade, se inscreve nos modos de participação social nas sociedades complexas, repleto de heterogeneidades que não permitem uma classificação unificadora. Como ação coletiva – para além da solidariedade privada e da troca entre sujeitos, que são elementos presentes nesta – o voluntariado se caracteriza como categoria sociológica, segundo Melucci (2001, p. 117), pelo vínculo social no qual se inscreve, ou seja, “a adesão livre a uma forma de solidariedade coletiva e ao pertencimento a uma rede de relações da qual participa por escolha.”

Ainda parafraseando Melucci (2001), a ação voluntária traz consigo a característica da gratuidade. Os serviços prestados não têm por base, na relação entre os seus participantes, o retorno em termos de benefícios econômicos. Sua marca maior na instituição de vínculos é a opção pela solidariedade. Todavia, outros benefícios, diretos e indiretos, estão presentes como ocorre noutras formas de intercâmbio social: formação continuada, autorrealização, exercício de poder, participação social e relações profissionais oportunas. Para o autor, é preciso levar em conta mais duas dimensões da ação coletiva do voluntariado, como a busca de objetivos comuns, que no interior da ação coletiva podem ser pluralizados de forma individual, ou em pequenos grupos.

A ação voluntária implica uma forma de organização, ainda que nem sempre institucionalizada formalmente, e tem funções sociais específicas, como a formação de habilidades técnicas, profissionais e políticas dos sujeitos envolvidos. Guarda uma

expressividade para os sujeitos que a realizam, pois afirma seus vínculos de pertença e fortalece sua visibilidade social, além do que, democratiza a participação social e colabora no controle social reduzindo a sua tensão, considerando-se que a população com a qual o voluntariado atua é constituída de indivíduos descartados socialmente, entregues a processos de exclusão social, pobreza e discriminação.

Ao refletirmos na linha de raciocínio exposta (Melucci, 2001), pode parecer que as ações coletivas voluntárias não efetivam mudanças significativas no âmbito da sociedade; entretanto, é forçoso considerar sua contribuição em inovação e função profética. O voluntariado tem se configurado em laboratório de experiências educativas e de organização social sem precedentes, sobretudo pela ausência de engessamento estrutural, comum nas instituições tradicionais, como o Estado e a Igreja. Nas palavras de Melucci (2001, p. 121), a função profética do voluntariado está na sua condição de dar visibilidade a dilemas sociais e em anunciar possibilidades de intervenção e mudança em suas *práxis*.

O educador popular, estudante, professor universitário ou pesquisador, em suas novas configurações delineadas na diversidade das ações realizadas nesses tempos de complexidade e perplexidade social é um profeta. Profeta (FREIRE, 1986, p. 2000) é aquele sujeito que em sua prática social com os outros faz ver de maneira clara as condições desumanizantes em que vivem os pobres e que as coisas são porque estão sendo, e, ao serem percebidas criticamente, podem ser mudadas por aqueles que as vivenciam. A prática dos educadores populares no galpão de reciclagem, voltada para a mudança possível, anuncia a viabilidade daquilo que é inédito e de interesse de um grupo social que trabalha entre as sobras e com essas vem sendo identificado: melhorias nas condições de trabalho e vida.

4.2 SOBRE PENSAR A PRÁTICA NO RECICLANDO VIDA COMO PROCESSO FORMATIVO DO EDUCADOR

O Projeto Reciclando Vida foi sendo gestado por parte da equipe que vinha desenvolvendo as ações de escolarização no galpão da A.R.E.R.B. Em maio de 2005, estava em plena elaboração escrita pelo Prof. Nilton Fischer em parceria com um sociólogo que atuava no galpão. Tendo como entidade proponente a Faculdade de

Educação da UFRGS, através do Prof. Nilton, *Reciclando Vida na Associação de Reciclagem Ecológica Rubem Berta* teve a sua aprovação pelo CNPQ em 21 de setembro de 2005, por meio do edital CT-Agro/CT-Hidro/MCT/CNPq nº 018/2005, o que permitiu, conforme a expectativa dos educadores do galpão, melhores condições de desenvolvimento desta e de outras ações na Associação, bem como o pagamento de bolsistas, assegurando a permanência desses por um maior tempo, e a continuidade das atividades educativas.

Os educadores do projeto configuravam um grupo de diversa formação, orientado pelos propósitos da Educação Popular. Esta foi se combinando, pelos objetivos do projeto, com a Educação Ambiental, em parte de seus ideários e *práxis*. A equipe inicial de doze pessoas era formada por um economista pós-doutorado em Educação, um sociólogo especialista em projetos sociais, uma coordenadora pedagógica com formação em Pedagogia e mestre em Educação, um técnico agrícola, um cientista social, uma psicóloga, uma musicista, uma nutricionista, três acadêmicas nas áreas de História, Biologia e Pedagogia.

O projeto esteve orientado por três campos, digamos assim, de conhecimento: a Educação Popular, a Economia Popular e Solidária e a Educação Ambiental. São três campos desenvolvidos a partir da atuação nos movimentos sociais, cujas duas últimas tiveram por base a perspectiva contestatória da primeira, que fertiliza o ideário e as práticas das seguintes. Não aparece na bibliografia do projeto um conjunto de referências consistentes desses campos, apenas alguns livros e filmes. Essa constatação permite a inferência de que a preocupação com a prática, marca de muitos projetos sociais de vocação popular ou ambiental, e a urgência das demandas do galpão, ao lado dos prazos do edital acabaram por limitar, também em sua redação, o estabelecimento mais explícito das matrizes teóricas orientadoras da ação pedagógica do projeto, como se esses campos não necessitassem da explicitação do sentido de suas categorias concernentes como critério de condução e avaliação de suas práticas.

Ainda que houvesse um saber partilhado e acumulado ao longo do projeto de escolarização, tendo em vista a formação continuada dos educadores envolvidos e uma coerência com os campos de conhecimento de realização do projeto, julgo que teria sido fundamental um esclarecimento de concepções, uma vez que, ante a pluralização das práticas nesses três campos, algumas vezes foram geradas confusões em sua efetivação,

de modo que se produziram ações educativas designadas como Educação Popular, Economia Solidária ou Educação Ambiental dissociadas de seus princípios e diretrizes.

Ao longo do processo de pensar a prática, nas reuniões com os educadores quando eu atuei como coordenador pedagógico do projeto, variadas vezes precisávamos avaliar a ação quanto às concepções anunciadas de forma mais evidente pelas práticas do que pelas falas. Não poucas vezes, evidenciou-se que educadores mais jovens, advindos de campos de conhecimento diferentes da Educação e de um grupo social muito diverso dos/das recicladores/recicladoras, desconheciam os fundamentos que historicamente guiavam as ações no galpão, reproduzindo práticas em desalinho com os ideários dessas áreas, instalando contradições que, de algum modo, obstaculizaram avanços nos processos educativos dos/das recicladores/recicladoras.

A necessidade de exposição de motivos e pressupostos é inerente à coerência de toda a prática educativa, seja para seu projeto original ou seu horizonte utópico. Há uma ilusão de consenso no campo da EA, como sugere Loureiro:

A ilusão que propicia esse tipo de consenso produzido pela baixa problematização teórico-prática é a de que todos os educadores ambientais se pautam em uma única visão de mundo, falam a mesma coisa, possuem os mesmos objetivos no tratamento da “questão ambiental”, mudando apenas o setor social em que atuam (escolas, empresas, comunidades, unidades de conservação, meios de comunicação, empresas etc.). Esse é um falso consenso que precisa ser explicitado, analisado e superado. (LOUREIRO, 2009, p. 20)

A ilusão referida pelo autor se reproduz noutras instâncias e modalidades educativas, bem como em projetos que articulam a EA com Educação Popular. No caso do projeto Reciclando Vida, esse fenômeno apareceu algumas vezes em relatos virtuais ou reunião com os educadores, aqueles que substituíram outros da primeira fase do projeto. Atribuo o fato à ausência de experiência dos novos em projetos educativos no âmbito dos movimentos sociais, ou à ausência de participação na discussão em torno de uma perspectiva crítica de educação que procurávamos estabelecer nas reuniões das quartas, ocasião em que pensávamos de modo partilhado sobre a ação educativa no galpão de reciclagem, às vezes gerando desconforto, debate e conflito, mediado pela coordenação do projeto.

Muitas vezes, como coordenador, assumi o papel de provocador, seja nas reuniões, seja nas discussões virtuais. A partir de algumas observações, como coordenador pedagógico, de poucos momentos de oficinas, constatei que certos educadores do projeto não tinham clareza acerca da intencionalidade de sua proposta de trabalho com os/as recicladores/recicladoras e que, ao seu modo, participavam sem grande interesse, identificação das aprendizagens ou incorporação daquele saber no trabalho. Nem sempre a crítica foi bem acolhida ou debatida, por vezes foi tomada como uma questão pessoal e constituiu motivo de melindres, enquanto o intuito era provocar o repensar da prática para aprimorá-la.

Destaco a situação em que indaguei de uma educadora da área da saúde quanto ao resultado concreto de seu trabalho, os resultados mais imediatos da oficina por ela ministrada, propondo uma avaliação, necessária à intervenção junto aos/às recicladores/recicladoras. No meu entendimento, essa oficina estava perdendo o foco educativo para tomar um rumo mais assistencialista porque antes era desenvolvida com as recicladoras, mais alguns/algumas recicladores/recicladoras, e passou a envolver filhos desses para produção de sanduíches e orientações sobre nutrição, em atividades pontuais, sem solução de continuidade. Entretanto, instada sobre a questão a educadora argumentava, pautada em certo voluntarismo, a intenção de fomentar, daquele modo, uma vida melhor ao grupo – o que revelava uma bem intencionada inexperiência pedagógica. Havia, naturalmente, pelas diferenças de formação e epistemologias diversas em jogo na execução do projeto Reciclando Vida, um descompasso entre alguns educadores no que tange às concepções a respeito das práticas educativas transformadoras.

Então, nessa reflexão entre o projetado e o vivido no projeto Reciclando Vida, penso que um dos seus limites está na formação do educador popular, porque um projeto que se proponha à emancipação ou educação para a autonomia dos sujeitos não pode prescindir da presença do educador com algumas características básicas, como a disposição para pensar coletivamente a própria prática e a postura aprendente de quem se sabe inacabado.

Pensar a prática é uma ação permanente que exige do educador engajado autocrítica e compromisso com a sua formação continuada, imperativo da consciência

da própria incompletude⁴⁵. Freire (1987) em uma de suas cartas pedagógicas para professores da educação básica expõe reflexão nesse sentido, que merece ser estendida aos educadores populares. O autor destaca a formação continuada como uma experiência de autêntica tensão dialética entre teoria e prática que contribui para que o educador pense a sua prática educativa para recriá-la, desvelando a si mesmo e aos seus pares os pressupostos teóricos e metodológicos adotados, tendo em vista as suas finalidades.

Nas reuniões de educadores do projeto Reciclando Vida vivenciamos ricos momentos de reflexão acerca de nossas práticas, em busca de superação de uma intervenção educativa menos espontaneísta em Educação Popular, calcada em objetivos imediatos. No projeto, os educadores eram nomeados por oficinairos e, se por um lado a gama variada de áreas de formação dos bolsistas e profissionais representava um desafio para o estabelecimento de um consenso que dialogasse com o conflito em prol da construção de uma prática educativa coerente com o horizonte utópico de um projeto de educação popular, por outro lado, esta pode ter sido uma de suas potencialidades, pela riqueza que a interdisciplinaridade⁴⁶ conferiu no plano das vivências cotidianas da execução do projeto.

Identifiquei alguns momentos em que a interdisciplinaridade foi vivenciada intencionalmente, de forma planejada pelos educadores. Reporto-me a uma vivência que desencadeamos com as recicladoras que faziam parte das oficinas da horta e da saúde. Nessa ocasião, a equipe da nutrição e o educador responsável pela horta planejaram uma vivência na horta em que foram inventariados os conhecimentos dos/das recicladores/recicladoras a respeito dos usos medicinais das ervas cultivadas no local. A partir dos saberes quanto a seus usos, conhecidos de antemão pelos/pelas

⁴⁵ Penso que incompletude é uma categoria de pensamento que pode ser compreendida com a contribuição de Freire (2000) quando nos fala da consciência do *inacabamento*, ou seja, trata-se do sujeito saber-se como ser em processo de construção, como um projeto que se refaz ao longo de seu trajeto histórico, condicionado pelos fatores que marcam seu contexto, mas portador de uma vocação ontológica de ser mais num processo de dinâmica transformação e ampliação de suas possibilidades durante a sua vida. O reconhecimento da própria *incompletude* permite ao sujeito predispor-se à mudança, ao novo, ao diferente, a começar pelo exercício da autocrítica, admitindo em si a carência de saberes e valores que o autorizariam a apreender a realidade ou o objeto de estudo na sua inteireza (Lousada, 2006).

⁴⁶ Entendo interdisciplinaridade na prática educativa como um posicionamento intelectual partilhado crítico em que convergem e se mestiçam saberes para uma compreensão de conteúdos da vida de forma mais inteira do que a interdisciplinaridade e capaz de desencadear uma ética da responsabilidade.

recicladores/recicladoras, foram apresentadas as diferentes ervas, os nomes variados com que são conhecidas, suas indicações e o modo de preparar o chá.

O diálogo foi efervescente, todos os presentes queriam, de um modo ou de outro, falar de seu saber sobre determinada erva de chá e também sobre os usos familiares, benzeduras e como utilizavam a erva para regular a pressão e prosseguir trabalhando em dias normais de atividade produtiva no galpão. Eu e outra educadora acompanhávamos osicineiros e o grupo registrando com fotografias aquela vivência. Os/as recicladores/recicladoras receberam um guia sobre usos de ervas medicinais e, logo após circularem na horta, foi-lhes ensinada a prática de produção de uma pomada cicatrizante a partir de determinadas ervas.

Desse modo, a vivência evidenciou a potencialidade da parceria pedagógica de educadores oriundos de diferentes áreas de conhecimento e nível de formação para a proposição de práticas interdisciplinares, que não consistem em treinar inteligências para o pensamento de diálogo entre as disciplinas, mas em educar para o diálogo de saberes de áreas diferentes e em convergência com os saberes populares. Um projeto de Educação Popular como o Reciclando Vida, cujo saber ambiental faz-se presente, pode, potencialmente, valer-se do hibridismo de saberes, oferecendo ao grupo de trabalhadores em formação atividades interdisciplinares. Para o êxito dessas atividades interdisciplinares é muita válida a presença deicineiros, cujas matrizes teóricas são de campos diversos de saberes.

O projeto Reciclando Vida tinha por objetivo

Criar alternativas de sustentabilidade da Associação de Reciclagem Ecológica Rubem Berta, promovendo o fortalecimento sócio-econômico de sua atividade-fim: a reciclagem e, oportunizando a elaboração de novas tecnologias de gestão e produção, implementadas de forma orientada e assessoradas por meios que os fortaleçam individualmente (dignidade e profissionalização) e coletiva (laços de cooperação e aumento da capacidade produtiva), proporcionando desta forma uma melhoria significativa na qualidade de vida dos recicladores, gerando benefícios para toda a Sociedade e o Meio Ambiente. (FISCHER, 2005, P. 23)

Observemos as palavras chaves presentes na formulação desse objetivo geral, que definem os propósitos políticos e pedagógicos do projeto, permitindo-nos entrever suas matrizes teóricas e intencionalidades práticas. São termos referência: alternativas

de sustentabilidade econômica, novas tecnologias, assessorias, qualidade de vida e sociedade e ambiente. A palavra sustentabilidade⁴⁷ aqui parece estar empregada no viés um tanto economicista, apropriado do campo ambiental, referindo-se, como se depreende do restante do texto do projeto e das atividades desenvolvidas em oficinas de gestão, a um modo de garantir a viabilidade da continuidade econômica do empreendimento como garantia de trabalho e renda aos/às recicladores/recicladoras associados. Entretanto, a Economia Popular Solidária também se apropriou desse termo, e sua aplicação aí tem maior significado, apontando-a como um de seus princípios, ao lado da solidariedade, da inclusão social e da emancipação social (CATTANI, 2009).

No projeto Reciclando Vida não se desconsidera, no plano das intenções, a questão ambiental, sobretudo porque a assessoria educativa estava imbuída também do intento de fazer os trabalhadores da reciclagem aderirem a novas tecnologias, que pudessem qualificar os processos de trabalho, a qualidade do produto gerado, agregando-lhe valor e gerando benefícios sociais e ambientais. Tais benefícios, pensados de maneira combinada no Galpão, exigiram, ao fim da linha de produção, um maior aproveitamento do material reciclável e uma diminuição de seu descarte no rejeito que fatalmente é dispensado no aterro sanitário. Retomo abaixo essas linhas mestras do projeto, de modo a articular as suas propostas com alguns fragmentos do vivido que confirmam as anteriores, ou revelam contradições que fertilizam a reflexão crítica sobre o que podemos compreender por Educação Popular realizável.

Saber ambiental aqui é concebido como um saber emergente que questiona a lógica social da modernidade (Leff, 2001), a partir dela mesma, sem lançar-nos num niilismo pouco esclarecedor. Problematiza o mundo, a monocultura do saber e do fazer hegemônico a partir da mirada dos saberes e das práticas sociais de quem se deixa afetar pela crise socioambiental contemporânea. Não é um saber que vem “verdejar” a sociedade, mas que se formata interdisciplinar em um mosaico de saberes e ações coletivas desde o campo ambiental que gestam outro ethos, menos predatório, no sentido de que a humanidade se perceba, saiba e aja como mais um dos convivas com outras espécies em nossa casa planetária. É, enfim, um campo de conhecimentos teóricos e práticos orientados pela rearticulação das relações sociedade-natureza.

⁴⁷ Para a compreensão da sustentabilidade desde o campo ambiental vide o item 1.4 do capítulo 1 dessa tese.

A ação educativa e a pesquisa em torno do projeto Reciclando Vida demonstrou a necessidade do educador vivenciar processos de formação continuada para a superação não idealista dos desafios pertinentes ao trabalho com recicladores/recicladoras e suas especificidades. Para tanto, um olhar crítico sobre as atividades formativas desenvolvidas anunciou a necessidade de se ter por ponto de partida a problematização das práticas quanto às suas intencionalidades e metodologias empregadas, de forma articulada com a produção acadêmica sobre a temática Educação Popular, visando o seu aprofundamento teórico-prático.

Do mesmo modo, evidenciou-se o desafio da coordenação em concatenar a ação de educadores oriundos de áreas diferentes de conhecimento e com concepções pedagógicas muito diversas do ideário da Educação Popular. Nesse sentido, coube, tendo por perspectiva ainda a formação continuada dos educadores, a promoção de encontros de planejamento da equipe, ainda que fosse limitada pela pouca disponibilidade de todos para esse fim.

A relação de voluntariado do educador popular identificada nos processos de escolarização e, também, no projeto Reciclando Vida é expressão de uma forma de protagonismo contemporâneo rico de possibilidades criativas para a construção de novas estratégias para Educação Popular, de forma que ela se dê em caráter sempre reflexivo. Todavia, o voluntariado traz como elemento negativo a provisoriedade da presença do educador em seu campo de ação que, em certa medida, prejudica o plano de execução de um projeto porque o educador nessa condição abandona a tarefa quando uma oportunidade de trabalho remunerado o convoca.

4.3 OFICINA DA HORTA⁴⁸: UMA PRÁTICA DA EDUCAÇÃO POPULAR AMBIENTAL?

No eixo do projeto Reciclando Vida que se refere à *segurança alimentar* está proposta a implementação do cultivo de hortaliças, ervas medicinais e aromáticas, como fonte de alimentos produzidos de forma orgânica e também como ganho material ao

⁴⁸ A horta findou em 2009 por ocasião de uma intervenção absurda de estagiários da Prefeitura Municipal que, em nome de recuperá-la passaram uma patrula sobre ela com promessa de recomeço breve, o que não se efetivou até o momento.

grupo, através da partilha da produção entre os associados. Objetivava-se associar à horta a formação ecológica dos sujeitos, falava-se até em alfabetização ecológica no texto do projeto, com jardinagem e formação de multiplicadores nas tarefas já efetivadas.

No horizonte do projeto, a horta ecológica poderia fazer com que o galpão viesse a funcionar como um centro de formação ambiental, conscientizando recicladores/recicladoras e fazendo deles/delas agentes multiplicadores ambientais, numa clara referência a uma aproximação dos postulados da EA e das utopias da Educação Popular. A partir disso, almejava-se a consolidação do potencial da unidade de triagem de resíduos como espaço legítimo de implementação de propostas inovadoras, por meio da prática transversal da educação ambiental, dinamizada pelos princípios da agroecologia urbana, como forma de ampliar as conexões sociais e ambientais estabelecidas.

Segundo o projeto, a expectativa de médio prazo quanto à implantação da horta era de um ano ou dezoito meses, de modo que a autoestima promovida e a sustentabilidade, percebida como ganho digno, fossem conquistadas. Ao lado disso, buscava-se o fortalecimento da cooperação entre os associados e da sua identidade profissional, sendo esta última um dilema em se considerando a transitoriedade da condição de reciclador, conforme já comentei. Na horta eram cultivadas com os/as recicladores/recicladoras algumas hortaliças, como couve, alface, rúcula, e também algumas ervas medicinais, como capim cidrão, boldo etc. E, igualmente, era possível colher, inclusive amoras.

Somente em junho de 2006, provavelmente pelo motivo de atraso dos recursos, as oficinas foram confirmadas pelo interesse dos/das recicladores/recicladoras, em assembleia, bem como a aquisição de novos equipamentos, e passou a ocorrer a implantação da oficina da horta. Havia muitas manifestações de entusiasmo, expressas no começo dessa oficina e, em especial, quando da chegada de ferramentas para esse fim. Como os/as recicladores/recicladoras puderam se inscrever livremente nas oficinas (saúde/nutrição, artesanato, escolarização e horta), a que teve maior adesão, conflitando com horário de outras, foi a da horta, assumida por eles de forma comunitária, tendo livre acesso e uso por todos, inclusive por alguns moradores das redondezas que buscavam ervas de chá.

Logo as atividades das oficinas e a rotina produtiva do galpão passaram a conflitar e tornou-se uma situação de difícil gestão para o presidente da Associação e para os próprios associados. Foi se evidenciando uma preferência pela horta em função, ao que me parece, da ruptura que favorecia com os tempos, ruídos e gritos, pela oposição com a dinâmica do trabalho com o lixo, e, pouco a pouco, a preferência dos associados ficou evidente, até mesmo pela durabilidade da horta em relação a outras oficinas, para além do projeto Reciclando Vida, enquanto foi possível.

Refiro-me às diferenças entre o trabalho com lixo e a horta de caráter orgânico, porque pude acompanhar várias vezes o trabalho desenvolvido por um dos oficineiros e interagir mais diretamente, ouvir das recicladoras o destaque em conversas informais sobre o caráter terapêutico da horta para elas próprias. No roçar a terra e trabalhar ao sol, com suas garrafinhas de água e chapéus, era perceptível o estado de espírito diferenciado gerado naquelas vivências. Não recorro de ver na oficina da horta qualquer conflito, e muito disso deve-se à “pedagogia” da convivência e da escuta desenvolvida pelos educadores, em especial com um agrônomo e um técnico agrícola, os quais possuíam formação e itinerário de vida com ricas experiências como agentes de pastoral de igrejas reformadas. Vejamos um dos registros partilhado por e-mail por um desses educadores, logo após a fase de implantação da oficina.

Relato algumas impressões da oficina da horta. Creio que, dentro do possível, a oficina está ganhando aceitação - espero que continue progredindo... A maior parte dos inscritos estava presente. Estamos plantando hortaliças e plantas medicinais e já estamos colhendo um pouco de ambas (na seqüência, pretendemos ajardinar o pátio do galpão com plantas ornamentais e medicinais). As pomadas e xaropes que fizemos tiveram bons resultados. Na última sexta, pessoas de outras oficinas foram até a horta pegar poejo pra gripe e arruda pra dor de cabeça; as formigas viraram "coisas do passado"; os canteiros com 'design' diferente e cobertos com palha estão sendo considerados "bonitos"; entre outros. (Veríssimo, mensagem de outubro de 2006, lista g4hklein.)

Nos seus modos simples, sem pretensas intenções militantes, esses educadores conviviam, produziam com os/as recicladores/recicladoras e foram mudando a paisagem com árvores, pergolado e canteiros. No cotidiano do trabalho, mediante uma intervenção educativa de presença constante, cativaram o grupo nas trocas, no

encaminhamento de receitas de pomadas e chás, reforçando saberes e usos populares sobre uma medicina popular que estava na bagagem dos saberes prévios dos educandos/recicladores.

O eixo norteador da Segurança Alimentar, que tem como principal atividade a oficina da horta, propiciou também aos associados da A.R.E.R.B. uma aproximação de suas atividades cotidianas com a EPA, mediante o manuseio da terra, a plantação de hortaliças e de ervas medicinais e o posterior consumo dessas. Concomitante com a assessoria desenvolvida na horta, no pomar a oficina apostou na instrumentalização dos associados para o manuseio das ervas medicinais. Houve, nesta oficina, a produção de pomadas e a secagem de ervas para o consumo caseiro.

Além disso, os/as recicladores/recicladoras dispuseram de um ambiente de trabalho que conta com um jardim e um pergolado. Houve a criação de um viveiro de plantas que não vingou por falta de estrutura e cuidados maiores por parte dos associados. Numa integração com as demais oficinas, a horta foi responsável pela criação de uma compostagem e um minhocário, próximo a ela foi produzido adubo orgânico iniciador de um processo de sustentabilidade para a horta.

A oficina da horta funcionou durante quase três anos, com muitas outras atividades além da horta, como a implantação do pomar, do jardim, do viveiro, entre outras. Desde o início do projeto Reciclando Vida, a criação de uma horta para o uso dos associados constituiu-se em um dos nossos principais objetivos. Para isso, utilizou-se de uma área de aproximadamente 250 m², dentro do terreno do galpão. Durante o período de execução do projeto, ocorreram impasses seguidos de avanços significativos na organização cooperada dos associados para o trabalho na horta, chegando a ser considerada, pelos associados à época, uma de suas maiores conquistas. Um espaço aparentemente impróprio para o cultivo foi transformado solidariamente em uma bela e produtiva horta ecológica.

As opções de cultivo se firmaram conforme a familiaridade dos associados com certas variedades, a fim de evitar desperdícios e garantir o consumo. As mudas, em sua maioria, foram adquiridas, contudo, após a metade do tempo de curso até o seu final, foram produzidas mudas de rúcula, cenoura e rabanete, com a melhoria da estrutura do solo (drenagem, quantidade de matéria orgânica, entre outros fatores), o que tornou possível o cultivo de mudas mais sensíveis.

O uso de plantas medicinais é um tanto recorrente em comunidades de periferia, e o seu cultivo, como o de plantas aromáticas, produziu um saber ambiental que, híbrido, combinou saberes acadêmicos e populares, como ocorreu na experiência vivenciada na implantação do espaço destinado a esse tipo de cultivo: várias mudas foram trazidas por associados, outras tantas por membros da comunidade que frequentavam o galpão. Coube à equipe do projeto a tarefa de tratar do manejo e orientar no sentido do uso dessas plantas. Depois de seu cultivo, todas as variedades foram identificadas com placas, e o uso esclarecido aos associados em vários encontros da oficina, evidentemente, utilizando-se dos saberes já existentes entre eles. Também foram produzidos muitos produtos terapêuticos, como pomadas, tinturas e linimentos. A horta chegou a ter 46 tipos de plantas, entre medicinais e aromáticas.

Acresce a essa experiência o desenvolvimento de um pomar, iniciativa não prevista no projeto original, mas que foi recebida com entusiasmo pelos associados. Foram plantadas cerca de 50 mudas frutíferas, além dessas outras 15 mudas de árvores nativas. Tudo isso pensando no bem-estar dos associados e no aproveitamento racional da área da unidade de reciclagem. Medidas como essa, de longo prazo, deixaram, ainda que devam ser relativizadas pelos dinamismos da vida, marcas no local, pois a espera pela frutificação ganha um aspecto de continuidade do projeto, ainda que não estejamos mais atuando efetivamente ali.

O paisagismo, por sua vez, tinha a intencionalidade pedagógica de desenvolver um criativo paradoxo: no mesmo local em que as sobras da cidade são postas para que sejam triadas e aproveitadas para a reciclagem, tornar-se-ia possível vislumbrar o efeito estético de flores e plantas ornamentais. De certo modo, a princípio, a proposta foi vista com descrédito pelos associados. Entretanto, após a implementação do jardim e do plantio de mudas ornamentais, que contou com a participação de muitos deles, essa inquietação se transformou, razão de destaque para a Associação. Um membro da coordenação do galpão passou a anunciar entusiasticamente: “somos o único galpão que tem jardim!” No caso do pergolado, esse foi construído em mutirão, por meio de uma parceria com os alunos e um professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFRGS. A ideia para muitos parecia descabida, pois poucos conheciam esse tipo de estrutura.

O jardim, desenvolvido no âmbito de atividades do projeto Reciclando Vida, foi elaborado em uma área que se encontrava ociosa, na frente da unidade de reciclagem,

onde havia muitas plantas daninhas e, variadas vezes, material do rejeito ou resíduos de lixo que eram largados por ali. Decidiu-se, no colegiado de educadores do projeto, transformar esse espaço, passagem de entrada do galpão, em um jardim, e essa proposta foi feita e aderida tranquilamente pelos/pelas recicladores/recicladoras, sendo o jardim produzido e mantido com ajuda dos associados.

A compostagem, entendida como transformação de resíduos orgânicos em adubo de mesma origem, enfrentou certos desafios para a sua implantação. Um dos nossos grandes problemas, quando da execução da horta, foram as carências do solo que exigiu adubagem orgânica, correções com calagem, e para evitar o uso de adubos doutra origem, multiplicou-se o composto enviado pelo DMLU. Todavia, a iniciativa não foi de todo completada, pois o passo seguinte, que era coletar resíduos orgânicos produzidos pela unidade Rubem Berta e utilizá-los na compostagem, não se efetivou. Assim, continuamos a multiplicação do adubo fornecido pela Prefeitura enquanto a horta durou.

Ao término do período de execução do Projeto Reciclando Vida, foi delineada uma escala de trabalho para a manutenção da horta, com o objetivo de aplicação da metodologia que tinha por imperativo a formação de multiplicadores para esse eixo, o da Segurança Alimentar, com o apoio de um dos educadores que seguiu vinculado ao galpão com recursos de outro projeto coordenado pelo Prof. Nilton.

Frente ao exposto, que tem por base relatos dos educadores do projeto Reciclando Vida, o texto de seu projeto e do relatório final, agregados às vivências que acompanhei, penso que o saber ambiental construído nessa prática educativa da horta, embora não tenha transformado os/as recicladores/recicladoras em sujeitos ecológicos, os aproximou mais de aspectos do campo ambiental. Suas vivências e a promoção de identidades na experiência de uma natureza cultivada, a partir dos seus próprios saberes e sua cultura, possibilitou que o espaço fosse legitimamente apropriado pelo grupo, até a sua extinção, ocorrida pela aceitação ingênua de uma interferência, sem a devida competência, de agentes do poder público municipal.

Por fim, cabe tecer o entendimento que tenho sobre o que chamo aqui de Educação Popular Ambiental que reconheço na prática da educativa da horta e na abrangência do Projeto Reciclando Vida. Nomeada com o termo *popular* antes do *ambiental* por Peralta e Ruiz (2003), está relacionada ao movimento histórico de

educação e cultura popular no ambiente sociocultural da América Latina, que foi gerando, através da participação de educadores populares nas lutas das populações mais pobres inseridas em condições de conflitos ambientais, a incorporação do saber ambiental em suas práticas, a ampliação das demandas dos movimentos sociais e das ações educativas de caráter emancipatório junto às classes populares. A ambientalização da Educação Popular latino-americana tem o seu marco entre o fim dos anos 80 e início dos anos 90 quando adere em seu ideário à necessidade:

diante da perda de certezas políticas e estratégicas, de ir enriquecendo, junto aos movimentos sociais, a formulação de um novo paradigma cultural, em que os direitos humanos, a perspectiva de gênero e a dimensão ambiental desempenham um papel fundamental em sua construção.” (PERALTA; RUIZ, 2003, p. 250-251)

Numa perspectiva de crítica aos modelos tradicionais da educação e de racionalidade adotados globalmente, a EPA diagnostica o quanto esses modelos educativos reproduzem as desigualdades que, multiplicadas em suas configurações, estendem-se à apropriação social e econômica da Natureza e, contrapondo-se aos mesmos, procura estabelecer suas bases epistemológicas no saber ambiental, como fertilizador de metodologias de intervenção social e ações pedagógicas em diferentes espaços sociais, capaz de produzir, com os sujeitos que dela participam, a decantada conscientização ambiental mediante a leitura crítica dos dilemas socioambientais vividos pelas classes subalternas.

A EPA dialoga com o ecologismo popular (ALIER, 2009) e revitaliza as utopias da Educação Popular alargando seu horizonte e produz variedade de práticas educativas em sintonia com as novas configurações dos movimentos sociais em tempos de complexidade, provocativas de perplexidades políticas e pedagógicas, cujos pressupostos e princípios forjados nessas mesmas práticas se ampliam e aprofundam afetados pelo saber ambiental.

CONCLUSÕES

O estudo de caso em torno do Projeto Reciclando Vida suscitou, inicialmente, a problematização de alguns referenciais teóricos e metodológicos a luz dos saberes apreendidos pelo pesquisador no trabalho da observação participante na convivência com os/as recicladores/recicladoras da A.R.E.R.B. A pesquisa teórica, em diálogo com a empiria, levou à compreensão de que a racionalidade moderna – na qual se inscreve o capitalismo como modelo socioeconômico insustentável – está na base estrutural da crise ecológica e na produção social da pobreza, nas modalidades de exclusão/inclusão precária como elemento integrante da própria manutenção desse modelo econômico de forma globalizada. E, assim, os/as recicladores/recicladoras decantados/decantadas ingenuamente como profetas da ecologia são, de fato, vítimas desse processo de exclusão, trabalhadores/trabalhadoras sobrantes de uma sociedade de classes, condenados injustamente ao trabalho com as sobras dessas classes.

A A.R.E.R.B. nasce da demanda por trabalho por parte dos novos moradores do bairro Rubem Berta, nos anos 90, de forma articulada com a Educação Popular desenvolvida na lógica das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) de matriz católica, nas quais se aliavam conscientização política, formação para o cooperativismo e espiritualidade. Disso resulta a transformação do trabalho errante, fortuito e espontâneo do catador de rua para o trabalho mais sistemático e coletivo.

O modelo de liderança desenvolvido pelos agentes de pastoral, depois adotado pelos/pelas recicladores/recicladoras na condição de coordenação do galpão, marca profundamente a trajetória desses trabalhadores na Associação. Exercida com carisma e assistencialismo, esse tipo de liderança direcionava as vontades individuais para os fins coletivos mediante processos educativos não-formais em diálogos, palestras, nos momentos de trabalho, lazer ou cerimônia religiosa. Contudo, a ausência dessa liderança gera sentimentos de “orfandade” e produz temporária desorientação do coletivo de trabalho até eleição de novos líderes que reconfiguram esse modelo. Em termos de assessorias, esse modelo de liderança, em alguns casos, reproduz-se como um obstáculo à autonomia dos/das recicladores/recicladoras.

Na dinâmica do trabalho no galpão de reciclagem a superação do conflito entre o modo de trabalhar do catador e o trabalho associado se encaminha à superação, não sem contradições, na adequação do sujeito às regras do coletivo de trabalho. Nesse sentido, verificou-se uma tendência do trabalhador em ajustar-se sem necessariamente converter-se integralmente aos valores do trabalho solidário. Esse ajuste pessoal ao coletivo tem o mesmo mote da adesão ao trabalho na reciclagem: a sobrevivência. Igualmente, identifica-se que a lógica de trabalho no galpão é delineada por sua estrutura física e demarcada por uma cultura organizacional instaurada sob o comando do trânsito do lixo na Associação.

Paradoxalmente, as falas dos/das recicladores/recicladoras anunciaram a representação que eles/elas têm a respeito da implantação da coleta seletiva no município de Porto Alegre. As trabalhadoras entrevistadas compreendem-na como uma forma de negação do seu trabalho e de sua função social, mesmo laborando em precárias condições reforçadas pela má qualidade do material que lhes chega às mãos para a triagem.

A divisão social do trabalho está presente no galpão na visível distinção e hierarquização entre o masculino e o feminino, mesmo que isso não seja verbalizado. Existem tarefas que cabem aos homens fazerem, aquelas que exigem força física, e outras que são sempre das mulheres, como a triagem do material reciclável, limpeza e decoração. Muito raramente essa separação é contradita por alguma demanda de urgência da dinâmica do trabalho ou por causa de alguma festividade.

No Projeto Reciclando Vida, a autonomia, tão cara à Educação Popular Ambiental, nem sempre se processa na expectativa dos educadores. A autonomia vivenciada pelos/pelas recicladores/recicladoras se impõe na regulação que definem por si, à revelia dos objetivos do projeto e para os fins que escolhem. A autonomia pode ser manifestada na resistência ou na burla aos processos educativos que procuramos construir com eles/elas, ou ainda nas manhas que estabelecem em seu cotidiano, como no caso do garimpo. Na atividade de garimpo, o/a reciclador/recicladora assume o *ethos* do catador/catadora e recolhe para fins de ganho individual o material que poderia acrescentar valores para a coletividade de trabalho, sendo esse procedimento admitido pelo grupo.

Outro aspecto interessante da pesquisa se refere à “pedagogia do galpão”, ou seja, ao processo educativo que ocorre repetidamente no âmbito da rotina de trabalho, quando uns/umas recicladores/recicladoras, majoritariamente as mulheres, socializam com os que são novatos os saberes do trabalho associado na reciclagem. Para esse fim, os/as recicladores/recicladoras mais experientes acompanham os sujeitos ao longo dos dias até que se aprenda o que é necessário fazer nos setores do galpão. Essa partilha de saberes também produz saberes específicos do ensinar, como o diálogo, a paciência, o respeito aos saberes prévios dos indivíduos em relação ao trabalho nessa Associação.

Nas relações de trabalho no galpão, o elemento que vincula as pessoas, ao lado da carência material, é o aspecto afetivo da convivência, que gera proximidade entre as pessoas. Nas sociabilidades entre os/as recicladores/recicladoras, pode se perceber indícios de abertura à diferença, por parte de alguns, evitando-se a estigmatização dos sujeitos com os quais se interagem, de forma que diálogo e respeito são experiências relacionais de aprendizado constante, entre possibilidades e impossibilidades no cotidiano do galpão.

A migração dos sujeitos, como experiência anterior à inserção no setor produtivo da reciclagem, foi um dado recorrente na trajetória da maioria das recicladoras que integraram a pesquisa. São trabalhadoras do campo que migraram para a região urbana em busca de melhores condições de vida, ansiando por emprego, inicialmente. Antes de serem trabalhadoras da reciclagem, essas mulheres são sobrantes do campo produzidas como resultado inevitável dos processos de automatização do trabalho rural ou do endividamento que faz com que abandonem suas pequenas propriedades. O trabalhador migrante do campo ao encontrar o trabalho precário na urbe como solução à sobrevivência à margem, entrega-se a formas desumanas de ocupação, nos extremos da sociedade regida pelas normas do capital e, desse modo, torna-se reciclador ou recicladora numa aprendizagem que se processa no trabalho da reciclagem.

A pesquisa fez ver que a adesão dos sujeitos a um coletivo de trabalhadores da reciclagem ganha sentido fundamental nas possibilidades de garantia da sobrevivência e não na militância no âmbito do campo ambiental, nada obstante, possa esse ser um elemento que se agregue a sua condição de reciclador, posteriormente. A identidade e o trabalho do reciclador, no caso em estudo, são muito levemente matizados pelo campo ambiental em seus sentidos e práticas.

O/a reciclador/recicladora constitui-se em um/uma trabalhador/trabalhadora cuja identidade está atravessada pela transitoriedade, obrigado pela lógica do capital a uma trajetória profissional sujeita a interrupções e ao recomeço na espera de trabalho menos precário. Essa transitoriedade é um elemento que obsta o andamento de processos de escolarização e qualificação profissional dos sujeitos, e esse fato vem a fortalecer a desvalorização deles no mundo do trabalho.

Nos processos educativos do projeto Reciclando Vida o voluntariado foi uma marca constante em sintonia com as novas formas de protagonismo social da atualidade. O voluntário no galpão experimenta similar transitoriedade àquela vivida pelos/pelas recicladores/recicladoras e se manifesta em prol da busca de novas experiências profissionais pelos mais variados motivos. Isso também produz intermitências nas ações pedagógicas no galpão, o que provoca mudanças na forma de intervenção que podem significar retrocessos em alguns casos. A ação voluntária no projeto Reciclando Vida, como na escolarização que lhe antecipou, demonstrou-se mais voltada para a solidariedade na convivência com os/as recicladores/recicladoras do que para a conscientização dos sujeitos e transformação do mundo, diretrizes clássicas do ideário da Educação Popular.

Quanto à formação continuada do educador popular e ambiental, através de reuniões de colegiado do projeto Reciclando Vida, fica fortalecida a necessidade de sua promoção permanente como um espaço de diálogo e leituras que precisa ter por ponto de partida a reflexão sobre a prática vivida, orientada pela interdisciplinaridade. A vocação interdisciplinar do projeto evidenciou a potencialidade da parceria pedagógica de educadores oriundos de diferentes áreas de conhecimento e nível de formação, sobretudo para a construção do saber ambiental com os/as recicladores/recicladoras. De fato, o saber ambiental construído nas práticas educativas do projeto, embora não tenham convertido os/as recicladores/recicladoras em sujeitos ecológicos, os aproximou de mais de aspectos do campo ambiental em suas vivências de uma natureza cultivada na horta, a partir dos seus próprios saberes e sua cultura.

A pesquisa que resulta nesta tese permitiu a leitura do projeto Reciclando Vida, entre seus limites e possibilidades, como um projeto autêntico de EPA, que deixa marcas significativas nos sujeitos da pesquisa, mediante as vivências educativas e convivências com educadores de circunstâncias sociais diferentes das dos sujeitos

pesquisados, pelos afetos e desafetos que incitou em diferentes momentos. Certamente, este projeto também deixou marcas profundas nos educadores, cativando-os pelos saberes emergentes do trabalho no galpão e pela simplicidade dessa gente que faz do trabalho com as sobras, produzidas por uma sociedade excludente, o seu ganha-pão.

Por fim, espero que este circunstanciado estudo, produzido em um contexto singular, contribua de algum modo para que a pesquisa com trabalhadores/trabalhadoras da reciclagem possa produzir subsídios úteis à reinvenção constante da EPA, em suas práticas e horizonte utópico voltado à melhoria das condições materiais do povo que vive na margem da sociedade, sem o que, a harmonia com a Natureza, decantada no campo ambiental, fica destituída de sentido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, Telmo; SPIES Roque; SPIES, Maria Odete Faustino; GROMOSKI, Jair José. Saberes da experiência no trabalho associado - Associação dos Recicladores de Dois Irmãos. In: **Educação Unisinos**. n. 10, maio/agosto 2006, p. 139-147.

ADORNO, Theodor W. & Max Horkheimer. **A dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Disponível em: <http://antivalor.vilabol.uol.com.br>, acessado em 07/07/2011.

ASSOCIAÇÃO DE RECICLAGEM ECOLÓGICA RUBEM BERTA. Estatutos sociais. Porto Alegre: Mimeo, 1996.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Trad. Carlos A. Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BETTO, Frei. **O que é comunidade eclesial de base**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BOFF, Leonardo; BOFF, Leonardo. **O despertar da águia**: o dia-bólico e o sim-bólico na construção da realidade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

_____.; BOFF, Clodovis. **Como fazer teologia da libertação**. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **Ecologia**: grito da Terra, grito dos pobres. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

_____. **Ecologia, mundialização, espiritualidade**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**. Lembranças de velhos. São Paulo: T.A. Queiroz, 1983.

BRANDÃO, Carlos R.. **Em campo aberto**: escritos sobre educação e cultura popular. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Somos as águas puras**. Campinas: Papirus, 1994.

_____. **A educação como cultura**. Campinas: Mercado das Letras, 2002.

_____. **As flores de abril**: movimentos sociais e educação ambiental. Campinas – SP: Autores associados, 2005(a).

_____. **A canção das sete cores**: educando para a paz. São Paulo: Contexto, 2005(b).

_____. & STRECK, Danilo R. (orgs.). **Pesquisa participante: o saber da partilha.** Aparecida: Ideias Et Letras, 2006.

_____. **Da parte ao todo, da “coisa” à relação do indivíduo que acumula conhecimentos à pessoa que partilha saberes.** In: http://www.pde.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Textos_Videos/Carlos_Rodrigues_Brandao/3_DA_PARTE_AO_TODO_DA_COISA_A_RELACAO.pdf, acessado em 10/06/2009.

CALLONI, Humberto. **Os sentidos da interdisciplinaridade.** Pelotas: Seiva, 2006.

CARVALHO, Isabel C. de M. **A invenção do sujeito ecológico: sentidos e trajetórias em educação ambiental.** Porto Alegre: UFRGS, 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

_____. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico.** São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Subjetividade e sujeito ecológico: contribuições da psicologia social para a educação ambiental. In: Guerra, A. F. e Taglieber, E.. (Org.). **Educação ambiental: fundamentos, práticas e desafios.** 1 ed. Itajai(SC): Editora da UNIVALI, 2007, v. Único, p. 29-36.

_____. Educação ambiental crítica: nomes e endereçamentos da educação. In: .Layrargues, Philippe P. (coord.). **Identidades da Educação Ambiental Brasileira.** Brasília: MMA, 2004.

_____. Paisagem, historicidade e ambiente: as várias naturezas da natureza. In: **Confluente.** Vol. 1, No. 1, 2009, p. 136-157.

_____; STEIL, Carlos Alberto. O habitus ecológico e a educação da percepção: fundamentos antropológicos para a educação ambiental. In: **Revista Educação e Realidade,** Porto Alegre, v. , n. 34, p. 81-94, setembro/dezembro de 2009.

_____. Natureza e cultura na psicanálise e no ideário ecológico: duas perspectivas sobre o mal estar na cultura. In: **Naveg@mérica.** Revista electrónica de la Asociación Española de Americanistas. n. 5., 2010, p. 2-11.

CARRION, Rosinha Machado; LOPES, André de Oliveira. Desenvolvimento local e governança: o caso da central de comercialização de matéria prima para o setor de reciclo em Porto Alegre. In: FUÃO, Fernando Freitas; ROCHA, Eduardo (orgs.). **Galpões de reciclagem e a universidade.** Pelotas: UFPEL, 2008.

CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; ESPANHA, Pedro (Orgs.). **Dicionário internacional da outra economia.** Coimbra: Almedina, 2009.

CERTAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. as artes de fazer. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CRESPO, Samyra. Educar para a sustentabilidade: a educação ambiental no programa da agenda 21. in: NOAL, Fernando; REIGOTA, Marcos e BARCELOS, Valdo H. de L. (Org.). **Tendências da educação ambiental brasileira**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1998.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?**. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

DESCARTES, René. **Discurso do método**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2006.

DUBET, François. As desigualdades multiplicadas. In: **Revista Brasileira de Educação**. Mai/Jun/Jul/Ago de 2001, n. 17, p. 5-19.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. v.1. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

FEITOSA, Débora. **Cuidado e Sustentação da Vida**: a interface da educação popular no cotidiano de mulheres recicladoras. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

FISCHER, Nilton Bueno. A luta emancipatória entre os catadores de lixo na periferia de Porto Alegre: a provisoriedade da educação pelo trabalho. In: **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 40-45, julho/dezembro de 1989.

_____. Educação popular em “tempos” de mulheres papeleiras. In: A fala dos excluídos. **Cadernos CEDES**, Campinas, p. 100-112, agosto de 1996

_____. Aprendizagens com adultos recicladores. In: Educação de jovens e adultos, letramento e formação de professores. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 201-217, julho/dezembro de 2004.

_____. Trabalho e autonomia: construção do possível entre os trabalhadores, homens e mulheres recicladores da Associação Ecológica Rubem Berta de Porto Alegre (RS). In: **Educação Unisinos**, São Leopoldo, n. 10, p. 130-138, maio/agosto de 2006.

_____. Recicladores e recicladoras: interações entre saberes populares e acadêmicos sobre o meio ambiente a partir do protagonismo das classes populares. In: FUÃO, Fernando Freitas e ROCHA, Eduardo. **Galpões de reciclagem e a universidade**. Pelotas: UFPEL, 2008.

_____. Educação não-escolar de adultos e educação ambiental: um balanço da produção de conhecimentos. In: **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 41, p. 370-385, maio/agosto de 2009.

_____. Perplexidades, desafios e propostas na Educação Ambiental a partir da trajetória de um pesquisador In: **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. , n. 34, p. 24-39, setembro/dezembro de 2009.

_____. **Projeto Reciclando Vida na Associação de Reciclagem Ecológica Rubem Berta**: Auxílio Individual CNPQ – Nilton Bueno Fischer - processo 553460/2005-6, 2005.

_____. **Projeto Reciclando Vida na Associação de Reciclagem Ecológica Rubem Berta**: Relatório Técnico Final - Auxílio Individual CNPQ – Nilton Bueno Fischer - processo 553460/2005-6, 2008.

_____. **Cotidiano de mulheres recicladoras: o educativo como possibilidade!** - Projeto CNPq (2009-2012), 2009.

_____.; MOLL, Jaqueline. Redes de vida na cidade de Porto Alegre. In: VILLASANTE, Tomás R. **Redes e alternativas**: estratégias e estilos criativos na complexidade social. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

FISCHER, Maria Clara; TIRIBA, Lia. Saberes do trabalho associado. In: CATTANI, Antonio david; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; ESPANHA, Pedro (Orgs.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não**: cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Olho d'Água, 1987.

_____. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: BRANDÃO, Carlos R (org.). **Pesquisa participante**. 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. **Cartas à Cristina**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1994.

_____. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. **Educação e atualidade brasileira**. São Paulo: Cortez & Instituto Paulo Freire, 2001.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 36. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

_____. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

GADOTTI, Moacir; FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. **Pedagogia: diálogo e conflito.** 4. ed. – São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Economia solidária como práxis pedagógica.** São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GALEANO, Eduardo. **Eduardo Galeano aponta quatro mentiras sobre o ambiente.** Disponível em: <http://ponto.outraspalavras.net/2011/05/17/eduardo-galeano-aponta-quatro-mentiras-sobre-ambiente/>. Acessado em 20/05/2011.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade.** tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GOMES, Romeu. In: A análise de dados em pesquisa qualitativa. MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 23. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

GRÜN, Mauro. **Em busca da dimensão ética da educação ambiental.** Campinas: Papirus, 2007.

HASSEN, Maria de Nazareth Agra. **Etnografia: noções que ajudam o diálogo entre Antropologia e Educação.** in: http://www6.ufrgs.br/fotoetnografia/textos/metodologia_nazareth.pdf, acessado em março de 2009.

HIRATA, Helena e KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho.** Cad. Pesqui. [online]. 2007, vol. 37, n.132, pp. 595-609. ISSN 0100-1574. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742007000300004>. Acessado em 12/08/2011.

KANT, Immanuel. **Sobre a pedagogia.** Tradução de Francisco Cock Fontanella. Piracicaba: Unimep, 1996, p. 12.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

_____. (coord.). **A complexidade ambiental.** São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza.** Tradução de Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. Complexidade, racionalidade ambiental e diálogo de saberes. In: **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. , n. 34, p. 17-24, setembro/dezembro, 2009.

_____. **Discursos sustentáveis**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Globalización, racionalidad ambiental y desarrollo sustentable**. Disponível em: <http://www.ambiente.gov.ar/infoteca/descargas/leff08.pdf>. Acessado em 05/05/2011.

LISBOA, Cassiano Pamplona; PINHEIRO, Leandro Rogério; DO AMARAL Márcio Freitas; CARGNIN, Tiago Daniel de Mello. Trajetórias e tomadas de posição no campo ambiental: práticas sociais para reciclagem. In: **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 3, n. 34, p. 95-116, setembro/dezembro de 2009.

LOUREIRO, Carlos Frederico. **Trajetória e fundamentos da Educação Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2009.

LOUSADA, Vinícius L. **Das ondas que se fizeram mar em Rio Grande**: a construção de um projeto de educação ambiental no entrelaçamento das trajetórias de vida dos seus autores. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

_____. **O diabólico e o simbólico no cotidiano de um Galpão de reciclagem**: notas de um educador pesquisador. In: SILVEIRA, Fabiane Tejada; PITANO, Sandro de Castro; GHIGGI, Gomercindo (org.). **Anais do II Seminário Diálogos com Paulo Freire**. Pelotas: Seiva Publicações, 2008.

_____ & FISCHER, Nilton Bueno. Saber (erudito/saber popular/saber de experiência). In: STRECK, Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

_____. O cotidiano de um Galpão de Reciclagem: notas de pesquisa. In: **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre v. 34 n. 3, p. 117-132, 2009.

_____. Apontamentos sobre crise e racionalidade ambiental. In: **Anais do III Encontro e diálogos com a educação ambiental**. Rio Grande: FURG, 2011.

LUTZEMBEGER, José Antonio. **Fim do futuro?** manifesto ecológico brasileiro. 5.ed. Porto Alegre: Movimento, 1980.

MACEDO, Carmem Cenira de A. **Tempo de gênese**: o povo das comunidades eclesiais de base. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Etnopesquisa crítica**: etnopesquisa-formação. Brasília: Liber Livro Editora, 2006

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **O (velho e bom) caderno de campo**. In.: Revista Sexta-Feira, São Paulo, nº 1, p. 1-4, maio, 1997.

MALINOWISK, Brovislaw. **Argonautas do Pacífico ocidental**. São Paulo: Victor Civita, 1984.

MARRE, Jacques Léon. **A construção do objeto científico na investigação empírica**. Cascavel: Fundação Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 1991.

MARTINS, Clitia Helena Backx. **Trabalhadores na reciclagem do lixo: dinâmicas econômicas, sócio-ambientais e políticas na perspectiva de empoderamento**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Tese (Doutorado em Sociologia). – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

_____. **Mulheres na reciclagem: questões de gênero e percepções sócio-ambientais**. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/C/Clitia_Martins_31.pdf . Acessado em: 14/08/2011.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

_____. **A aparição do demônio na fábrica: origens sociais do eu dividido no subúrbio operário**. São Paulo: Editora 34, 2008a.

_____. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. 2. Ed. Rev. e ampl. São Paulo, SP: Contexto, 2008b.

MARTINEZ ALIER, Juan. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. Tradução de Maurício Waldman. São Paulo: Contexto, 2009.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. 2. ed. Boitempo Editorial: 2004.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

_____. **O jogo do eu: a mudança de si numa sociedade global**. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2005.

_____. **Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura**. Petrópolis: Vozes, 2005b.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

_____. **Introdução ao pensamento complexo**. tradução Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2006.

MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. **Projeto direitos humanos dos catadores de materiais recicláveis**. MNCR & PANGEA, São Paulo, 2008.

NAMORADO, Rui. Cooperativismo. In: CATTANI, Antonio david; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; ESPANHA, Pedro (Orgs.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009, p. 96-102.

NETO, Otávio Cruz. In: O trabalho de campo como descoberta e criação. MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

OLIVEIRA, Renato Almeida de. **A concepção de trabalho na filosofia do jovem Marx e suas implicações antropológicas**. Revista Kínesis, Vol. II, nº 03, Abril-2010, p. 72 – 88. In: http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Kinesis/6_RenatoAlmeidadeOliveira.pdf, acessado em 07/07/2011

PELIZZOLI, Marcelo. **Correntes da ética ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

PERALTA, Joaquim Esteva; RUIZ, Javier Reyes. Educação popular ambiental: para uma pedagogia da apropriação do ambiente. In: LEFF, Enrique. (coord.). **A complexidade ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003.

RANCI, Constanzo. **Relações difíceis: a interação entre pesquisadores e os atores sociais**. In: Melucci, Alberto. Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura. Petrópolis: Ed. Vozes, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Edições Afrontamento, 1987.

_____. **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **A filosofia à venda, a douda ignorância e a aposta de Pascal**. In: Revista Crítica de Ciências Sociais, Porto, n. 80, Março 2008a.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2008b.

SORJ, Bernardo & MARTUCCELLI, Danilo. **O desafio latino-americano: coesão social de democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SPICKER, Paul; LEGUIZAMÓN, Sonia A.; GORDON, Daniel. (Orgs.). **Pobreza: um glossário internacional**. Buenos Aire: CLACSO, 2009.

STRECK, Danilo R. **A educação popular e a (re) construção do público: Há fogo sob as brasas?** In: Revista Brasileira de Educação v. 11 n. 32 maio/ago. 2006.

_____. Redin, Euclides. ZITKOSKI, Jaime José (org.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

_____. Por uma pedagogia da participação: Notas a partir do Orçamento Participativo no Estado do Rio Grande do Sul. **ANPED – 24 Reunião Anual**, 2001, p. 1-15. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/24/tp.htm>. Acessado em: 08/08/2011.

TORRES, Carlos Alberto. **A práxis educativa de Paulo Freire**. São Paulo: Loyola, 1979.

TRIGUEIRO, André. **Espiritismo e ecologia**. Rio de Janeiro: FEB, 2009.

UNGER, Nancy M.. **O encantamento do humano: ecologia e espiritualidade**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

_____. **Da foz à nascente: o recado do rio**. São Paulo: Cortez, 2001.

VALLADARES, Licia. Resenha de “Os dez mandamentos da observação participante” de Willian Foote Whyte. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. fevereiro, 2007/vol. 22, n. 63. ANPOCS, São Paulo, p. 153-155.

VELASCO, Sírio L. **Querer-poder e os desafios socioambientais do século XXI**. In: RUCHEINSKY, Aloísio (org.). **Educação Ambiental: abordagens múltiplas**. Porto Alegre: Artmed, 2002.